



Universidade Federal da Bahia
Instituto de Letras
Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística
RUA BARÃO DE GEREMOABO, Nº 147 - CEP: 40170-290 - CAMPUS UNIVERSITÁRIO ONDINA SALVADOR-BA
TEL.: (71) 3263 - 6256 – SITE: [HTTP://WWW.PGLL.UFBA.BR](http://www.pgll.ufba.br) - E-MAIL: PGLETBA@UFBA.BR



Livia Maria Natália de Souza Santos

**A PEDAGOGIA FRANQUEADA:
JUDITH GROSSMANN E A CENA TEÓRICO-CRÍTICA
DOS ESTUDOS LITERÁRIOS NO PPGLL, DO ILUFBA**

**Salvador
2008**

Lívia Maria Natália de Souza Santos

**A PEDAGOGIA FRANQUEADA:
JUDITH GROSSMANN E A CENA TEÓRICO-CRÍTICA
DOS ESTUDOS LITERÁRIOS NO PPGLL, DO ILUFBA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia como parte dos requisitos para obtenção do título de doutora em Letras.

ORIENTADORA: PROF^a. DR^a. ANTONIA TORREÃO HERRERA

Salvador
2008

Biblioteca Central Reitor Macêdo Costa - UFBA

S237 Santos, Livia Maria Natália de Souza.

A pedagogia franqueada : Judith Grossmann e a cena teórico-crítica dos estudos literários no PPGLL, do ILUFBA / Livia Maria Natália de Souza Santos. - 2008.
146 f. : il.

Orientadora : Profª. Drª. Antonia Torreão Herrera.

Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, 2008.

1. Literatura - História e crítica. 2. Pós-graduação. 3. Arquivos. 4. Arquivos e arquivamento (Documentos). I. Herrera, Antonia Torreão. II. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Letras. III. Título.

CDD - 809
CDU - 82.09

Esta a lição. Um vento soprou, sementes foram espalhadas, campos foram arados, pães se multiplicaram, peixes se fizeram em bravos cardumes. Uma polinização houve. Eu permaneci guardada neles e eles permaneceram guardados em mim. Somos parentes, pertencemos a um tronco, somos uma genealogia, por pouco uma raça... De cada episódio eu me lembro, e se aqui pareço parada, não posso esquecer de quanto caminhei.

Memórias de Alegria (Depoimento), Judith Grossmann

...Eu era assim. Sou? Não creia o senhor. Fui o chefe Urutú-Branco – depois de ser Tatarana e de ter sido o jagunço Riobaldo. Essas coisas larguei, largaram de mim, na remotidão. Hoje eu quero é a fé, mais bondade. Só que não entendo quem se praz com nada ou pouco; eu, não me serve cheirar a poeira do cogulo – mais quero mexer com minhas mãos e ver recrescer a massa...Outra sação, outros tempos.

Grande Sertão: Veredas, Guimarães Rosa.

À minha mãe Oxum, que me banhou nas suas
águas de ouro e mistério e me conduziu à força
dos raios, ao azul do oceano, e à certeza da flecha.

Agradecimentos

Eis um ponto de chegada. Atravessei. Percorri. Eis que há dois pés, que são meus, no chão de um sonho que me atravessa, que foi urdido ainda que na inconsciência das lavadeiras, pescadores, baianas de acarajé e domésticas, que são a raiz mais profunda desta hoje que sou. Agradeço humildemente a todos e todas que me abriram caminho.

A minha mãe, Vanda, pelo cuidado extremado com minha matéria e meu espírito, ao meu pai, Jair, pela minha educação emocional, ao meu irmão Luiz, simplesmente por ser e estar.

Agradeço a Victória Gramacho por ter me mostrado o caminho de volta com delicadeza, sensibilidade e energia.

Agradeço a Henrique, meu companheiro, por toda a força, carinho e cuidado comigo enquanto estive longe e pela festa que sempre é o meu despertar e que foi o meu retorno.

A Sonia Simon, Paulo Esteves, Ricardo Freitas, Élide Ferreira, Sayonara Amaral, Sandro Ornelas dentre tantos outros colegas e amigos que atravessaram esta minha jornada pessoal e intelectual como estrelas brilhantes.

Agradeço a Derval Gramacho pela correção dedicada e cuidadosa, e pela amizade que nos une como irmãos.

Agradeço a José Carlos pela leitura sutil que abalou algumas bases e me fez retornar sofrida, mas muito agradecida a algumas questões deste trabalho.

A Dona Robélia que me viabilizou acesso às *Revistas Estudos Lingüísticos e Literários* com uma boa vontade imensa.

Aos meus alunos pela oportunidade que me deram de poder entrar em sua vida e dividir com eles aprendizados e conhecimentos.

Às minhas professoras, especialmente a Ligia Telles, pela sempre presente disponibilidade e generosidade, a Eneida Leal, pelas provocações que serviram de bússola para muitas discussões aqui empreendidas, a Evelina Hoisel, por ser para mim uma referência inabalável de intelectual e uma professora única. Agradeço também aos professores Silviano Santiago, Eneida Maria e Evando Nascimento pelos cursos que despertaram questões indispensáveis para a minha travessia intelectual.

A professora Célia Marques Telles pelas conversas tão esclarecedoras e pelas certeiras e preciosas contribuições para o meu trabalho, assim como pela abertura do arquivo oficial da pós-graduação.

Gostaria de fazer uma menção especial a Antonia Torreão Herrera, que me aceitou como sua orientanda há quase 10 anos e que me ensinou muito. Obrigada por suas contribuições sempre essenciais e pelo modo apaixonado com que me apresentou a sua história e a história desta Casa de Saberes. Espero que eu tenha feito jus a todo o seu investimento, atenção e expectativas e que possamos ainda trilhar mais alguns espaços de saber juntas.

Finalmente, a Judith Grossmann, pela herança dos arquivos e pela abertura das possibilidades múltiplas de construir conhecimento.

RESUMO

A tese intitulada *A pedagogia franqueada: Judith Grossmann e a cena teórico-crítica dos Estudos Literários no PPGLL, do ILUFBA* analisa, através de um recorte genealógico, a construção da Pós-graduação Stricto Sensu em Letras na UFBA desde a implantação Curso de Mestrado em Letras desde 1976 até os dias atuais. Observando as mudanças e retomadas de posturas teóricas e críticas, principalmente aquelas que ocorreram sob a influência da Professora Doutora Judith Grossmann que teve, no processo de implantação e desenvolvimento do Mestrado em Letras, uma participação indispensável. Analisamos também, a Pós-graduação Stricto Sensu após a aposentadoria de Grossmann, observando as rearrumações, divergências e eclosões de outras posturas teóricas e críticas que ocasionaram as duas reformas no Currículo do Curso, a primeira, que abre espaço para a inclusão da Literatura Comparada e, mais tarde, os Estudos Culturais.

Palavras-chave: Arquivo; Poder; Memória; Judith Grossmann; Pós-graduação Stricto Sensu.

Abstract

Key words:

Lista de Abreviaturas

UFBA	Universidade Federal da Bahia
ABRALIC	Associação Brasileira de Literatura Comparada
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CML	Curso de Mestrado em Letras
ILUFBA	Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia
ISAG	General International Standart Achival Discription
MEC	Ministério da Educação
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PPGLL	Pós-graduação em Letras e Lingüística
PUC	Pontifícia Universidade Católica
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
USP	Universidade de São Paulo

Lista de Figuras

Ilustração 1	Recital de poemas	p. 31
Ilustração 2	Foto Judith Grossmann, Lígia Telles e Antônia T. Herrera	p. 32
Ilustração 3	Carta Judith Grossmann	p. 105
Ilustração 4	Bilhete Credenciamento do Mestrado em Letras	p. 108
Ilustração 5	Bilhete Credenciamento do Mestrado em Letras	p. 109

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	
2	O arquivo como escrita de si: Judith Grossmann e a cena discursiva da memória.	17
2.1	A teoria do arquivo e o arquivo Judith Grossmann: ampliação do conceito.	24
2.2	Representações da Memória	35
2.3	A memória em Freud: Projeto para uma psicologia científica (1895)	41
2.4	“A vida inteira que poderia ter sido, e que não foi” ou a supervivência da memória.	47
2.5	Debaixo da face a máscara: as múltiplas representações da subjetividade no cenário da pós-modernidade	51
3	Inventando a tradição: Os primeiros anos da Pós-Graduação em Letras e Linguística da UFBA	63
3.1	Histórias possíveis: o percurso da construção do Mestrado em Letras na UFBA	68
3.2	Amar o perdido: Diferença e repetição no corpo do arquivo	76
3.3	Narrar para viver: exercícios de esquecimento	84
3.4	Os modos de saber histórico: a gramática narrativa da memória	91
4	Micropoderes e polissistemas: manual prático de como lutar com palavras	98
4.1	Da urdidura à trama: o mestrado em letras na segunda metade da década de 90, percurso teórico	106
4.2	A casa de palavras: poder, política e construção acadêmica	114
4.3	Labirinto de palavras: fora do arquivo, fora da vida	116
5	Micropoderes e Polissistemas nas Letras contemporânea	119
5.1	Mapeando saberes: Bases teóricas dos Estudos Literários do CML da UFBA	122
5.2	Análise cultural na segunda metade do século XX: A crise como via de construção crítica	130
5.3	Crítica Cultural e Crítica Literária: Estudos Pós-Estruturais em Letras da segunda metade do século XX	136
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	142
	REFERÊNCIAS	147
	ANEXOS	151

1. Introdução

A construção de um campo de saber se dá a partir de investimentos vários de forças que se aplicam sobre esta coisa imaterial que é o pensamento. No entanto, esta sua imaterialidade não o impede de ter um poderoso alcance prático – ou por causa mesmo dela este poder pode ser mais violento – e é este movimento pendular que oferece ao conhecimento um deambular intenso entre teoria e prática. Neste, jogos, negociações, rapinas, os gestos mais baixos às mais puras abnegações não são mais que traços geométricos imaginários que determinam o espaço que esta formação do saber ocupa na sua trajetória de idas e vindas que, ainda que aparente percorrer sempre um mesmo caminho, o seu deslocamento põe em movimento energias absolutamente díspares em cada um de seus gestos.

No trabalho que ora apresentamos sob a forma desta tese de doutoramento, uma das possibilidades de se compreender o nosso investimento de estudos seria a análise dos pontos de partida e de chegada do pêndulo: 1975 e 2007. Esta seria, entretanto, uma análise ainda superficial demais que deixaria escapar, a princípio de conversa, a escolha da imagem do pêndulo como alegoria para a construção do saber. Aqui nos interessa, inicialmente, abalar a noção ontológica de início e repensar qualquer desejo teleológico que nos fornecesse a narrativa da história dos Estudos Literários na Pós-graduação *Stricto Sensu* do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia. Ao pôr em questão o local de origem da história compreendemos que o marco temporal é muito mais um recorte de leitura – e como tal é uma violência, uma interrupção que se impõe ao discurso, formando um *modus operandi* de leitura que facilita a compreensão mas que não deve impedir a compreensão de que nenhum fato está isolado de uma paisagem contextual. Não existe, nesta cena, início ou fim naturais para um determinado acontecimento, e sim forças naturalizantes que investem na construção da coerência histórica. 1976 é um marco, determina o início de um projeto, mas não enseja o início do processo de soerguimento dos lugares de conhecimento o poder que serão ativados no cotidiano dos corredores, salas e contextos vários em que se produziu o saber naquele espaço.

Desta forma, qualquer trabalho que se proponha a narrar construção de um campo de saber, encontrará diante de si um imenso desafio que, no caso da Pós-graduação *Stricto Sensu* em Letras e Lingüística do Instituto de Letras da UFBA, intensifica-se por inserir-se na academia, onde toda estrutura de conhecimento é pautada

no regime disciplinar. Este, não necessariamente será o trabalho de ajuntar os fragmentos de história dispersa para compor um todo coerente, pois deste trabalho, na verdade, estamos libertos, vez que a própria estrutura de construção de qualquer tradição histórica já se responsabiliza por fazer: aparam-se as arestas, estabilizam-se os pontos mais instáveis e apresenta-se uma história que percorre as falas mais diversas construindo a imagem naturalizada de um imaginário coletivo. O trabalho maior da genealogia é o de encontrar o disperso, o amorfo, reunir os sobejos da história e buscar compreender quando e por que eles se tornaram menores e dispensáveis, ou, em outras palavras, que forças indesejadas eles mobilizavam.

Os caminhos para tanto são muitos, todos, entretanto, têm um traço em comum, o gradual afastamento do corriqueiro, do oficial, da voz autorizada. Ou, ainda dentro do corriqueiro, do oficial, da voz autorizada trilhar caminhos de leitura que se afastem o máximo possível das linhas horizontais, que garantem a causalidade e a linearidade da narrativa histórica e das linhas verticais, com o seu pretense aprofundamento analítico. Compreendendo que a *profundidade não passa de uma ruga na superfície*, e seguindo à idéia de Deleuze em seu livro intitulado *Foucault*, no qual discute a visão foucaultiana da história, é mais profícuo um trabalho que trace linhas diagonais no tecido histórico compreendendo a tessitura mínima onde se combinam poderes e eclodem dissonâncias.

A nossa escolha, então, foi pelo arquivo. Após termos trabalhado na dissertação com o *Arquivo Judith Grossmann*, recolhido na *Biblioteca Central Reitor Macedo Costa*, nos dedicamos na tese de doutoramento à análise do *Arquivo Acadêmico* e do *Arquivo Oficial da Pós-graduação em Letras e Lingüística* (PPGLL) da UFBA. Durante o percurso de análise, optamos pelo trabalho direto com os documentos, manuseando todas as pastas e buscando nelas materiais que contassem a história da construção da área de *Teorias e Crítica da Literatura e da Cultura*, para além da história oficial. A seleção de documentos foi feita a partir da análise de sua relevância em relação à história que pretendíamos contar, a saber, a da construção de uma determinada herança intelectual construída e legada por Judith Grossmann aos seus alunos e orientandos. Desta forma, no *Arquivo Acadêmico* demos maior relevância aos documentos que demonstravam que tipo de interferências teóricas Grossmann exerceu no contexto dos primeiros anos da Pós-graduação, a partir de programas, ementas e avaliações de seleção. Depois, findo, em 1991 o arquivo montado por Grossmann, entramos no *Arquivo Oficial do PPGLL* detectando, principalmente em ementas e programas de disciplinas – não solicitamos acesso às avaliações de seleção de 1991 a 2006, mas este

já poderia ser um outro trabalho a ser desenvolvido por outro pesquisador. No arquivo oficial, buscamos compreender, a partir das rupturas e das reestruturações de currículos construídas entre 1991 e 2006, quais foram as marcas deixadas pelo pensamento de Grossmann em Letras. Chegamos à idéia de que este pensamento foi estruturante para os Estudos Literários na UFBA, oferecendo uma base sobre a qual toda a discordância e todas as linhas de continuidade e descontinuidade se ergueram, como herança, sem, no entanto, deixar que pesasse sob o presente, o passado.

No decorrer de nosso trabalho, muitos questionamentos surgiram como via possíveis de compreensão e análise dos documentos e fatos por nós abordados, dentre estas questões algumas ocuparam lugar principal e se ofereceram aos capítulos desenvolvidos como via possível de discussão. As questões relativas à memória, ao arquivo, à narrativa histórica, às ligações entre o intelectual e o poder e o binômio poder/saber estão presentes como guias de leitura.

No *Capítulo 1 – O arquivo como escrita de si: Judith Grossmann e a cena discursiva da memória* é justamente o jogo entre lembrança e esquecimento, as técnicas de construção de lugares de permanência e de construção do arquivo como um corpo erótico que irão direcionar as nossas reflexões. Partimos da idéia já desenvolvida na dissertação *A pedagogia da ausência; Judith Grossmann e a cena da escrita* de que Grossmann investia na construção de espaços de permanência, o que pode ser exemplificado a partir não apenas das muitas entrevistas e dos vários depoimentos por ela cedidos, mas, principalmente, quando adentramos os arquivos montados por ela, o que temos é o roteiro para a leitura de sua história. Desta forma, optamos por ler, a partir de Geoges Bataille e Sade, sustentados também pela leitura de Freud, o arquivo como um corpo erótico, não apenas no sentido mais corriqueiro de atração, sedução, mas, principalmente, como um corpo onde a morte e a vida são postas em diálogo. Grossmann monta arquivos que, ultrapassando a impessoalidade dos papéis, nos faz penetrar na carne do acontecimento e através de inúmeras pistas e índices vários, narra-se uma história. Assim, constitui-se um lugar onde o poder do pai se reforça, uma vez que se pode perceber, lembrando que Grossmann é uma ficcionista, as mãos onipotentes de uma narradora na construção desta história.

Neste ínterim, findamos o capítulo com as reflexões de Foucault e Birman sobre as representações de si, compreendendo, por fim, que não estamos trabalhando nesta tese com a ilusão de uma fidelidade narrativa a um real vez que todos os nossos esforços na direção de questionar os limites da história já nos apontam que toda a narrativa é

comprometida, parcial e precária. Neste capítulo, além de Birman e Foucault, que aparecerá em outros muitos momentos deste trabalho sendo uma de nossas mais relevantes bibliografias, fizemos uma longa reflexão sobre as metáforas que representaram a memória e que construíram sobre ela alegorias a partir dos estudos de Douwe Draaisma, e analisamos a fisiologia da memória em Freud, a partir do *Projeto de 1895* e do *Bloco Mágico* e as leituras que desta fizeram Jacques Derrida e Evando Nascimento.

A análise das bases teóricas sobre as quais se desenvolveram as práticas críticas nos primeiros anos do Curso de Mestrado em Letras foi o principal interesse do segundo capítulo. Sob o título de *Inventando a Tradição: Os primeiros anos da Pós-graduação em Letras e Lingüística da UFBA*, o segundo capítulo, a partir de textos de Nietzsche, Foucault e Derrida, adentra no *Arquivo Acadêmico* construindo uma postura de análise da noção tradicional de história e, numa rota de afastamento em relação a esta, traça um estudo sobre a arqueologia, o arquivo e a história. Após fazer um levantamento do número de pastas constantes no *Arquivo*, 51 no total, sendo destas 17 aquelas responsáveis por contar 15 anos de história do PPGLL nos quais Grossmann esteve presente, passamos à análise dos materiais ali encontrados.

Seguindo às idéias da bibliografia básica por nós acionada neste capítulo, rechaçamos no nosso estudo qualquer tendência à linearização ou fechamento histórico além do mínimo necessário para a compreensão da narrativa que construímos. Sabemos que para contar uma história é necessário estabelecer uma determinada ordenação para os acontecimentos, retirar deles parte da vida e impor um intervalo no fluxo contínuo de suas potências de ser, não temos a ilusão de pensar que não nos utilizamos da violência indispensável a qualquer interpretação no nosso percurso de leitura. Mas é esta consciência que nos mantém despertos para a tentativa de manter o arquivo aberto ao *por vir*, e foi com esta idéia que analisamos a estrutura montada para as seleções, as provas e suas várias fases de formulação, as ementas das disciplinas e, finalmente, traçamos um esboço de como se construiu a base teórica da área de *Teorias e Crítica da Literatura e da Cultura* da UFBA.

No terceiro Capítulo – *Micropoderes e polissistemas: manual prático de como lutar com palavras*, estudamos os contextos e demandas políticas que atravessam a construção do saber. Partindo de algumas idéias de Edward Said sobre as relações entre o intelectual, a política e a sociedade; discutimos a idéia de que todo saber serve de alimento para a forja de uma postura política e que o intelectual não está acima destas

questões, na verdade, a própria prática de construção de saberes não se dá senão articulada com decisões que constroem lugares de poder. Assuntos como as relações que se estabelecem entre a intelectualidade dos Cursos de Letras e a resistência à Ditadura Militar e o clima de tensão instaurado por reivindicações do Diretório Estudantil aparecem profundamente ligados à organização curricular e aos conteúdos ministrados nas disciplinas de graduação no ano de 1978. Este capítulo também irá versar sobre a vida acadêmica da Pós-graduação em suas escolhas teóricas, críticas e metodológicas, analisando os últimos anos de Grossmann no PPGLL. Este capítulo marca a nossa saída do *Arquivo Acadêmico*, mas não o fim de nossa investigação.

A partir de algumas lacunas abertas e de alguns questionamentos emergidos dos estudos do *Arquivo Acadêmico*, decidimos adentrar, no quarto e último Capítulo, no *Arquivo Oficial do PPGLL*. Assim, sob o título *Micropoderes e Polissistemas na Letras Contemporânea*, iniciamos a discussão sobre o lugar da Universidade em suas relações com a sociedade e esta nos levou a refletir sobre as interações que podem ser estabelecidas entre o conteúdo teórico, que serve de alimento a todo percurso crítico que compõe o saber na universidade, e as demandas sociais e políticas das minorias que não são correntemente apresentadas como demandas na agenda universitária. É este desnível que irá abrir o espaço para que, através da noção de crise, possa haver uma poderosa reconfiguração de saberes e, conseqüentemente, a abertura para outras metodologias e estratégias discursivas. É neste sentido que o PPGLL se abriu para a Literatura Comparada e, ainda na trajetória de ampliação das margens de reflexão, investe hoje nos Estudos Culturais e no enfraquecimento das barreiras que apartavam a literatura da vida política e social. Isto não quer dizer que todos os trabalhos produzidos hoje no contexto do PPGLL articulem necessariamente as questões relativas às minorias ou tenham interesse político ou social, mas o que há nas disciplinas ministradas é uma manutenção da vocação de abertura para a discussão destas diferenças.

Esperamos que este estudo possa ser lido como uma tentativa de conjunção do disperso, de reunião de traços e acontecimentos que, por menores que sejam, e talvez justamente por isso, compõe uma história silenciosa que, findo o nosso trabalho, estará de novo aprisionada no arquivo. Investimos fundo no trabalho com o corpo do arquivo, doando às páginas voz e vida para que elas falassem, intervindo e interpretando, formulando conjunções teóricas possíveis e buscando alcançar as reflexões que sinalizassem o percurso acadêmico que nos trouxe até aqui. Mas todo estudo deixa também um legado do qual a menor parte é o que fez o que construiu. Assim, penso que

este trabalho pode servir como ponto de onde se mire a nossa história, mas, antes de tudo, como disparador de outros questionamentos. O investimento que fizemos na análise da história dos Estudos Literários na UFBA, pode ser aplicado a outras áreas, compreendendo, assim, os alicerces de construção de outras epistemes. Pode-se, igualmente, analisar, ainda no arquivo de Grossmann, a construção da Teoria da Literatura na graduação; a influência dos estudos dos Formalistas Russos para a construção de uma gramática interpretativa do texto artístico na UFBA.

A nossa contribuição primordial, acreditamos, foi religar o passado e o presente, foi inserir um sentido histórico nas práticas contemporâneas, especialmente para as novas gerações. Se efetivamente tivermos alcançado este efeito, o nosso trabalho deu os frutos que esperávamos.

2. O arquivo como escrita de si:

Judith Grossmann e a cena discursiva da memória.

A morte é o ápice do erotismo.
Sade.

Estavas linda Inês,
Nunca em sossego,
Por isso voltaste neste poema.

Jorge de Lima. **Permanência de Inês de Castro.**

...trata-se de reconstituir um outro discurso, de descobrir a palavra muda, murmurante, inesgotável, que anima do interior a voz que escutamos, de restabelecer o texto miúdo e invisível que percorre os interstícios das linhas escritas e, às vezes, as desarruma.

Michel Foucault, **A arqueologia do saber.**

Em uma das visitas que fiz ao *Arquivo Judith Grossmann*, na *Biblioteca Central Reitor Macedo Costa*, encontrei o único registro de voz que ali se tem da professora, nele ouve-se Grossmann afirmando a um grupo de estudantes da Universidade Católica do Salvador que era chegado o momento de receber a devolução, o *feedback* pelos anos de dedicação, pela ascendente carreira literária que poderia ter se desenvolvido com mais visibilidade no Rio de Janeiro, por tudo o que abdicou ao escolher fincar raízes na Bahia: “Está na hora”, dizia Grossmann, “de eu ser objeto de estudos e pesquisas dos alunos da Universidade Federal da Bahia (UFBA)”¹. Ao ouvir tal afirmação senti-me como se houvesse caído em uma cilada, estava já concluindo a redação da dissertação² e me vi diante de uma revelação que, por mais que constasse como hipótese para o meu trabalho, o que me contentava, vez que a hipótese se comprovava pela própria fala do objeto de pesquisa, era desconcertante na medida em que conseguia divisar não apenas o projeto crítico, teórico e literário de Judith, mas também a sua destreza na construção de uma teia que buscava capturar, mais cedo ou mais tarde, as atenções dos pesquisadores de Letras para a sua produção intelectual.

Uma questão que aparecia de maneira lateral no texto da dissertação, avulta-se neste momento da pesquisa de doutoramento: a idéia de que, ainda além de um projeto

¹ Entrevista gravada com alunas da Universidade Católica de Salvador. Fita cassete 60 min.

² *A pedagogia da ausência e outras Ensinaças: Judith Grossmann e a cena da escrita*, dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da UFBA, em 2005.

literário, (que aparece quando do cruzamento de eixos temáticos e reflexões presentes nos seus textos críticos, teóricos, literários e depoimentos) Grossmann construiu um projeto de permanência, uma casa de vidro, espaço propositadamente aberto ao exercício, não mais do *voyeur* segredado no silêncio do seu desejo de perscrutar, espiar a vida alheia, mas ao do pesquisador, de um sujeito que, por vício do trabalho, iria escarafunchar o mofo das estantes, indelicadamente abrindo flancos para a exposição deste sujeito que, antecipando-se mesmo a este gesto invasivo do estudioso, já se mostra “cabalmente”, em sua “forma definitiva³” nos documentos, na organização das pastas, na narrativa que se erige na cena do arquivo. Entretanto, cabe a este estudioso, ciente dos jogos de recalcamento, sublimação e ficcionalização que estão constantes em toda representação de si, ir além da excessiva visibilidade desta casa de vidro, percebendo como missão sua deslindar este jogo, retirando deste sujeito que se mostra em excesso, a lacuna, onde cessa a espontaneidade do mostrar-se e inicia a teatralização de si.

Há, na absoluta maioria das falas de Judith Grossmann, uma *angústia do esquecimento*, o que se constata pelo próprio movimento de dar um relevante número de depoimentos e entrevistas, sendo, dentre eles, o mais completo aquele intitulado *Oficina Amorosa: depoimento*, feito em 1993, por ocasião de uma homenagem recebida. Neste depoimento, posteriormente transcrito e publicado na *Revista Estudos*⁴ comemorativa do evento, Grossmann é convidada a fazer um exercício de rememoração, onde se construiria o seu perfil de escritora, professora e crítica literária. Ela inicia o depoimento afirmando revelar ali circunstâncias que podem parecer banais, mas que, na verdade, estariam na base de sua criação. Alguns temas elencados no texto podem ser encontrados reconfigurados no seu discurso ficcional, como é o caso dos temas do aleitamento, relação mãe e filha, que será reencenado no conto *A noite estrelada*⁵; relação pai-filha, o nascimento do irmão, além destas, estão presentes ali também idéias que se ligam aos seus métodos de escrita, sua criação literária, sua formação intelectual e o seu envolvimento na crítica literária como forma de entrar em contato com o universo da alteridade.

As entrevistas igualmente não constroem menos este discurso de permanência, pode-se observar em todas elas o mesmo investimento para soerguer de um lugar de fala

³ Esta discussão será desenvolvida mais adiante quando refletirmos acerca dos processos de subjetivação.

⁴ GROSSMANN, Judith. *Oficina Amorosa: Depoimento*. In: HOISEL, Evelina. (Org.) *Estudos*; Lingüísticos e Literários. Salvador, EDUFBA, n°15. p.47-71.1993.p48.

⁵ GROSSMANN, Judith. *A noite estrelada*. In: *A noite estrelada*; Estórias do ínterim. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

como um ponto de referência reconhecível, fazer-se ouvir e ver é um dos maiores empenhos da escritora e isto se pode perceber em um de seus mais conhecidos textos: *Meu amigo Marcel Proust, Romance*, que é uma meta-narrativa construída em 1ª pessoa por uma narradora chamada Fulana Fulana que conta, simultaneamente, duas histórias: a história de amor entre ela e Victor e, em paralelo, desenvolve-se a escrita de um romance que toma como cenário principal o *shopping center*, especificamente o *Shopping Barra*, em Salvador, na Bahia. Durante a feitura do romance Judith Grossmann, efetivamente, deslocou-se de sua residência para, diariamente, ir à praça de alimentação do *shopping* escrever o seu texto. A ritualização da construção do texto neste propalado deslocamento para o *Shopping Barra*, somada a uma teorização acerca do processo criativo, e a espetacularização do ofício do escritor, cria, em torno da escrita deste romance, uma aura de peculiaridade que tanto pode ser lida como a simples revelação de um verdadeiro movimento de construção literária quanto um interessante jogo de marketing editorial, vez que a história rendeu entrevistas em jornais de todo o Nordeste.

As estratégias de construção de um lugar de permanência podem ser percebidas na convergência temática de muitos textos literários, críticos e teóricos. Na dissertação intitulada *A pedagogia da ausência; Judith Grossmann e a cena da escrita*, buscamos discutir estes jogos de fratura e retomada discursiva lendo-os como se fazendo parte de um projeto de permanência, a hipótese levantada era de que, ainda que ausente das salas de aula, Judith Grossmann montara nos seus textos literários um espelhamento intelectual de sua atividade pedagógica e, encaixando-se no perfil de escritores que têm múltiplas práticas retóricas (literatura, teoria, crítica literária), ela perenizara, na sua literatura, um espaço de reflexão acerca de temas literários que, corriqueiramente, eram desenvolvidos em sala de aula.

Em suma: na impossibilidade de manter-se em sala de aula, Grossmann faz de seus textos cenas discursivas em que o lugar do mestre é abalado, deslocado apenas pela fala do narrador, do eu-poético, das personagens, mas permanece, subjacente a toda fala, a voz da professora que, agora, não “limita” mais o seu lugar de atuação às salas de aula, o saber se realiza, articula e constrói além das paredes da Universidade Federal da Bahia e se propaga indefinidamente. Através da imagem de uma pedagogia que se realiza na ausência, no espaço vazio deixado pela perda da referencialidade da representação do corpo de onde emerge o discurso, e também entendendo tal

movimento empreendido por Judith Grossmann como sendo a sua derradeira lição: a de saber silenciar sem deixar-se apagar, observamos como há, pela coerência discursiva de seus textos, o investimento em um discurso de permanência.

Quando Sade afirma que a morte é o ápice do erotismo a frase nos soa estranha vez que, dentro da sociedade ocidental, cristã, limitada pelas teias finas de um poder religioso e ideológico que penetra nas mais delicadas relações, a morte é o lugar da redenção, pelo encontro do paraíso propalado pela fé cristã, ou da danação, pelo encontro com o “anticristo”. Ou, ainda, a morte é onde cessa toda a possibilidade de erotismo. A própria pulsão erótica pode ser entendida, em um sentido lato, como sendo pulsão de vida, se pensarmos o movimento de erotização dos objetos do mundo como uma conversão destes em objetos de desejo e, sendo o desejo o reconhecimento da lacuna esta falta é um princípio motor da vida, ou seja, o sujeito só se compreende e se constrói pela falta, seja pelo preenchimento desta ou pelo reconhecimento da impossibilidade deste. Aqui ressoa a fala do Prof. Dr. Silviano Santiago que, em visita à Universidade Federal da Bahia⁶, ao adentrar naquilo que ele negou chamar relato biográfico, preferindo denominar de relato memorialístico, o professor afirmou que havia na sua história de vida uma lacuna que, talvez, só pudesse ser preenchida por outra lacuna, por um “buraco” e este seria o de sua própria cova.

Entretanto, a afirmação de Sade nos aponta em uma direção diversa e, se fizermos convergir a sua fala com a construção de representação subjetiva no arquivo, compreenderemos, com outra potência, a idéia de que a morte não é onde Eros fenece e onde Thânatos triunfa, mas ela é uma afirmação daquele sobre este. Se a morte representa, via de regra, o apagamento, o silenciamento definitivo, no arquivo ela é investida de um novo poder, por mais que seja um engodo de vida, ou seja, a própria existência do arquivo denuncia a ausência da viva-voz do detentor das memórias ali preservadas, há nele a possibilidade de representar a vida. Se pensarmos no arquivo de Judith Grossmann, abrigado na sala 102 do Instituto de Letras, perceberemos, que, mesmo representada por esta prótese, a autoridade de Grossmann permanece, o seu lugar de fala e de poder ainda não foi deslocado e dificilmente o será. Isto se demonstra pelo ritual de preservação, pelas pastas que ainda não podem ser abertas, pelos materiais

⁶ Anotações do curso ministrado pelo Prof. Dr. Silviano Santiago, 2006.

que não podem ser xerocados⁷, pelos vestígios da escritora ali guardados nos seus textos inéditos que não podem ser lidos ou suprimidos dali, ou seja, pelas impossibilidades várias de acesso que, só agora, no processo de digitalização do acervo começam, muito lentamente, a cair.

Georges Bataille em *O Erotismo* reflete, entre outras questões, sobre a intrincada relação estabelecida entre a nudez, o erotismo e a morte. Para o escritor, o erotismo atinge, na nudez, ao mesmo tempo, o seu ápice e a sua derrota diante da morte. Assim, “uma mulher nua é a imagem do erotismo”, vez que representa pela ausência da roupa que funciona como uma segunda pele que aprisiona e redimensiona a relação dos homens com o nu, a possibilidade, conforme Bataille, da conexão com o sagrado, com o universo simbólico de cada um, impulso de vida e possibilidade plena de interação e conhecimento. Mas, ao mesmo tempo, a nudez seria o refúgio último da individualidade e, ultrapassá-la seria subverter a ordem de vida, agredir os limites do sujeito e expô-lo à morte, por isso ele afirma que a imagem da amada nua é também “a imagem da morte”.

É, entretanto, para nós, importante usar estas reflexões de Bataille como um “utensílio”, no sentido derridiano do termo, para a reflexão da interpretação que o pesquisador poderá oferecer ao material do arquivo como sendo forma de explorar este nu que se revela, como forma de desejar o corpo ainda que morto, em lugar de lamentar pela possibilidade perdida da cópula, do contato e do relacionamento amoroso conforme fará o Riobaldo, de *Grande Sertão: Veredas*⁸, o pesquisador não se furtará à necrofilia, se o corpo nu é também a representação da morte aceitemos o conselho de Sade: “O melhor meio de se familiarizar com a morte é ligá-la a uma idéia libertina.”⁹

Obviamente não acreditamos na possibilidade de, através da nudez, atingir o sagrado, a essência do indivíduo vez que há muito Foucault já nos alerta que esta é uma construção resultante de processos de subjetivação, entretanto é imperioso perceber que há, no arquivo uma sacralização do lugar de fala que se reafirma, ao contrário do que é discutido por Derrida¹⁰, na ausência do pai. Jacques Derrida em *A farmácia de Platão*, analisando o *Fedro*, de Platão, discute a idéia do privilégio, dentro das sociedades ocidentais, da fala sobre a escrita e, desta reflexão, emergirá o importante conceito de

⁷ O arquivo acadêmico, composto por um misto de registros da história da graduação e pós-graduação em Letras da UFBA e documentos pessoais, além de pastas com materiais inéditos que não podem ser acessados.

⁸ ROSA, Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

⁹ BATAILLE, Georges. *O erotismo*. Trad. Cláudia Fares. São Paulo:Arx, 2004.

¹⁰ DERRIDA, Jacques. *A farmácia de Platão*. Trad. Rogério da Costa. São Paulo: Iluminuras, 2005.

différance, conceito-chave para a desconstrução das limitações ideológicas das sociedades fono-logo-etnocêntricas.

No *Fedro*, Platão busca discutir a escrita como um *Pharmakon*, insere-se, então, uma questão moral, através das palavras representadas nas reflexões de Sócrates, Platão conduz a discussão que busca investigar se seria apropriado ou não que um discurso se apresentasse na ausência do “pai do logos”. O jovem Fedro, portador do discurso de Lísias e ansioso por apresentá-lo a Sócrates convida-o a sair dos limites da cidade a fim de que possa ouvir aquilo que ele tem a apresentar. Após breve resistência Sócrates retira-se da cidade e vai ao campo com Fedro para ouvir o discurso de Lísias que seria por ele proferido. O distanciamento da cidade e a aproximação do campo, da floresta já nos sinaliza, e Derrida o afirma, o caráter desvirtuador da palavra escrita, que retira o homem de seu lugar, de seu centro, a cidade, que pode ser lida como metáfora para a razão, para a ordem, não abriga a existência de uma fala de natureza parricida, vemos, assim, o desconcerto de Sócrates por conta deste deslocamento:

FEDRO: [...] tu fazes crer que é um estrangeiro que se deixa conduzir, e não um natural deste lugar. Fato é que não deixas a cidade nem para viajar além das fronteiras, nem, pensando bem, que eu saiba, para ultrapassar os Muros!

SÓCRATES: Seja indulgente comigo, meu bom amigo: veja, gosto de aprender. Assim, o campo e as árvores nada me ensinam, mas sim os homens da cidade. Tu, contudo, pareces ter descoberto a droga [*Pharmakon*] para me fazer sair! Não é agitando diante dos animais, quando eles têm fome um ramo ou fruto que os conduzimos? Assim tu fazes para mim: com o discurso em folhas que seguras diante de mim, facilmente me farás circular através de toda África, e ainda além, onde bem quiseres!¹¹

A fala de Sócrates evidencia o poder que o discurso exerce sobre ele, deslocando-o não apenas para além das fronteiras da cidade, mas obrigando-o, pela sua sedução, a agir qual um animal faminto, que segue instintivamente o cheiro do alimento. Para um filósofo, esta postura de desvirtuamento da razão representa, se obedecermos à lógica platônica, um dos efeitos nocivos da escrita. Ao chegarem ao campo e após Sócrates abancar-se confortavelmente para a audição, Fedro retira de debaixo de seu manto o discurso que não sabe de cor, por não ser ele o pai da idéia.

¹¹ DERRIDA, Jacques. *A farmácia de Platão*. Trad. Rogério da Costa. São Paulo: Iluminaras, 2005.

A um dado momento do diálogo Platão deposita na boca de Sócrates a narração do encontro do semideus Theuth e o rei Thamous. Theuth, que teria sido, conforme a narração, o primeiro a conhecer: “A ciência do número com o cálculo, a geometria e a astronomia e que igualmente sabia os caracteres da escrita”, apresenta ao rei as suas artes e dentre elas a principal, a escrita:

Eis aqui, oh, Rei, um conhecimento que terá por efeito tornar os Egípcios mais instruídos e mais aptos para se rememorar: memória e instrução encontraram o seu remédio¹².

O Rei, em resposta, afirma que, em lugar de descobrir a cura para o esquecimento o semideus lhe trazia o veneno para a memória, é justamente neste momento que Derrida nos apresenta a potência de ambigüidade da palavra *phármakon* que, representará tanto o remédio como o veneno:

O *phármakon* seria uma substância, com tudo o que esta palavra possa conotar, no que diz respeito à sua matéria, de virtudes ocultas, de profundidade crítica recusando sua ambivalência à análise, preparando, desde então, o espaço da alquimia, caso não devamos seguir mais longe reconhecendo-a como a anti-substância: o que resiste a todo filosofema, excedendo-o indefinidamente como não-identidade, não-essência, não-substância, e fornecendo-lhe, por isso mesmo, a inesgotável adversidade de seu fundo e de sua ausência de fundo¹³.

A imagem do *phármakon* que terá privilégio na retórica platônica será aquela que o relaciona com o veneno, o filósofo interrompe as passagens simbólicas que unem as duas faces, veneno e cura, de maneira a fazer cessar este excesso signico e reforçar o lugar de inferioridade da escrita sobre o discurso oral. Ele faria parte de um regime perverso que teria como conseqüência a anomalia: um discurso que se faria na ausência de seu pai, de seu genitor, vulnerável ao olhar e à crítica alheia sem que haja, atrás dele, a protetora sombra paterna que o abrigue. O discurso escrito não seria, portanto, apenas o veneno para a memória, mas ele representaria um mal maior, um parricídio, assim Derrida nos explica o entrave platônico:

Não que o logos seja o pai. Mas a origem do logos é seu pai. Dir-se-ia, por anacronia, que o “sujeito falante” é o pai de sua fala. Não se tardará a perceber que não há aqui nenhuma metáfora... o logos é um

¹² DERRIDA, Jacques. *A farmácia de Platão*. Trad. Rogério da Costa. São Paulo: Iluminaras, 2005.

¹³ Idem, p. 14.

filho que destruiria sem a presença, sem a assistência presente de seu pai. De seu pai que responde por ele e dele. Sem pai ele é apenas, precisamente, uma escritura... A especificidade da escritura se relaciona, pois, com a ausência do pai¹⁴.

Neste cenário surge, então, a fala de Derrida restituindo o fluxo de significados da ambigüidade da palavra e refletindo acerca dos sucessivos centramentos que a sociedade ocidental opera através do privilégio dado à fala sobre a escrita.

Trouxemos esta longa digressão até o *Fedro* de Platão a partir da análise empreendida por Derrida, a fim de refletir sobre o lugar deste pai do logos na cena do arquivo. Se a escrita elide o pai de seu lugar de autoridade através deste gesto parricida de apagamento de sua figura, no arquivo, que é também composto prioritariamente de textos vários, há uma ambivalência nesta figura do pai. Ela se adensa na medida em que pode ser representada no *arconte*, conceito derridiano que compreende a figura do guardião, do protetor dos documentos de memória (e quando verticalizamos a análise para Judith Grossmann encontramos ela mesma desempenhando este papel); ou, ainda, pelo peso que na sociedade ocidental, representam as instituições autor e obra, sendo, portanto, o arquivo um lugar de poder. Mas, em outra medida, pela exposição desta documentação escrita aos olhos do pesquisador ainda persiste, de certa forma, a morte deste pai do logos, talvez pela violência, que é o gesto primeiro de toda interpretação.

2.1. A teoria do arquivo e o arquivo Judith Grossmann: ampliação do conceito.

Ainda há dúvida quanto à origem do termo arquivo (*archivum*, em Latim). A consideração mais corrente afirma que a sua primeira denominação seria *arkhé*, assim era chamado o palácio dos magistrados na Grécia. Depois, quando ele se converteu somente no local de guarda e depósito de documentos o seu nome passa a ser *archeion*. Seja qual for a denominação, as suas definições mais antigas não apenas acentuavam o seu caráter de depósito de documentos e papéis de qualquer espécie, mas, principalmente, elas sempre estabeleceram estreita ligação com o direito dos indivíduos ou das instituições. Segundo Solon Buck, citado por Maria Helena Paes em seu livro *Arquivo: Teoria e prática*, o arquivo é:

¹⁴ DERRIDA, Jacques. *A farmácia de Platão*. Trad. Rogério da Costa. São Paulo: Iluminaras, 2005. p. 21.

O conjunto de documentos oficialmente produzidos e recebidos por um governo, organização ou firma, no decorrer de suas atividades, arquivados e conservados por si e seus sucessores para efeitos futuros.¹⁵

Destarte, podem-se, ainda seguindo o raciocínio de Maria Helena Paes elencar três características básicas que distinguem os arquivos, a saber: “Exclusividade de criação e recepção por uma repartição, firma ou instituição”, o que equivaleria dizer que não é considerado arquivo uma coleção de manuscritos históricos reunidos por uma pessoa; “Origem no curso de suas atividades”, ou seja, devem os documentos ser provas de transações realizadas e, finalmente, “Caráter orgânico que liga o documento aos outros do mesmo conjunto”, fazendo com que um único documento disperso do todo tenha menor validade do que quando a ele unido.

Apesar de também poder designar um conjunto de documentos, o seu local de conservação ou ainda o móvel no qual é guardado, o órgão, seja governamental ou institucional que guarda e conserva os documentos e até títulos de periódicos – quando se usa o seu nome no plural, seguindo à influência inglesa e francesa. O termo arquivo, ainda que parcialmente flexibilizado por estas adaptações, não se aplicaria ao conjunto de materiais por nós estudados nesta pesquisa. Principalmente se observada a primeira característica deste, postulada por Maria Helena Paes.

Ainda que não sejam “manuscritos históricos” o conteúdo exclusivo dos materiais analisados, a não construção de um lugar oficial de autoridade, exposição e mediação conduz o *Arquivo Acadêmico*, diferentemente do que ocorre com o *Arquivo Judith Grossmann*, a uma posição vulnerável no que concerne ao seu reconhecimento como tal. Enquanto o segundo está sob a guarda de uma Instituição Governamental (a Biblioteca Central da Universidade Federal da Bahia), tendo passado por um cuidadoso trabalho de classificação, tendo o seu acesso regado por rituais de aproximação e cercado por um sistema muito mais refinado de segurança e limitação de circulação; o primeiro, ainda que abrigado no mesmo espaço de uma Instituição Governamental, o Instituto de Letras da UFBA, permanece ainda num nível de extra-oficialidade e de organização pouco profissional. O seu acervo encontra-se, quando comparado ao outro arquivo, mais vulnerável e é inexistente qualquer sistema de organização a não ser aquele intuitivamente construído por Judith Grossmann.

¹⁵ BUCK, Solon. APUD PAES, Maria Helena. *Arquivo: Teoria e prática*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

A classificação do arquivo é, no jargão da Ciência da Informação, chamada de arranjo, e é justamente deste que o acervo por nós analisado se encontra carente. O arranjo é um processo de organização de arquivos permanentes que consiste na ordenação, seja estrutural ou funcional, dos documentos em fundos (providos de uma mesma fonte geradora), na ordenação das séries dentro dos “fundos” e dos itens dentro das séries. Resultante deste processo é a confecção de um catálogo, que se constitui um instrumento de pesquisa elaborado segundo um critério, seja ele “temático, cronológico, onomástico ou geográfico” incluindo todos os documentos de um ou mais fundos de forma sumária e detalhada.

O material recolhido por Grossmann no arquivo passou pela sua seleção, recorte e organização distancia-se da Norma Internacional de Descrição Arquivística (*General International Standard Archival Description – ISAG*) e, por isso, abrem-se alguns flancos de desnível e distanciamento entre a teoria, postulada pelos organismos vários de pesquisa e a prática empreendida na reunião de documentos por nós analisados. O conceito do qual este material mais poderia se aproximar seria o de *arquivo privado*, definido por Helena Paes como sendo:

Um conjunto de documentos produzidos ou recebidos por instituições não-governamentais, famílias ou pessoas físicas, em decorrência de suas atividades específicas e que possuam uma relação orgânica perceptível através do processo de acumulação.¹⁶

Entretanto, ainda este atravessa todo um ritual de sacralização que, obedecendo a uma intrincada gramática teórica, resulta na forja de um espaço de autoridade e vigilância que atribui um determinado valor aos documentos ali retidos. Que percurso teórico nos resta, então, quando compreendermos, finalmente, esta lacuna metodológica no *Arquivo Acadêmico*? O que nos conduz ou permite continuar, durante todo este estudo, chamando-o de arquivo?

Talvez a primeira saída a estas questões seja a possibilidade de uma ampliação do conceito tradicional de arquivo, deslocando o seu lugar de poder que é reforçado pela complexa rede de definições, operações e estratégias de classificação ao qual ele é submetido para oficializar-se como corpo onde “naturalmente” apresentam-se traços da vida e da obra de um determinado indivíduo ou de uma época (flagramos, então, na cena do arquivo oficial as mesmas operações que servem de base para a construção da

¹⁶ PAES, Maria Helena. *Arquivo: Teoria e prática*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

homogeneidade, hierarquização e dos ímpetus teleológicos e ontológicos da história tradicional conforme analisada por Nietzsche e Foucault¹⁷, dentre outros). Nesta direção, a nossa opção de denominar estes materiais de arquivo ainda que na ausência ou abrandamento de uma *lei arquivante* (de uma *economia*¹⁸), equivale a compreender um conteúdo mais dinâmico para este conceito, considerando a desordem, a fragmentação, a emergência inesperada, as rupturas e as várias guinadas possíveis neste corpo erótico como sendo, antes de tudo, uma possibilidade de abertura para uma interpretação não dos documentos em sua obediência exacerbada a um determinado sentido ontológico ou nomológico, mas sim ao discurso em seu poder de enunciação, e sim ao acontecimento em sua capacidade de reconfigurar a paisagem limitada da ilusão do fato em si.

É neste sentido, investindo numa leitura de inspiração foucaultiana e nietzschiana da história que adentramos naquele que insistimos em denominar *Arquivo Acadêmico*¹⁹.

Uma das imagens mais potentes para se pensar acerca da relação estabelecida entre Judith Grossmann e o material recolhido em seus arquivos é a de automutilação. Inicialmente por que, por conta de seu recorrente investimento em não se deixar apagar, em não permitir que a sua ausência represente a sua morte, a própria professora recolheu e selecionou todo o material que neles consta. Em uma de suas falas sobre o *Arquivo Judith Grossmann*, alocado na *Biblioteca Central Reitor Macedo Costa*, ela afirma ser ele uma seleção de textos que compunham a sua biblioteca pessoal do qual, naquele momento, a parte restante migrava, juntamente com ela, para o Rio de Janeiro. O arquivo abrigado na *Sala Guimarães Rosa*²⁰ igualmente passou por um processo de seleção e recorte.

Quando inicialmente, comecei os investimentos de catalogação e digitalização do material do arquivo que, a partir deste momento, por uma questão de referência, passo a chamar de simplesmente de *Arquivo Acadêmico* em oposição ao *Arquivo Judith Grossmann*, imaginava que iria deparar-me com um ambiente acético de um conjunto

¹⁷ Estas questões serão mais detidamente discutidas nos capítulos posteriores.

¹⁸ Breve referência ao desenvolvimento da questão da economia do arquivo, explorada por Jacques Derrida, e que será mais detidamente estudada no próximo capítulo.

¹⁹ A expressão “Arquivo Acadêmico” refere-se ao material selecionado e guardado na sala Guimarães Rosa, já o “Arquivo Judith Grossmann” é aquele guardado na biblioteca *Reitor Macedo Costa*.

²⁰ Há uma proposta de que o nome da sala passe a ser “Judith Grossmann”.

infindável de pastas e documentos inúmeros, áspero demais para os meus olhos acostumados com o estudo do texto literário. Entretanto, naquele ambiente percebe-se uma construção retórica que busca, pela sedução, construir-se como um corpo discursivo erótico. Há uma subjetividade que se constrói obedecendo a todos os seus níveis de intencionalidade, mas que, naquela narrativa se revela, aos olhos do observador, como se fizesse parte de um sem querer. As idéias de incidentes, mau arquivamento, equívocos de separação e seleção nos abordam a todo o momento vez que, escapam, por todos os lados, registros de uma subjetividade que vão muito além da imagem da professora que aquele material parece, inicialmente, querer construir, em suplemento ao *Arquivo Judith Grossmann*, uma representação da fatia restante desta figura.

O *Arquivo Judith Grossmann* traz, no seu bojo, dezenas de livros que estão todos sinalizados, construindo um rastro de leitura. É possível, pelo folhear de suas páginas, vislumbrar o posicionamento teórico da professora acerca de novas vertentes de crítica e teoria que emergiram, podem-se mapear as suas interações literárias pelas marcações nas margens dos textos. Constrói-se ali um perfil de leitor que se coaduna com o de escritor. No que concerne à sua faceta teórica e crítica, há ali vários estudos empreendidos em grupos de estudos de pesquisa de graduação e Pós-Graduação, a recolha de seus textos dispersos nos mais variados periódicos, mas também se encontram cartas, poemas, bilhetes, fotos, gravações de entrevistas em cassete. Ou seja, cria-se a impressão de que, pela imantação de representações de subjetividades ali realizada, o que se tem é um retrato pessoalizado da escritora, professora e crítica da literatura.

Já o *Arquivo Acadêmico*, que pretensamente conteria exclusivamente documentos que iriam “historiar” o campo disciplinar dos Estudos Literários na Pós-Graduação e Graduação em Letras na UFBA (PPGLL), assalta-nos, a todo o momento, com os mesmos traços pessoalizantes do *Arquivo Judith Grossmann*. Se não bastasse a presença de textos originais e inéditos da escritora, ali se encontram igualmente, mas em menor frequência, os bilhetes, cartões e, dentre estes traços, aquele que é mais desconcertante: fotos de Grossmann com as suas alunas²¹. Professoras que hoje compõem o quadro de docentes da Universidade Federal da Bahia ainda meninas em torno da Mestra. Esta imagem, ao contrário do que se poderia imaginar, não se insere no

²¹ As fotos estão como documento anexo ao trabalho: Anexo 01.

sem-querer, não diríamos nem ao menos que se constituiriam em atos falhos, em incidentes de manipulação do material que revelariam as fatias de intenções latentes.

Para Derrida, a vinculação do arquivo ao passado é uma visão ingênua da relação que pode ser estabelecida com este, vez que se ele está vulnerável às interferências do arquivista, podendo ser, pela sua interpretação, alterado, o arquivo estaria, então, certamente, voltado para o *por-vir*. Ele estará sempre aberto a partir do por vir. O arquivista produz o arquivo. O Mal do arquivo conforme pensado por Derrida, a saber, como sendo a pulsão de destruição do arquivo, pode ser reconfigurado em seu contrário. Quando nos damos conta de que é o arquivista que alimenta o arquivo, compreendemos um outro movimento que também está sujeito a ser pensado como um mal: a *febre de arquivo*, um *desejo arquivante*, descrito por Derrida como sendo uma nostalgia de retorno ao começo absoluto.

Para Nascimento, esta febre de arquivo pode manifestar-se em dois movimentos: o primeiro deles traria consigo uma sede de totalização, de tudo guardar e reter; o outro seria desprovido, tanto do desejo de totalização, quanto da vontade de retorno à origem como lugar imutável. No que diz respeito aos materiais constantes no *Arquivo Judith Grossmann*, o que se pode perceber no contexto deste (e que é reforçado pelo depoimento daqueles que partilharam da vida acadêmica com ela) é uma imensa preocupação com a retenção da memória que pode ser representada não apenas nos vários materiais suplementares à vida acadêmica, principalmente aqueles relativos à sua produção textual, mas também na metodologia de recolha e fichamento do material. Podemos aproximar este comportamento daquele praticado por Andy Warhol com as suas *Cápsulas do tempo* que, conforme Evando Nascimento:

A paixão arquivante nesse caso se faz por um gesto de suplementação por assim dizer *desnatural*, pois não visa a recuperar natureza alguma, paisagem nenhuma da infância, nenhum país, tempo ou paraíso perdido – mas deseja marcar que a potência *anarquívica* ou *arquiviolítica* comanda, no final da linha de produção, o ato mesmo que funda o arquivo. Pois a mesma força que destrói se disfarça naquela que erige, irredutivelmente. O que chamamos de *lixo*, em nossas sociedades industriais e pós-industriais, é o lugar de um arquivo necessário e deficiente, aberto às possibilidades de reconfiguração pelo arquivista, mas também habitado pela força que o desestrutura e impede o seu devir-obra²².

²² NASCIMENTO, Evando. *A efêmera memória: Clarice Lispector*. Texto ainda inédito gentilmente cedido pelo seu autor.

Assim, a presença daquelas imagens quando lidas em diálogo com o material constante no *Arquivo Acadêmico* resultam em um texto de fácil interpretação. O desejo que move o depósito daquelas imagens no arquivo é, primeiramente, revelar, para aqueles que não conviveram com ela, a face da Professora Judith Grossmann e, igualmente, demonstrar o círculo inamovível que se cria em torno de sua figura, o que adensa a sua importância naquele contexto.

São, ao todo, cinco fotografias em preto-e-branco que estavam anexadas a uma das pastas de relatórios da Pós-Graduação – destaca-se que todas as fotos foram perfuradas e, ao que se percebe, por conta de perfurações menores, elas provavelmente foram afixadas por “percevejos” em algum mural. Na possibilidade disto, vê-se que estas fotografias foram fonte de exposição da atuação acadêmica de Grossmann para a comunidade de Letras. E, quando guardadas com tal esmero, demonstram que o que se pretende deixar para a posteridade é o registro desta proximidade entre Grossmann e as suas alunas. Algumas delas não fazem mais parte ativa da vida acadêmica do Instituto de Letras, mas, outras, como as Prof.^{as} Dr.^{as} Lígia Telles e Antonia Torreão Herrera, não apenas permanecem nas salas de aula como também orientam ou desenvolvem pesquisas sobre Grossmann.

As imagens se dividem em dois grupos, as duas primeiras mostram a Docente e suas alunas em um ambiente formal, as demais foram feitas em um jardim, o que sugere uma ampliação das teias afetivas da sala de aula para fora desta²³. A primeira imagem mostra Grossmann ao centro e as discentes a seu lado: duas à direita e duas à esquerda. O que nos chama a atenção não apenas nesta, mas em todas as imagens é a similaridade das vestimentas e do penteado, como se sugerisse que todas buscavam, neste modelo, um espelhamento não apenas intelectual, mas também comportamental. Todas portam papéis, a cena parece ser uma apresentação em conjunto, a idéia de se ver Grossmann imiscuída em suas alunas, sentadas em cadeiras iguais e todas de um mesmo lado da mesa passa uma idéia ambígua: ao mesmo tempo em que denota uma cumplicidade pela excessiva proximidade entre mestre e discípulos, justamente por este ar de haver ali esta configuração: mestre e discípulos há uma sugestão de domínio, influência unilateral.

²³ As fotos são, de acordo com as professoras Evelina Hoisel, Antônia Herrera e Lígia Telles, o registro de um recital organizado por Grossmann.



Foto 1: Recital de poemas organizado por Judith Grossmann

Na imagem dois²⁴ repete-se a estrutura supracitada, com a distinção de que estão todas de pé, Grossmann segura um ramallete de flores que, aparentemente, foram distribuídos entre as alunas que, apesar de estarem mais uma vez vestidas com trajas similares ao da Professora, são completamente outras, distintas daquelas que figuram na primeira foto.

O conjunto das três últimas fotos foi feito em um mesmo lugar, um jardim, e, como as duas primeiras, parecem ter sido feitas no mesmo dia, o que se evidencia pelos trajas que nelas se repete. Mantendo a mesma estrutura cumplicidade/influência. Todas usam sapatos muito parecidos, com laços ou detalhes em seu dorso e a variação de vestidos e saia repetir-se-á em todas as imagens. Obviamente, a repetição das vestimentas e a proximidade excessiva entre mestre e discípulas podem ser simples consequência da moda da época: segunda metade do século XX, entretanto, quando postas em diálogo com as primeiras imagens a primeira idéia aqui exposta: cumplicidade/influência se reforça. Na terceira imagem, Grossmann está sentada olhando diretamente para a câmera fotográfica, tem diante de si um papel, que todas as

²⁴ As fotografias restantes estão anexas a este trabalho

alunas também trazem consigo, todas estão em torno de uma mesa redonda, a simetria da foto produz, mais uma vez, a localização central de Grossmann, o que sugere, mais que uma mera ordenação de pose para a foto, mas, subjetivamente, a professora como centro coadunador daquelas atenções. Na foto seguinte estão todas as discentes sentadas em volta da mesa, papéis que, mais uma vez, sugerem a idéia de um grupo de estudos estão cuidadosamente depositados sobre a mesa, a professora está de pé. A quinta e última foto é aquela que nos é analiticamente mais cara, vez que, ao centro, está, mais uma vez, Grossmann e, em torno dela, as Prof.^{as} Dr.^{as} Lígia Telles e Antonia Torreão Herrera:



Foto 2: Antonia Torreão (E), Judith Grossmann (C) e Ligia Telles (D).

A importância desta imagem está não nos decisivos fios do tempo que a aprisionam em um passado já distante, mas na potência sônica que, contemporaneamente ela tem, vez que serão estas duas professoras que, juntamente com a Prof.^a Dr.^a Evelina Hoisel, irão criar e desenvolver o projeto que no ano de 2000 se chamava *O escritor e seu duplo: Migrações*, da qual fui a primeira bolsista *Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica* (PIBIC), pesquisa que, inicialmente, centrava-se nos estudos sobre a produção intelectual de Judith Grossmann. Este Projeto, que hoje se chama *O escritor e seus múltiplos: Migrações*, desenvolve-se não mais apenas pensando nas interconexões entre a prática docente e a escrita literária dos escritores, mas, alcançando figuras como João Carlos Teixeira Gomes, Silviano Santiago, Ruy Espinheira Filho, busca, seguindo os princípios da crítica biográfica, analisar as várias interpenetrações de saber que constituem este sujeito. Mais uma vez, na última foto, repete-se o lugar central ocupado por Grossmann, esta impressão pode ser explicada pelo fascínio que a sua figura exerce sobre os alunos, o que pode ser ratificado pela Prof.^a Dr.^a Antonia Torreão Herrera, que no seu texto *O intelectual e a formação teórica da pesquisa literária na Universidade*, declara:

Traz na mala grandes livros da literatura ocidental. Ministra cursos que dizem do seu cânone: de Sófocles a Shakespeare, Racine, Ibsen, Brecht, Becket, Ionesco, Artaud e muitos outros dramaturgos, o teatro teve seu palco garantido em suas leituras. Todos os nossos poetas modernos, destacadamente Jorge de Lima, Manuel Bandeira e Cecília Meireles, Mário Faustino, João Cabral de Melo, mais os românticos Castro Alves e Junqueira Freire e alguns poetas de língua inglesa: Proust, Walt Whitmann, T. S. Eliot, Pound, invadiram nossa mente com suas imagens e ritmos. Da narrativa, foram inúmeros os cursos e leituras pontuais que se torna impossível enumerá-los. Mas, direi de Proust, Zola, Flaubert, Lautréamont, Kafka, Thomas Mann, Joyce, Dostoiévski, Tolstói, Machado de Assis, Graciliano Ramos, Guimarães Rosa, Lúcio Cardoso, Clarice Lispector, Virgínia Woolf, Katherine Mansfield, Borges, Cortazar, Mário de Andrade, a prosa de Jorge de Lima, Samuel Ravet e outros²⁵.

Quando, em 1966, Judith Grossmann chegou à Bahia, trouxe na bagagem conhecimentos adquiridos em seus anos de graduação no Rio de Janeiro e na Pós-Graduação feita na Universidade de Chicago. A esta altura, a professora já trazia consigo uma experiência de ensino na Universidade do Estado da Guanabara (1965-1966), onde ocupava a cadeira equivalente à de Teoria da Literatura na Faculdade de

²⁵ HERRERA, Antonia Torreão. *O intelectual e a formação teórica da pesquisa literária na Universidade*. ABRALIC 2004. Anais. UFRGS.

Filosofia, Ciências e Letras daquela instituição. Àquela época, os cursos de teoria da literatura estavam no início de sua implantação²⁶, lutando com a dificuldade de serem colocados nas grades acadêmicas como cursos optativos, o que demonstra a relevância dada a eles pelo regimento acadêmico da época. Apenas em 1961, a USP (Universidade de São Paulo) implantou a disciplina Teoria Geral da Literatura, mais tarde batizada de Teoria Literária e Literatura Comparada, para ser ministrada por Antônio Cândido, a UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) a instaura em 1966. Em nenhuma destas instituições é oferecida à Teoria da Literatura lugar de disciplina realmente relevante para a formação dos profissionais em Letras, isto se percebe pela posição desprivilegiada da disciplina na grade curricular.

Chega, então, Judith Grossmann à Bahia com a tarefa de implantar o curso de Teoria da Literatura da Universidade Federal da Bahia (UFBA). A professora inicia um processo de renovação de saberes e leituras que muda, definitivamente, a feição do Instituto de Letras. Certamente, o tempo que passou em Chicago ofereceu a Grossmann a possibilidade de entrar em contato com teorias e reflexões críticas muito jovens e aliando a isto o período de ensino na Universidade do Estado da Guanabara, o que recebemos aqui em Salvador foi uma profissional ainda no florescimento de sua carreira no Magistério Superior. Ela que marcou todos os alunos que pelas suas mãos passaram de modo que, muitos deles, agora na posição de professores de Nível Superior, mesclam as teorias aprendidas, com novos saberes aquiridos nestes anos de estudo e pesquisa.

Judith é recebida na UFBA, mas também recebeu a instituição adonando-se de seus alunos e fazendo deles seus discípulos, orientados e amigos. A relação estabelecida entre ela e estes alunos é mediada por um sentimento amoroso que permeia a sua concepção acerca da profissão de professor como sendo uma vocação. E estes alunos serviram, cada um em sua certa medida, como multiplicadores do saber oferecido por esta professora, nas palavras de Judith:

Onde está tudo isto, eis o que é importante interrogar agora. Em que se converteu? Em pó? Em ouro? Em pessoas, na verdade. E estas pessoas estão espalhadas pelo mundo inteiro, fazendo o mesmo que fazia eu, ensinando, confiando que tal pedagogia... eu ia dizer demiúrgia... é possível na transmissão do saber²⁷.

²⁶ LIMA, Rachel Esteves. *A crítica literária na universidade brasileira*. 1997. 323f. Tese. (Doutorado em Letras – Literatura Comparada) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

²⁷ GROSSMANN, Judith. Memórias de Alegria. Depoimento. *Revista Estudos; Lingüísticos e Literários*. n.25/26, Jan/dez. de 2000.

2.2. Representações da Memória

Cotidianamente projetamos, sobre a imagem da memória, metáforas que compõem um molde de construção retórica que aliam a representação da memória a uma visão que limita a sua capacidade a mera armazenagem de informações que podem ser acessadas com níveis variados de dificuldade. Douwe Draaisma, professor de história da psicologia, buscou em seu texto *Metáforas da Memória*²⁸ elencar as principais idéias que se referiam à construção mnemônica observando a regularidade de sua reincidência, as relações estabelecidas entre as sociedades e a compreensão dos processos de retenção, articulação e reconfiguração da memória. As referências à memória como metaforizada na figura de espaços físicos que possuem uma armazenagem são recorrentes, as imagens alcançam lugares de abrigo de objetos de “coleção”, como bibliotecas, arquivos, adegas, armazéns – onde as lembranças são guardadas e acionadas quando necessário; por lugares onde se guardam animais, como pombais e aviários –, de onde as idéias fariam revoadas quando agitadas pela necessidade da lembrança; contextos que remetem à sua retenção em um lugar recôndito, como arcas, cofres, profundezas – o que nos sugere a dificuldade de acionamento de algumas lembranças; a busca dos objetos de memória pode se dar igualmente em lugares amplos e desconhecidos como campos e florestas, escuros como grutas e minas e ainda propositadamente atordoantes como os labirintos, mosteiros e palácios.

Entretanto, olhos minimamente atentos perceberão que o acesso aos materiais retidos na memória não obedece a uma gramática pré-determinada escapando, ou por mudanças de contexto intelectual, ou por inadequação das metáforas, ao funcionamento da mente, de uma representação fechada que abarque o seu delicado mecanismo de apagamento, arquivamento e acessibilidade. Draaisma percebe a falha em cada uma destas representações, entretanto, o que nos chama atenção no investimento do estudioso é a necessidade humana de estabilizar a representação mnemônica que escapa de nosso domínio cotidiano até pelo simples movimento do esquecimento de um nome, data ou fato, em um mecanismo ou objeto que possa alcançar a sua complexidade.

Registra-se que no século XVIII, Leonhard Euler tinha uma memória prodigiosa, de onde tudo poderia ser extraído quando lhe fosse necessário, conhecia

²⁸ DRAAISMA, Douwe. *Metáforas da memória: uma história das idéias sobre a mente*. Trad. Jussara Simões. São Paulo: EDUSC, 2005.

toda a *Ilíada*, sendo capaz, inclusive de recitá-la. Entretanto, esta capacidade surpreendente de retenção e acessibilidade demonstrada por Euler torna-se frágil diante da morte. A memória, por maior que possa ser, quando aprisionada na pele de um corpo humano, é perecível, transitória, vez que está exposta à morte – que pode ser tanto o desaparecimento do sujeito quanto a sua incapacidade de encontrar, dentre os seus documentos mnemônicos um registro qualquer. Qual seria, então, a forma de combater o naufrágio da memória (e aqui se apresenta mais uma de suas metáforas, a de uma travessia marítima), e criar nichos de retenção artificial? A única solução viável é a construção de memórias-próteses. Elas transformam o medo cotidiano de encarar a recordação e o esquecimento, conduzindo os pensamentos sobre a memória como sendo uma inscrição, metáforas que se representam na argila ou as placas de cera da antiguidade; na Idade Média, o pergaminho ou velino, depois, o papel (esta metáfora básica será a nota sobre a qual se efetivarão variações sobre as máquinas de inscrição e armazenamento destas). Sempre que desconfiamos da capacidade da memória em reter e preservar o acontecimento ou informação recorremos a um suporte material, entretanto, da passagem do pensamento ao papel há um movimento de interpretação intrusa que modifica imperiosamente o conteúdo. O que é relevante, para Draaisma é que:

As memórias artificiais não só recebem, aliviam e, ocasionalmente, substituem a memória natural, mas também têm dado forma ao nosso modo de encarar a recordação e o esquecimento²⁹.

A palavra latina “*memoria*” tem, em seu étimo, um duplo sentido de memória e autobiografia. A palavra memorial, por exemplo, significa, além de memória, o próprio registro escrito, esta marca (de uma memória-prótese onde se inscreva aquilo que não pode ser esquecido) aparecerá, pela primeira vez, como referência à placa de cera, no *Teeteto*, de Platão. A convicção platônica era de que a memória se assemelha a uma placa de cera onde se guardavam as informações importantes, o que justifica a melhor memória de uns em relação a outros, ou, por exemplo, a diferença entre a capacidade de recordação entre um idoso, um jovem e uma criança, pensados como faces distintas da capacidade de acionar com maior ou menor facilidade os conteúdos da memória, que é explicada pela qualidade da cera, que em alguns está mais mole, e, portanto, mais resistente à impressão. Mais tarde, em *De memória et reminiscentia*, Aristóteles

²⁹ DRAAISMA, Douwe. *Metáforas da memória: uma história das idéias sobre a mente*. Trad. Jussara Simões. São Paulo: EDUSC, 2005. p.21.

retomará a imagem da placa de cera afirmando que uma experiência vivida pelos sentidos deixa uma imagem, um *eikon*, na memória. O filósofo chama bastante atenção para o aspecto fisiológico da memória, oferecendo um sentido mais literal para a placa de cera:

Os filósofos pré-socráticos já haviam apresentado hipóteses sobre o substrato físico dos vestígios da memória. Parmênides afirmava que a cada recordação correspondia um padrão de luz e calor, escuridão e frio, e que qualquer distúrbio desse padrão apaga a memória. Diógenes de Apolônia presume que as memórias estão contidas em determinadas partes das vias respiratórias do corpo; assumiu como indício o fato de que as pessoas dão um suspiro de alívio quando finalmente lhes ocorre algo que estavam tentando lembrar³⁰.

Retomando esta tradição – que é para nós ainda uma angústia bem contemporânea expressa, por exemplo, na necessidade dos cientistas definirem no palco do cérebro onde se realizam as mais delicadas cenas cotidianas, onde se guardam sensações e lembranças várias - Aristóteles insere-se no discurso fisiologista afirmando ser a alma (*pneuma*) o principal conceito da física. O que se acreditava à época é que a *pneuma* transportava pelo corpo as impressões dos sentidos e que o destino provisório destes era o coração: sede das emoções. Depois, as impressões superiores, como as ligadas à audição, visão e olfato, seriam transportadas para o cérebro, este transporte deixaria, certamente, um vestígio material, uma inscrição.

Depois de Platão e Aristóteles a metáfora da Placa de Cera tornou-se recorrente nas imagens sobre a memória. O *Ad herenium*, que é um tratado sobre as técnicas de memória, reforça a sua comparação com a escrita na medida em que afirma que um bom orador é capaz de depositar as imagens em um segundo plano (fazendo a sua retenção, que seria, neste contexto, igual à escrita) e trazê-las ao primeiro plano (como se lesse o que escrevera quando desejasse). A metáfora da cera ainda permanece até o século XIX, quando, a esta altura, já terá dois mil anos de idade.

Outro que investe deveras na tentativa de construir uma retórica imagética que compreenda a memória será Santo Agostinho que em suas *Confissões* aciona um outro arsenal icônico, são agora palácios, câmaras de tesouro, cavernas, onde se guardam as cenas e sensações vivenciadas. Estas idéias, desde Platão a Santo Agostinho, no máximo, dão conta da capacidade da memória de reter e conter as informações,

³⁰ DRAAISMA, Douwe. Metáforas da memória: uma história das idéias sobre a mente. Trad. Jussara Simões. São Paulo: EDUSC, 2005. p.51.

explicando a não-permanência de algumas delas como sendo uma imperfeição na inscrição.

Comumente, diante da impossibilidade de se investir na análise pormenorizada da memória que compreendesse não apenas seu armazenamento, mas também a sua reordenação e recombinação de elementos no interior na psique, assim como o apagamento de algumas informações e a maior retenção de outras, busca-se o socorro de discursos repletos de adjetivações que, pela sua amplitude, funcionam como um sintoma para aquilo que ainda não pudera ser quantificado ou explicado. São descrições da memória como sendo um “poderoso” instrumento, um “maravilhoso” engenho, idéias que reforçam a sua inacessibilidade, afirmando que algumas coisas se guardam nos recantos profundos da memória. Mas o que se pode fazer quando o sujeito se depara com a pedra insone do esquecimento? Como se pode em uma máquina, em um pombal, em um armazém guardar, em lugar de objetos, a consciência de sua ausência?³¹ Se quisermos pensar no armazém, metáfora tão cara a Santo Agostinho, como reter a lacuna sem, automaticamente, preencher o seu lugar? A questão se torna mais complexa se concordarmos com a idéia de Santo Agostinho de que lembramos do que já vimos e experimentamos, entretanto, nunca se vive o esquecimento antes de tê-lo. Ele, por um jogo intangível, coloca-se no lugar de algo que estava ali, não necessariamente o apaga, mas coloca-se na sua frente, ocultando-o. Percebe-se, então, que a questão é, verdadeiramente, mais complexa.

Na Idade Média, por exemplo, ainda preservando a metáfora básica da inscrição, a memória será comparada a uma biblioteca. A imagem do pergaminho, pela sua capacidade de atravessar grandes períodos tempório-espaciais, quebrava com a intransitividade do acontecimento, dali para usá-lo como representação da memória foi rápido, entretanto:

[...] seria errado pensar que na Antiguidade e na Idade Média o livro chegou a ser considerado alternativa à memória humana, como meio de aliviar, por meio do registro escrito, o que teria de ser decorado. Na tradição monástica, o livro destinava-se a ser um auxílio à memória, sua finalidade era, precisamente, facilitar a memorização³².

³¹ Aqui já podemos sinalizar a reflexão de Derrida em *Mal de Arquivo*: a pulsão arquiviolítica, o verdadeiro mal de qualquer arquivo é a iminência de sua destruição. A memória apresenta-se, assim, como um mecanismo fantástico que, além de reter os *souvenires*, retém, igualmente, na prateleira vazia, pelo seu próprio vazio por ele mesmo representado, o esquecimento.

³² DRAAISMA, Douwe. Metáforas da memória: uma história das idéias sobre a mente. Trad. Jussara Simões. São Paulo: EDUSC, 2005.

Outra representação que se torna corriqueira neste contexto é mais uma modalidade de metáfora fisiológica: a do estômago. Isto se explica basicamente por dois motivos: o primeiro deles era escassez de livros, que, pela sua dificuldade de impressão e democratização, impunha a leitura coletiva das obras. Isto nos conduz à segunda questão: nos mosteiros, por conta da vida absolutamente reclusa dos sacerdotes, o único momento em que se tinha a possibilidade de reunir um grande número de ouvintes era no momento do almoço, ali, a *Bíblia*, leitura praticamente exclusiva na Idade Média e, principalmente, naquele recinto, era lida e suas palavras misturavam-se com o alimento e, embebidas pela saliva, eram engolidas e digeridas. O tempo, porém, não oferece oportunidade para um prolongamento indefinido da metáfora da memória como sendo um livro. Muito além das questões que se referem à acessibilidade das informações e ao acionamento de registros guardados ou às dificuldades de explicar o motivo do esquecimento, o que, especialmente, nos remete à imagem do *Livro de areia* de Borges. Enfim, para muito além destas questões, está a violenta democratização do livro que o transforma em objeto decorativo inclusive nos quadros do século XIII. Isto é tão notório que, entre os séculos XIII e XV a população duplicou, mas a produção e circulação de livros multiplicou-se seis vezes.

Este breve levantamento das imagens da memória que buscou as suas representações metafóricas de Platão até o século XV não se pretendeu exaustivo, entretanto, o que nos chama a atenção é a permanência de uma determinada imagem na absoluta maioria das metáforas construídas: a escrita. Através desta podemos chegar a, quiçá, uma das mais eficientes representações da memória já feitas, aquela construída por Sigmund Freud em *Notas sobre o Bloco Mágico*³³.

A idéia de Freud é equacionar, em um mecanismo compreensível, a capacidade que tem a memória de, a um tempo, reter, permanentemente, informações com os mais variados níveis de complexidade e, igualmente, manter-se disponível para a retenção de tantas informações quantas forem necessárias. Desta forma se chega ao brinquedo infantil do bloco mágico que obedece, em seu funcionamento, a esta capacidade paradoxal na medida em que, dividido em duas camadas, a primeira delas, mais sensível e vulnerável ao apagamento, corroborava com a construção de uma superfície permanentemente aberta a novas informações escritas. Quando levantada esta superfície, um engenho mais complexo se revela, vez que há escritas depositadas sobre

³³ SIGMUND, Freud. *Notas sobre o Bloco Mágico. Obras psicológicas completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

aquela primeira que ultrapassam sua delicadeza e instalam-se em um nível paralelo e inferior, não mais como escrita e sim como traço, como rastro, vestígio de acontecimento, e daí tem-se a abertura para a leitura da memória como objeto não-estático, mas atualizado a cada releitura. Entretanto, este engenho fantástico é abandonado como metáfora possível para a representação da memória por não ser uma máquina que, qual esta última, funcionasse de maneira autônoma.

Jacques Derrida em seu texto *Freud e a Cena da escritura*³⁴ buscou, como é uma importante dinâmica de seu pensamento desconstrutor, retomar algumas reflexões dos textos freudianos apontando, conforme o seu pensamento, até onde elas foram *avant le lettre* e, a partir de onde elas podem ter sido tolhidas pelas limitações impostas pela metafísica ocidental. O que se percebe é que os modelos metafóricos de Freud são aqueles que escapam à língua falada e até à escrita fonética inscrevendo-se no lugar do “traço” que é exterior ou posterior à palavra. No entender de Derrida, *Freud recorre a sinais que não vêm transcrever uma palavra viva e plena, presente a si e senhora de si*³⁵ Isto se compreende, quando buscamos entender as reflexões de Freud sobre a memória, o que se alcança quando lemos *A interpretação dos sonhos*. Para ele, a memória é não apenas um aparelho de memória, mas, antes, um aparelho de linguagem.

A memória é, então, memória de traço (*Spur*) e que todo traço o é de uma impressão (*Eindruck*) no caso específico dos sonhos, onde, talvez, a busca da compreensão sobre a memória, em Freud, esteja mais presente, diz-se que o sonho é memória de algo que deve ser concebido como um texto, composto de imagens visuais, táteis, acústicas e palavras. Pode-se dizer que uma das atividades principais do tecido nervoso é a da retenção da memória que é um mecanismo complexo, vez que deve desempenhar uma dupla função: fazer com que o traço já inscrito ali permaneça e, ao mesmo tempo, continuar infinitamente receptiva à recepção de novas inscrições.

O investimento freudiano é divergente, de acordo com Derrida, de análises anteriores sobre a memória vez que, inicialmente, pensava-se que as células de construção da memória eram, basicamente, de duas ordens: “células de recepção” e “células de recordação”. Que têm um mecanismo que pode ser entendido como sendo a recepção, seleção e retenção de informações para posterior recordação. Este funcionamento foi analisado por Freud no *Projeto de 1895*, ali o psicanalista desenha o

³⁴ DERRIDA, Jacques. Freud e a Cena da escritura. In: DERRIDA, Jacques. *Escritura e Diferença*. Trad.: Maria Beatriz Nizza. São Paulo: Perspectiva, 2000. Col. Debates.

³⁵ DERRIDA, Jacques. Freud e a Cena da escritura. In: DERRIDA, Jacques. *Escritura e Diferença*. Trad.: Maria Beatriz Nizza. São Paulo: Perspectiva, 2000. Col. Debates. Pg. 182.

modelo da memória, elemento fundamental do aparelho anímico, ou psíquico. Conforme Luiz Alfredo Garcia-Roza³⁶, a informação primordial é que essa memória não se acrescenta secundariamente ao aparelho, quando se afirma que o aparato anímico é um aparato de memória, o que se tem como consequência imediata é a noção de que a memória é um *a priori* para o sistema psíquico. Isto se baseia na idéia de que mesmo a mais insignificante impressão é capaz de deixar um traço indelével que é passível de ressurgir um dia. Quando se fala em preservação do indelével traço, creio que seja deveras importante diferenciar esta compreensão de memória da visão bergsoniana que crê na preservação integral do passado. O que encontramos na teoria freudiana é que o traço, enquanto resultado da impressão, permanece para sempre, entretanto, o que se repete como memória não é o traço, enquanto inalterado, é, sim, as diferenças entre os vários trilhamentos percorridos até alcançá-los. Esta é a principal qualidade da memória freudiana, ela é sempre diferencial.

2.3 A memória em Freud:

Projeto para uma psicologia científica (1895)

Uma teoria psicológica digna de consideração precisa fornecer uma explicação para a “memória”
Freud, *Projeto para uma psicologia científica*.

No texto do *Projeto para uma psicologia científica*, de 1895, Sigmund Freud investe numa tentativa de explicação do funcionamento do sistema psíquico e aponta alguns caminhos iniciais sobre a sua percepção do funcionamento da memória. Analisando o funcionamento dos neurônios e o transporte da quantidade de energia externa (Q) através destes como também os seus efeitos sobre o comportamento humano, o psicanalista traça um estudo que se baseia nas questões relativas à quantidade e qualidade da excitação (ou energia) aplicada sobre o neurônio. Segundo ele a sua análise:

Deriva diretamente das observações clínicas patológicas, especialmente no que diz respeito a idéias excessivamente intensas — na histeria e nas obsessões, nas quais (...) a característica quantitativa emerge com mais clareza do que seria normal³⁷.

³⁶ GARCIA-ROZA. *Introdução à metapsicologia freudiana 2; A interpretação do sonho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

³⁷ FREUD, Sigmund. Projeto para uma psicologia científica - 1895. Vol.I In:_____. *Publicações pré-psicanalíticas e esboços inéditos*. Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro, Imago, 1969.

A sua teoria postula que todo o sistema neurológico funciona seguindo ao princípio da *inércia neuronal*, conceito que sinaliza que os neurônios buscam estar o mais desmobilizados quanto possível, ou seja, livres de Q, que pode ser também a Qn (energia endógena aos processos neuronais). A função primária do sistema nervoso seria manter-se livre de estímulos, o que se faria despejando as Q em mecanismos musculares, neste contexto surge uma função secundária que, mais tarde, será desenvolvida como sendo uma “memória”. Como constantemente recebemos estímulos externos Q, e estes produzem uma carga de energia interna Qn e, ainda, os neurônios tendem à inércia, eles, fazem com que esta energia não fique retida redistribuindo-a através de descargas. No corpo existiria, segundo Freud, uma preferência deste mecanismo de descarga por usar correntemente algumas vias, normalmente aquelas que melhor funcionem como vias de *fuga de estímulo* sem abalar a *lei da inércia*. Entretanto, não há como evitar, ainda que não se tenha estímulos externos é imperioso, para a manutenção do funcionamento do corpo humano, a preservação de uma Qn que abasteça os processos cotidianos como a respiração e a sexualidade, assim, o sistema nervoso precisa abrir mão de sua tendência original de repouso. A *lei da inércia* nos conduz a afirmar que um neurônio jamais poderia ficar investido permanentemente de uma energia, assim, ele tenderá a estar esvaziado de Qn, o que ocorrerá com a passagem da corrente em direção ao cilindro axial. Mas, se toda a excitação fosse despejada neste movimento a reserva jamais se construiria. É aqui que aparece o conceito de *barreira de contato*, que seria uma força que oposta à descarga:

O princípio da inércia encontra expressão na hipótese de uma *corrente* que parte das vias de condução ou processos celulares [dendritos] em direção ao cilindro axial. Cada neurônio isolado é, assim, um modelo de todo o sistema nervoso, com sua dicotomia de estrutura, sendo o cilindro axial o órgão de descarga. A função secundária [do sistema nervoso], porém, que requer a acumulação da Qn, torna-se possível ao se admitir que existam resistências opostas à descarga; e a estrutura dos neurônios torna provável a localização de todas as resistências nos *contactos* [entre os neurônios], que desse modo funcionariam como *barreiras*. A hipótese de *barreiras de contacto* é frutífera em vários sentidos.³⁸

³⁸ FREUD, Sigmund. Projeto para uma psicologia científica - 1895. Vol.I In:_____. *Publicações pré-psicanalíticas e esboços inéditos*. Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro, Imago, 1969.

No interior dos neurônios, a passagem da excitação se dá de um protoplasma diferenciado a outro, ou seja, dos dendritos ao cilindro axial, isto, para Freud, faria com que estes estivessem mais propensos a adaptar-se à condução. Se se imagina que a condução de corrente (energia, excitação) obedece a um fluxo de mão única, encontramos a afirmação no *Projeto* que a repetição do percurso irá transformar protoplasmas indefinidos (aqueles que passam a corrente de um neurônio a outro) em definidos (como aqueles que são internos ao neurônio). Por conseguinte, pode-se crer que a barreira de contato é construída baseada numa dada “memória” do percurso de energia: *Uma das principais características do tecido nervoso é a memória*³⁹. Freud investirá, então, na tentativa de um desenho do funcionamento da memória a partir do sistema neuronal tentando explicar uma questão que é a base do mecanismo mnemônico e que retornará, em 1925, no seu texto *Uma nota sobre o bloco mágico*⁴⁰:

Ora, qualquer explicação dessa espécie se depara com a dificuldade de admitir, por um lado, que, depois de cessar a excitação, os neurônios fiquem permanentemente modificados em relação a seu estado anterior, ao passo que, por outro lado, não se pode negar que as novas excitações, em geral, encontrem as mesmas condições de recepção que encontraram as excitações precedentes.⁴¹

Uma vez que não consegue vislumbrar o funcionamento de um sistema baseado em neurônios que sejam ao *indiferenciadamente influenciados e inalterados*, Freud postula, então, que existem células de recepção, que deixam passar a Qn e que, ao mesmo tempo, após cada passagem estão prontas a receber nova descarga, e outras de retenção, que deixam passar apenas pouca quantidade de Qn, estas, após a passagem da excitação ficam *diferentes* e, por isso, podem representar a memória. Esta é a primeira possibilidade de explicação levantada no *Projeto*.

Os neurônios de retenção ficariam *permanentemente alterados pela passagem de uma excitação*, assim, as suas barreiras de contato são mais capazes de fazer a condução da excitação, a isto se denominou facilitação *Bahnung*, segundo esta idéia: *a memória*

³⁹ FREUD, Sigmund. Projeto para uma psicologia científica - 1895. Vol.I In:_____. *Publicações pré-psicanalíticas e esboços inéditos*. Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro, Imago, 1969.

⁴⁰ FREUD, Sigmund. Projeto para uma psicologia científica - 1895. Vol.I In:_____. *Publicações pré-psicanalíticas e esboços inéditos*. Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro, Imago, 1969.

⁴¹ FREUD, Sigmund. Uma nota sobre o bloco mágico. Vol.XIX.I In:_____. *Obras psicológicas de Sigmund Freud em versão eletrônica*. Rio de Janeiro, Imago, 200?

*está representada pelas facilitações existentes entre os neurônios y*⁴². Mas, indaga Freud, e se todas as barreiras do neurônio y estivessem investidas de uma mesma facilitação? Certamente, a memória não poderia ser representada por este sistema, vez que suas características jamais se apresentariam ali, daí uma outra postulação: *a memória está representada pelas diferenças nas facilitações entre os neurônios*⁴³. Partindo da idéia que a memória de uma experiência só acontece a partir de duas variantes: a magnitude da impressão e a freqüência de sua repetição; monta-se a idéia de que a facilitação é conseqüência da quantidade de excitação e do número de vezes que a corrente acontece.

Todo este complexo mecanismo acontece fisiologicamente, desta forma, a consciência está alheia a ele, mas, sabemos, boa parte da Q que circula no sistema neuronal emerge de situações do cotidiano, por isso as correntes, por mais que sejam compreendidas pelo sistema como sendo apenas quantidades de excitação, carregam diferentes qualidades, a depender do estímulo externo. Presume-se, então, no projeto, que haja ainda um terceiro tipo de neurônio *que é excitado junto com a percepção, mas não com a reprodução, e cujos estados de excitação produzem as diversas qualidades — ou seja, são sensações conscientes*⁴⁴. Freud presume que entre os neurônios ψ , ϕ e ω haja uma quantidade decrescente de energia fazendo com que ao neurônio ω possa ser atrelada a idéia de qualidade – em lugar da de quantidade. Mas, surge uma outra dificuldade: se a qualidade é inversamente proporcional à quantidade de excitação, para reduzir esta última seria necessário pensar em neurônios cada vez mais impermeáveis, o que seria impróprio para um mecanismo mnemônico, mas:

A mutabilidade de seu conteúdo, a transitoriedade da consciência, a fácil combinação de qualidades simultaneamente percebidas — tudo isso só é compatível com uma completa permeabilidade dos neurônios, junto com uma total *restitutio in integrum* [restauração do estado anterior deles]. Os neurônios se comportam como órgãos de percepção e neles não encontramos nenhum lugar para a

⁴² FREUD, Sigmund. Projeto para uma psicologia científica - 1895. Vol.I In:_____. *Publicações pré-psicanalíticas e esboços inéditos*. Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro, Imago, 1969.

⁴³ FREUD, Sigmund. Projeto para uma psicologia científica - 1895. Vol.I In:_____. *Publicações pré-psicanalíticas e esboços inéditos*. Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro, Imago, 1969.

⁴⁴ FREUD, Sigmund. Projeto para uma psicologia científica - 1895. Vol.I In:_____. *Publicações pré-psicanalíticas e esboços inéditos*. Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro, Imago, 1969.

memória. A permeabilidade arremata a facilitação, que não provém da quantidade. De onde mais [pode ela provir]?⁴⁵

Chega-se à conclusão de que a única via de explicação está no intervalo temporal, ou seja, período ou intervalo, entre uma excitação e outra em cada neurônio.

Na opinião de Derrida, a conquista do modelo freudiano de memória está no elemento das *barreiras de contato* que lhe interessa, como modelo metafórico, não necessariamente como aparato mnemônico, vez que se apresenta como potente abalo nas estruturas que anteriormente buscaram representar o sistema da memória por que aproxima os eixos pensados como opostos e excludentes, a saber: lembrança e esquecimento. Estes modelos antigos, através do levantamento de algumas metáforas que investiram representar a memória, preservam a oposição básica quase que com um temor da contaminação de um pelo outro e, portanto, seguindo a sua lógica opositiva, o apagamento da memória pelo esquecimento. Entretanto, Derrida propõe um repensar a teoria freudiana a partir das idéias por ele trazidas de *quantidade de excitação e qualidade da impressão*. Para Derrida, o traço, inscrito e construído como memória no psiquismo humano, não é um objeto passivo e acessível a qualquer hora e sempre por um caminho pré-determinado. Concordando com Freud ele afirma que o traço deve ser sempre pensado na/pela diferença, para ele:

A repetição não acrescenta nenhuma quantidade de força presente, nenhuma intensidade, reedita a mesma impressão: tem, contudo, poder de exploração⁴⁶.

A questão para ele é discutir a impossibilidade de se pensar a memória a partir de um funcionamento “naturalista” ou “fenomenológico”, que sintetiza o acesso ou não à memória a partir da quantidade de excitação. Para Derrida, *repetir é sim, repetir na diferença*, neste sentido ele concorda com Freud, porém, isto, na visão do primeiro, não alcança apenas o *trilhamento*. Se observarmos a concepção derridiana chegaremos ao ponto de que a idéia de um traço, inscrito no interior de uma memória, que pode ser acessado e repetido *ad eternum* deixa escapar a importante noção da repetição como interpretação, e aqui está a produtividade da revisitação derridiana ao texto de Freud.

⁴⁵ FREUD, Sigmund. Projeto para uma psicologia científica - 1895. Vol.I In:_____. *Publicações pré-psicanalíticas e esboços inéditos*. Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro, Imago, 1969.

⁴⁶ DERRIDA, Jacques. Freud e a Cena da escritura. In: DERRIDA, Jacques. *Escritura e Diferença*. Trad.: Maria Beatriz Nizza. São Paulo: Perspectiva, 2000. Col. Debates. p.184.

A vida opõe-se, na cena da memória, ao traço como mera repetição, como encontro da origem. Na medida em que se perde o dinamismo da noção de que cada vez que se repete, cada vez que se reencontra o traço, ele entra em um jogo de convergências de inter-relações que são muito mais complexas que o mero retorno do mesmo, uma vez que retornar sempre ao mesmo lugar é aproximar-se da morte: a tendência ao menor esforço é a tendência ao esvaziamento absoluto. A negação da origem – que se liga à negação do traço como memória estável – nos recorda a necessidade de descentrar a origem de seu lugar de apaziguamento fazendo, de forma rizomática, eclodir outras origens possíveis, pensado que cada “começo” está, não em relação excludente, mas suplementar em relação aos demais, vez que cada origem, como, por exemplo, no caso das lembranças, reinventa-se e se forja no momento mesmo de sua evocação, ou, como nos diz Derrida: *A origem é não-originária*.

Em sua conferência proferida em 5 de Junho de 2004, no Museu Freud, em Londres, no Colóquio Internacional intitulado a “Memória: a questão dos arquivos”, Derrida apresenta uma contundente provocação formulada sob a seguinte indagação: como reelaborar hoje um conceito de arquivo colocando-o sob uma mesma configuração, a um tempo *técnico, político, ético e jurídico*. Para ele, o fim do milênio, com os seus desastres, que são também *arquivos do mal*, são aqueles que foram dissimulados, interditados, desviados, recalcados, e que, portanto, constituem saberes que não podem circular. Os crimes contra a humanidade, o extermínio, a dilapidação da memória de outrem, está em uma perigosa ordem de apropriação e manipulação dos signos de pertença de um povo ou indivíduo a uma dada narrativa. Assim, mais uma vez, Derrida questiona: “A quem cabe, em última instância, a autoridade sobre a instituição do arquivo?” É desta reflexão inicial que emerge uma metodologia – não autoritária e unívoca, mas, antes de tudo, mobilizadora de uma postura distinta em relação ao arquivo, na qual o escritor sugere que a primeira atitude, ao lidar com o arquivo é retirar dele a idéia de que ele é um início, a fonte originária de uma história, todo arquivo é um conjunto de “rastros puros”, sem a presença-em-si do fato, que só pode ser representado por ele-mesmo ainda que em sua precariedade de totalização, vez que quem olha determina o que olha, o mesmo podemos dizer de quem conta. Como reunião de rastros, o arquivo é texto que merece um investimento de leitura, mas esta não se pode querer como fiel à hermenêutica tradicional que buscará alcançar a essência de um sentido unificador, o que se conseguirá, na cena de um arquivo, é, pelo

entrelaçamento de marcas, abrir margens para a inscrição de interpretações sempre suplementares porque, necessariamente, em excesso.

Entretanto, tal qual o organismo da memória, como discutido em *Freud e a Cena da escritura*, a psique se constrói pela repetição de trilhas, de rastros que a compõem, a periodicidade de retorno destes rastros e o espaçamento entre um caminho e outro é que gerará um discurso, mas ele não terá uma “tradução” ou uma “significação” evidente e insubstituível, cada um que se apossar da travessia deste caminho poderá dele construir uma narrativa distinta:

Não devemos começar distinguindo o arquivo daquilo a que o reduzimos freqüentemente, em especial a experiência da *memória* e o retorno à *origem*, mas também o *arcaico* e o *arqueológico*, a lembrança ou a escavação, em suma, a busca do tempo perdido?⁴⁷

A condição de um arquivo é a convivência com um *arconte* que ocuparia um lugar de autoridade, por isso um arquivo nunca ressuscita de maneira inocente e neutra a “originalidade de um acontecimento”. Neste sentido, a leitura psicanalítica da memória deveria servir de modelo para a forma como se lê o arquivo, instaurando uma visão não-inocente no contato com os rastros nele inscritos. Este contato ocorre, freqüentemente, ligado à cena da escavação arqueológica, mas é indispensável refletir que o discurso psicanalítico aborda a “estocagem” de impressões, a cifragem de inscrições, mas a psique é também lugar de censura, recalçamento, repressão de leitura de registros.

2.4. “A vida inteira que poderia ter sido, e que não foi” ou a supervivência da memória.

O espaço do arquivo é, comumente, percebido como um lugar de sobrevivência de uma memória desfibrada, ambiente no qual se busca, à força da coadunação de traços de vivências, construir uma trama urdida com destreza que narre uma dada história monumental simulando linearidades e suplantando as brocas e hiatos do tecido corroído da lembrança. A proposta trazida por Evando Nascimento em seu texto *A efêmera memória: Clarice Lispector*, insta-nos a compreender o lócus do arquivo como sendo o lugar da supervivência, no sentido de entendê-lo mais como um suplemento de

⁴⁷ DERRIDA, Jacques. Freud e a Cena da escritura. In: DERRIDA, Jacques. *Escritura e Diferença*. Trad.: Maria Beatriz Nizza. São Paulo: Perspectiva, 2000. Col. Debates.

memória, que será atualizada e reconfigurada a cada leitura que a acione. Desta forma, a sacralização do lugar de produção do texto artístico e de travessia de vida do escritor pode ser lida de uma forma positiva se enxergarmos a aura que se deposita sobre estes espaços e eventos como um tecido brocado através do qual vazam partículas de passado que se oferecem a uma releitura iconoclasta.

À época de aniversários de nascimento ou morte de escritores, homenagens a textos considerados “pedras de toque” da literatura brasileira ou estrangeira, os cursos de letras, grupos de pesquisa e estudiosos vários se reúnem em torno daquilo que é compreendido como um acontecimento e, como tal, surge cercado de grande comoção, entretanto, findos os rituais vários de reverência, a cena acadêmica se encerra e o acontecimento se esvai. Esta maneira episódica de se relacionar com os acontecimentos culturais relevantes constrói um círculo de adoração que os aprisiona em um passado distante e finda por impedir a sua atualização e, portanto, a ampliação de seu público leitor e produtor de leituras analíticas. Desta forma, Nascimento afirma que uma forma importante para se fugir destes surtos de memória é promover o regular retorno aos arquivos:

Tal outra disposição passaria sem dúvida por um ir além da espetacularização da memória, tornando o ato de reativar as obras e os documentos não o pretexto para mais um produto a ser consumido durante certo período, mas a possibilidade mesma de driblar ou postergar o momento inevitável da incineração, próprio a tudo o que humanamente foi concebido em uma data⁴⁸.

A virtualidade de memória, ou a virtualidade dos processos mnemônicos que, neste contexto se apresenta como fértil possibilidade de interpretação da memória, pode ser compreendida como sendo um gesto de ruptura em relação a uma postura tradicional acerca da memória fetichista, que depende não apenas da materialidade dos objetos como de gestos de materialização de acontecimentos que convertam a vida em traço puro, em marca, em trauma. Para tanto, é indispensável que se livre o acesso aos registros mnemônicos dos rituais de reverência pura e se compreenda que a objectualização da lembrança através de seu aprisionamento no mero registro palpável ou, ainda, a incapacidade de compreendê-la fora de uma dada paisagem contextual inviabiliza a sua leitura enquanto promessa, enquanto por vir, e, assim, condenamo-la tal como em uma punição mítica, a eternamente repetir o trabalho prometeico de

⁴⁸ NASCIMENTO, Evando. *A efêmera memória: Clarice Lispector*. Texto inédito gentilmente cedido pelo autor.

conduzir-se até o cimo da montanha apenas para depois, mais uma vez, regredir ao mesmo lugar, nas palavras de Evando Nascimento:

O problema das efemérides notáveis e de todo aparato que as cerca é simplesmente o motivo de muitas vezes não se desdobrarem em suplemento de memória, em novos registros de signos, que são a garantia da supervivência da obra, qual seja, a capacidade de engendrar novas criações⁴⁹.

O *indecidível* derridiano é uma categoria de pensamento que tem sua produtividade potencializada vez que escapa à lógica binária do pensamento ocidental abrindo, assim, a possibilidade de construção de claves de leitura outras. No momento em que se oferece à memória um lugar dúbio, qual seja, o de vestígio de eventos passados e, ao mesmo tempo, sinalização de um por vir constante, esta ambigüidade constrói uma reconfiguração de suas ações e possíveis interferências, projetando-a em um espaço produtivo de interpretações. Esta estratégia pode ser alegorizada se refletimos sobre a mecânica da memória no texto literário, em Drummond e Manuel Bandeira, ou, ainda, no Riobaldo, de *Grande Sertão: Veredas* que, derridianamente, repete a sua própria história não como *souvenir*, mas compreendendo o caminhar mnemônico como sendo um gesto de atualização e re-contextualização da memória, assim, cada vez que ele reconta a sua trajetória, o narrador estabelece novas redes de contato entre os fatos, sentimentos e ações passadas, retextualizando-as no presente e projetando-as no futuro. Riobaldo, compreende, em seu discurso ensimesmado, vez que não abre espaço para a voz de seu interlocutor, aquilo que Evando Nascimento, explorando o conceito derridiano de *indecidível*, classifica como sendo a função libidinal e letal da memória. Escapando à limitação do binarismo ocidental, em que a vivência (sobrevivência) e a vida (sobrevida) se compõem como espaço complementar, a *supervivência* seria a possibilidade de se pensar a *memória ativa* como suplemento do vivido.

Caminhando nesta direção, a materialidade do arquivo converte-se em mero índice, não como um fim em si mesmo, isto nos auxilia a compreensão das limitações do olhar fetichista costumeiramente lançado sobre o arquivo, uma vez que a citada noção de supervivência nos insta a enxergar a multiplicidade de interpretações que a atualização da leitura e análise do arquivo pode oferecer. Quando afirmamos a

⁴⁹ NASCIMENTO, Evando. *A efêmera memória: Clarice Lispector*. Texto inédito gentilmente cedido pelo autor.

materialidade do arquivo como índice, desejamos caminhar aqui na direção de pensá-lo como descrito acima, ou seja, como por vir, sublinhando a sua capacidade libidinosa de gerar vida, entretanto, para as leituras mais tradicionais do arquivo, ele funciona também como índice, mas isso lido em uma direção diversa, na medida em que ele estaria vulnerável ao encaminhamento interpretativo pretendido pelo arconte.

Tradicionalmente, o arquivo é pensado como lugar ontológico – como começo, origem e, por conseqüência, teleológico – vez que narraria a evolução de um dado fenômeno (o que já nos remete às provocações de Foucault em *O que é um autor*⁵⁰, caso busquemos olhar mais criteriosamente para os objetos que constam no arquivo e que são não apenas responsáveis por contar a história de vida do autor, mas, igualmente, por construir um dado lugar para ele e para a sua obra), o arquivo seria, igualmente, o espaço nomológico, de onde emerge uma lei, um comando, que ordena e legisla sobre o seu acesso (estabelecendo rituais tão mais complexos quanto maior for o valor, no mais das vezes simbólico, do acervo) e interpretação (nomeando e autorizando leitores especializados na abordagem de determinado corpo – o que implica na secularização das estratégias, métodos e percursos de análise deste material).

Desta forma, ainda que a materialidade do corpo do arquivo seja básica para os movimentos de objectualização de seu bojo, o cerco simbólico que se forma à sua volta nos aponta que a análise tradicional também o percebe como herança e, portanto, como espectro, entretanto, a leitura corrente é de que esta herança precisaria ser apropriada e interpretada, a fim de conjurar o poder destes signos. Neste sentido, a questão básica do arquivo é, segundo Evando Nascimento, política, passa, necessariamente, pela relação entre público e privado, ou seja, entre o que deve-pode manter-se privado e o que deve-pode ser publicizado (sem que isto promova uma nódoa em uma dada representação do autor que teria conseqüências não apenas em sua representação canônica, mas, também, ainda que em menor grau, na valorização financeira de seus textos – lembramos aqui das poesias eróticas de Drummond).

Jacques Derrida em seu texto intitulado *Mal de Arquivo*⁵¹, indaga, acerca do arquivo, a quem caberia, sobre este, a palavra de autoridade. Aquele capaz de estabelecer fios de coerência e estratégias de harmonização entre os seus fatos construindo uma história, um discurso, exercerá, certamente, sobre este, um poder.

⁵⁰ FOUCAULT, Michel. *O que é o autor?* Lisboa: Veja, 1992.

⁵¹ DERRIDA, Jacques. Freud e a Cena da escritura. In: DERRIDA, Jacques. *Escritura e Diferença*. Trad.: Maria Beatriz Nizza. São Paulo: Perspectiva, 2000. Col. Debates. p. 186.

Entretanto, é imperioso reconfigurar a antiga noção de arquivo como sendo uma reunião natural, quase espontânea de documentos vários, assim como se deve desconfiar da crença de que, por ele, alcançaremos as origens de uma memória linear. O arquivo, como todo discurso memorialístico, é uma construção discursiva de autopreservação, a própria idéia de uma reunião de materiais que narram uma história é, por si, artificial. A condição *sine qua non* para o estabelecimento do arquivo em qualquer suporte é a presença, atrás dele, da fala de um pai que o tutele, o proteja das mãos invasoras, do mau uso e, igualmente, dos maus intérpretes, um sujeito que ocupe um lugar de autoridade, um arconte. Esta figura será responsável pela mediação, permissão e restrição de acesso ao corpo do arquivo. Derrida afirma que a palavra arquivo, significa, a um tempo, começo e comando, sendo ele ali onde as coisas começam e onde se exerce sobre estas um comando. Grossmann, ao não apenas doar, mas igualmente, selecionar e organizar os materiais que compõem os arquivos que registram a sua passagem por Salvador, ocupa um lugar de autoridade e também adentra em uma das mais importantes reflexões de Michel Foucault, a saber, os processos de subjetivação.

2.5 Debaixo da face a máscara:

as múltiplas representações da subjetividade no cenário da pós-modernidade.

Em *Nascimento e morte do sujeito moderno*⁵² Stuart Hall se dedica ao objetivo de traçar o caminho percorrido por um determinado conceito de “sujeito humano” até a sua emergência pela primeira vez na idade moderna. Este conceito condiz com a noção de que o sujeito moderno teria algumas capacidades humanas fixas, um sentimento estável acerca de sua própria identidade, este sujeito estaria em harmonia com uma ordem maior. Objetiva o autor também analisar como este sujeito se tornou “centrado”, como esteve ligado a uma definição mais sociológica e interativa e, igualmente, como ele está sendo descentrado na “modernidade tardia”⁵³. A idéia de que os indivíduos eram centrados em identidades unificadas e coerentes e que agora se encontram absolutamente deslocadas e fragmentadas é, para Hall, uma leitura excessivamente

⁵² HALL, Stuart. Nascimento e morte do sujeito moderno. In: HALL, Stuart. *A identidade Cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

⁵³ Este conceito, que pode ser lido em diálogo com o conceito de pós-modernidade será mais detidamente estudado nesta análise.

simplista; mas ela será utilizada em seu estudo muito mais como uma estratégia de análise:

Esta formulação simples tem a vantagem de me possibilitar esboçar um quadro aproximado de como, de acordo com os proponentes da visão do descentramento, a conceptualização do sujeito moderno mudou em três pontos estratégicos, durante a modernidade.⁵⁴

A noção de um individualismo que se ergue na contemporaneidade não se opõe a uma postura anti-individualista do sujeito moderno. O que se modifica é a forma de configuração do ser e estar na modernidade, e esta se forja quando se revelam as maquinarias extremamente humanas sob os conceitos pensados como nascidos de determinações divinas, como conseqüência, há um distanciamento do indivíduo de tradições e estruturas que o sustentavam e a emergência da noção de um “indivíduo soberano”. Este, segundo Hall, nasce entre o Humanismo Renascentista do século XVI e o Iluminismo do século XVIII. Os sucessivos movimentos de centramento ocupam grande parte das reflexões e refinamentos desta concepção de sujeito, estas estão no pensamento de Descartes, com o deslocamento de Deus do centro do universo e a culminância deste movimento com o “*Cogito, ergo sum*”, que atribui ao homem o lugar de único mediador de suas próprias relações com o mundo: este é o *sujeito cartesiano*. Além de Descartes, John Locke contribui com esta visão quando postula a noção de “mesmidade de um ser racional”⁵⁵, que equivale a dizer que este sujeito teria uma identidade fixa e contínua que permaneceria a mesma diante de qualquer contexto ou situação.

Entretanto, à medida em que as sociedades tornavam-se mais complexas, depois da industrialização e com o surgimento das sociedades de massa surge a necessidade de estratégias distintas para lidar com as formações de classe do capitalismo moderno. Surge então uma concepção mais social do sujeito e esta se ampara na *biologização* do humano, empreendida por Darwin e, em segundo lugar, pelo surgimento de novas ciências sociais. Como conseqüência há uma manutenção do lugar do *indivíduo soberano* e uma institucionalização do pensamento binarista, de inspiração cartesiana. Surgem, neste contexto, uma visão distinta deste sujeito. Na óptica de Baudelaire, este

⁵⁴ HALL, Stuart. Nascimento e morte do sujeito moderno. In: HALL, Stuart. *A identidade Cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

⁵⁵ LOCKE, John. APUD HALL, Stuart. Nascimento e morte do sujeito moderno. In: HALL, Stuart. *A identidade Cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

seria um indivíduo isolado, exilado e alienado, ao poeta se juntam, segundo Hall, as falas de Walter Benjamin e Franz Kafka que, entre outros, preconizavam o sujeito que estaria presente na “modernidade tardia”.

A fim de explicar o deslocamento na concepção de sujeito moderno e o seu conseqüente descentramento, Hall enumera cinco movimentos teóricos que estariam no cerne destes abalos, a saber, o pensamento marxista, que desloca duas proposições que sustentavam a filosofia moderna, a noção de que há uma essência universal do homem e que esta seria um atributo de cada indivíduo singular; a descoberta do inconsciente por Freud, que impõe a noção de que o eu não é único e indivisível; a lingüística estrutural de Saussure, trazendo o conhecimento de que a língua não fala pelo indivíduo, ela não é submissa a sua vontade, ela é um sistema social; o pensamento de Michel Foucault, que revela as estratégias de coerção e domesticação que são a base da genealogia do sujeito moderno e, finalmente, a emergência do feminismo que, juntamente com outros movimentos sociais emergidos na década de sessenta, que promovem o questionamento dos parâmetros políticos, sociais e culturais que mediarão a relação das minorias com o mundo.

O abalo dos lugares sociais marcados, a emergência de questionamentos no que tange às hierarquias pensadas como naturais e a necessária desmontagem da noção de sujeito centrado tem o seu ponto nodal na pós-modernidade (também chamada de *modernidade tardia*, o que aponta uma divergência não apenas conceitual, mas teórica no que tange a possíveis relações de continuidade ou descontinuidade entre ela e a *modernidade*). Seguindo aqui a postura analítica de Andréas Huyssen, optamos por utilizar neste trabalho a nomenclatura “pós-modernidade” e suas variantes uma vez que compreendermos este contexto político e cultural como obediente a sucessivos movimentos de retomadas e rupturas em relação à modernidade. Não buscaremos aqui, entretanto, investir numa conceituação fechada para o termo. Primeiramente por que tal postura analítica se mostraria como um sintoma de uma compreensão superficial do que é a pós-modernidade, depois, por não ser este o foco de nossa discussão no estudo que ora empreendemos, preferimos atentar para as palavras de Huyssen:

Assim como Marx analisou dialeticamente a cultura da modernidade como portadora tanto de progresso quanto de destruição, da mesma forma a cultura da pós-modernidade deve ser compreendida em seus ganhos e perdas, em suas promessas e corrupções: além disto, pode bem ser uma das características do pós-moderno que a relações entre progresso e destruição das

normas culturais, entre tradição e modernidade já não possa ser entendida hoje do mesmo modo que Marx a entendeu na aurora da cultura modernista⁵⁶.

Ao contrário do que ocorre comumente nos debates sobre o pós-modernidade em que se assume uma postura dicotômica: ou se afirma que o pós-moderno é uma continuidade do modernismo ou se afirma que há entre eles, um corte, uma ruptura, fazendo com que um e outro sejam avaliados em termos positivos ou negativos, adotamos a posição de Huyssen que prefere não definir a pós-modernidade compreendendo-a como um conceito relacional, ele crê que o modernismo, vanguarda, neoconservadorismo e pós-estruturalismo são camadas dela.

Neste ensejo, esta forma de compreender as relações do sujeito com o mundo é atravessada por uma proposta de compreensão distinta nos modos de construção e representação de si. Muitas vezes a capacidade de múltiplas inserções sociais, políticas, culturais e pessoais do indivíduo dirigiram o pensamento para a crença de que, neste contexto, haveria uma perda da humanidade: Foucault, Derrida e Nietzsche foram acusados, entre outras coisas, de anti-humanismo, por apregoarem a morte de uma determinada conformação do sujeito. Estes pensamentos nos direcionam a refletir que é a própria noção de indivíduo que precisa ser reavaliada, uma vez que as suas relações com o mundo se modificam rapidamente.

A noção de indivíduo donatário de uma identidade fixa e imutável vem sendo desconstruída em favor de se pensar, desde o fim do século XX, na fragmentação de representações culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade que representavam sólidas referências para o indivíduo, desconstruindo, assim, a noção de si como referencialidade apaziguada.

No trabalho que ora apresentamos precisamos, por uma questão de estratégia de análise, limitar o estudo tanto da produção intelectual quanto da representação de si o mais possível ao lugar de professora, optando por, neste momento, passar mais ao largo das múltiplas representações e enquadramentos intelectuais construídos e ocupados por Grossmann na Universidade. No texto *A pedagogia da ausência e outras ensinanças: Judith Grossmann e a cena da escrita*, dissertação escrita sob a orientação da Prof. Dr.

⁵⁶ HUYSSSEN, Andréas. Mapeando o pós-moderno. In: In: HOLANDA, Heloisa B. (org.). *Pós-modernismo e política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992. p.49.

Antonia Torreño Herrera e apresentada ao PPGLL no ano de 2004, nos dedicamos a estudar redes dialógicas que tecem as múltiplas representações intelectuais de Grossmann que se acrescentam uma a outra como suplemento, a saber, a professora, a crítica literária (autora de dezenas de textos que circularam em periódicos de alcance regional e nacional), a estudiosa de Teoria da Literatura (autora do livro *Temas de Teoria da Literatura*, adotado ainda hoje em Universidades de todo o País) e, finalmente, a escritora (contista, romancista e poeta). Portanto, estamos cientes destas múltiplas representações e dos jogos de permuta, e interpenetrações intelectuais que caracterizam, conforme concluimos no trabalho citado, a vocação pós-moderna não apenas das reflexões, mas, principalmente, das práticas intelectuais de Grossmann, vez que se pode perceber marcas e traços do pensamento da escritora na crítica e na teórica da literatura, assim como a professora se deixa perceber nas demais, caracterizando um movimento dialógico que sinaliza para a compreensão da representação de si como sendo sempre um exercício de múltiplas possibilidades de ser.

Dos acontecimentos que promoveram este abalo e conseqüente descentramento do sujeito gostaríamos de destacar, por conta do direcionamento de pensamento que desejamos oferecer a esta questão, o pensamento de Foucault. Ele afirma que a subjetividade, compreendida com sendo um dado “a priori” é um dos princípios do pensamento moderno e de sua forma de vivenciar a experiência e, como tal, precisa ser constantemente analisada e criticada, talvez por isso, afirme que, maior ainda que os investimentos na arqueologia do saber e na microfísica do poder, os processos de subjetivação avultam-se, dentre as suas reflexões sobre a sociedade ocidental, cristã e moderna, pois:

As categorias de sujeito, de autor, de indivíduo, etc., são afinítárias de um trabalho de disciplinação do corpo próprio, e nesse processo a escrituração da vida, mas também do corpo, todos os procedimentos de biografização são absolutamente decisivos⁵⁷.

A construção e manutenção do centramento do sujeito moderno se erguem e sustentam sobre estratégias várias de domesticação do corpo, estas, estão presentes desde a Grécia antiga e passaram por operações de mortificação e retenção dos desejos do corpo para a formação naturalizada de uma determinada imagem de sujeito centrado.

⁵⁷ FOUCAULT, Michel. *O que é o autor?* Lisboa: Veja, 1992.

No seu texto intitulado *A escrita de si*⁵⁸, Foucault empreende uma análise das “artes de si mesmo” definidas como uma *estética da existência e o domínio de si e dos outros na cultura Greco-romana*⁵⁹. O estudo destas *artes* denuncia as estratégias de interiorização de uma determinada imagem de si que, naturalizadas, resultam na concepção de sujeito que foi reforçada na modernidade.

Atanásio em *Vita Antonii* ensina que apenas através da sistemática anotação escrita dos acontecimentos cotidianos e as conseqüentes ações e pensamentos é que se alcançará uma vida ascética. A garantia de uma vida imune ao pecado seria o conhecimento das mais delicadas intenções do sujeito, assim, escrita funcionaria como o olhar sensor do outro, afastando o perigo da solidão e a possibilidade do pecado, nas palavras de Foucault:

...o constrangimento que a presença do outro exerce na ordem da conduta, a escrita o exercerá na ordem dos movimentos interiores da alma... A escrita constitui uma experiência e uma espécie de pedra de toque: revelando os movimentos do pensamento, ela dissipa a sombra interior onde se tecem as tramas do inimigo.⁶⁰

Para os pitagóricos, os socráticos e os cínicos, o exercício é a base de qualquer habilidade, incluindo aí as técnicas de si que deveria ser compreendida como um *treino de si por si mesmo*. Entre as várias estratégias como abstinência, memorizações, exames de consciência, meditações, silêncios e escuta do outro é a escrita que ocupa o lugar de maior importância no circuito formador das técnicas de si. A conseqüência da formulação de uma gramática subjetiva é a aplicação das suas postulações na vivência cotidiana, assim, segundo Foucault, a escrita teria uma *função etopoiética*, ou seja, seria ela a *operadora da transformação da verdade em êthos*⁶¹. Em documentos do século I e II esta escrita *etopoiética* aparece sob duas formas: os *hupomnemata* e a correspondência.

Hupomnemata é uma expressão que tecnicamente podia referir-se a livros de contabilidade, registros públicos e cadernetas individuais com a função de armazenar lembretes. Esta última função tornou-o comum ao público culto e conduziu a sua

⁵⁸ FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In: FOUCAULT, Michel. *Ética, sexualidade e política*. Manoel Barros da Motta (Org.). Trad. Elisa Monteiro e Inês Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

⁵⁹ Idem.

⁶⁰ FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In: FOUCAULT, Michel. *Ética, sexualidade e política*. Manoel Barros da Motta (Org.). Trad. Elisa Monteiro e Inês Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

⁶¹ FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In: FOUCAULT, Michel. *Ética, sexualidade e política*. Manoel Barros da Motta (Org.). Trad. Elisa Monteiro e Inês Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

utilização a de um livro onde se guardavam normas de conduta. Ao sujeito que cultivava o *hupomnemata*, cabia escrever frases ouvidas e lidas, fragmentos de textos e cenas vivenciadas no cotidiano, estes materiais eram retomados para meditações posteriores. Eram também a base para a escrita de textos que buscavam instruir os demais homens na luta contra uma falta pessoal ou diante de uma situação difícil. Não se comportando como um documento que socorre à memória, o *hupomnemata* é mais um elemento formador de um *logos bioèthios*, ou seja, como um permanente chamado à consciência, pronto a intervir e impedir qualquer desvio de comportamento do indivíduo, desta forma, a técnica constitui-se numa subjetivação do discurso. Neste sentido, fica evidente a idéia de que o sujeito era forjado de fora para dentro, a partir das anotações no *hupomnemata*:

Por mais pessoais que sejam, esses *hupomnemata* não devem no entanto ser entendidos como diários, ou como narrativas de experiências espirituais (tentações, lutas, derrotas e vitórias) que poderão ser encontradas posteriormente na literatura cristã. Eles não constituem uma “narrativa de si mesmo”; não têm como objetivo esclarecer os *arcana conscientiae*, cuja confissão – oral ou escrita – tem valor de purificação. O movimento que eles procuram realizar é o inverso daquele: trata-se não de buscar o indizível, não de revelar o oculto, não de dizer o não-dito, mas de captar, pelo contrário, o já dito; reunir o que se pôde ouvir ou ler, e isso com uma finalidade que nada mais é que a constituição de si.⁶²

Apesar da importância desta técnica para a formação subjetiva, é nas correspondências que Foucault irá encontrar a mais potente fórmula de construção da cultura de si. A troca de missivas expõe o comportamento, ações e reações do indivíduo ao olhar do outro e este tem uma ação poderosa sobre a delimitação da configuração da subjetividade. Pelo seu conteúdo, muitas vezes a correspondência se aproxima dos *hupomnematas* no que tange ao seu efeito sobre a construção de si, entretanto, ela se diferencia do segundo por conta da exposição ao julgamento pela alteridade, pelo sentido muitas vezes exemplar que esta deveria desempenhar aos olhos de seu destinatário e, ao mesmo tempo, pela extrema necessidade de fazer corresponder a auto-imagem àquela enxergada pelo outro. Neste sentido, ela pressiona o missivista no sentido de cultivar uma postura mais cuidadosa não apenas na narração, mas também no cotidiano, de onde emergem os conteúdos de sua escrita:

⁶² FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In: FOUCAULT, Michel. *Ética, sexualidade e política*. Manoel Barros da Motta (Org.). Trad. Elisa Monteiro e Inês Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

Escrever é, portanto, “se mostrar”, se expor, fazer aparecer seu próprio rosto perto do outro. E isso significa que a carta é ao mesmo tempo um olhar que se lança sobre o destinatário (pela missiva que ele recebe, se sente olhado) e uma maneira de se oferecer ao seu olhar através do que é dito sobre si mesmo.⁶³

Apesar de nos servir como boa sinalização das técnicas de cultura de si, apontando as bases artificiais sobre as quais se ergueu a noção de subjetividade na Grécia antiga, não é aqui que se esgota a tecnologia de construção da subjetividade ou o adestramento de si.

Para Joel Birman⁶⁴, o conjunto de conferências proferidas por Foucault nos Estados Unidos da América nos anos 80 do século XX sob o título de “Tecnologias de si” esclarece o projeto filosófico do pensador e, neste, a subjetividade e seus processos de construção ocupam o primeiro plano. A subjetividade seria um ponto de chegada de um sistema complexo, um devir, estando na encruzilhada entre distintas ordens discursivas: ético, estético, político, filosófico, religioso e científico. Estes entrecruzamentos, que se apresentam de maneira distintas, a depender do corte histórico que se empreenda, têm, na produção do sujeito, o endereço final de inúmeros processos de modelagem e remodelagem. Pensando então a subjetividade não como um ponto de partida ou como um dado ao qual se somam outros conjuntos de representação do sujeito, ou seja, investindo-se em um processo de desnaturalização chega-se à idéia de que esta representação subjetiva é uma produção retórica, social, cultural e ideológica, tão relativa e ficcional quanto qualquer outra e, seguindo na esteira dos movimentos de descentramento, percebe-se a necessidade de reavaliar as bases que sustentam a sociedade ocidental em seu egocentrismo⁶⁵.

Se pensarmos a subjetividade como este devir, fugindo à teleologia de si, que afirmaria um nascedouro dos traços que, juntos, compõem aquilo que se convencionou chamar *eu*, chegaremos à idéia de que as subjetividades não produzidas por tecnologias, estratégias inúmeras de produção de si mesmo, sendo, assim, o sujeito uma produção, um endereço final de um longo processo de modelagem e remodelagem que é sempre regulado pela história: *Não existem sujeitos, existem formas de subjetivação*⁶⁶.

⁶³ Idem.

⁶⁴ BIRMAN, Joel. Desconstrução da filosofia do sujeito. In: _____. *Entre o cuidado e o saber de si: sobre Foucault e a psicanálise*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2000.

⁶⁵ Utiliza-se aqui a palavra “egocentrismo” no sentido lato do termo e referenciando-o aos demais centramentos que são abalados pelos conceitos de Foucault e Derrida.

⁶⁶ BIRMAN, Joel. Desconstrução da filosofia do sujeito. In: _____. *Entre o cuidado e o saber de si: sobre Foucault e a psicanálise*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2000.

Verticalizadas estas reflexões para a cena da construção de um arquivo pessoal chegamos à idéia de que, na organização, seleção e montagem do material sempre haverá algum nível de intencionalidade discursiva, idéia que se reforça se nos recordamos que Foucault afirma que nenhum discurso é inocente. Quando estamos diante de arquivos montados pela própria figura que tem, ali, os seus textos de naturezas diversas guardados vemos, retomando algumas idéias de Foucault, que há ali campo aberto para os exercícios de técnicas de produção da subjetividades.

Quando, na Odisséia, Penélope tecia o manto mortuário para Ulisses ela construía para o esposo um monumento memorialístico ali mesmo onde a memória tende a fenecer: na morte. Judith Grossmann, qual Penélope, tece, mas para si, um manto que, pela sua costura, desenhos, escolhas dos fios, pretende não se render diante de Thânatos, mas, antes, ludibriá-lo, aproximando-se, sim, da Sherazade, das Mil e uma noites, ela pretende adocicar os ouvidos do rei, não ceder jamais e, por isso mesmo, sobreviver, narrando a cada noite, a cada observador, estudioso de seu arquivo, uma história distinta e, assim, construir um discurso de permanência. Este movimento que se encontra encenado no arquivo é “constitutivo” do comportamento do homem e revela, na opinião de Birman, a inconsistência ontológica do homem. Diante disto, até as reflexões sobre a psique devem ser reconfiguradas vez que seu bom funcionamento depende de sua ligação à noção de subjetividade invariável em detrimento da subjetividade estilhaçada e permanentemente *em devir*, com o qual ora se trabalha. Sendo sempre forjadas nos registros ético e estético e tendo desdobramentos políticos imediatos a subjetividade opera, hoje, distintamente do que ocorria, por exemplo, na Idade Média, quando o cristianismo ensina o sujeito a se construir a partir da renúncia a marcas de pessoalidade, construindo as relações éticas na verticalidade Deus-homem, construiu-se uma hierarquização que ordena não apenas o mundo espiritual, mas todas as relações humanas que passam a ser pautadas em escolhas que definem não apenas a experiência do corpo, mas, igualmente, da alma que, agora, se passava a ter. Localiza-se neste momento, de domesticação do corpo em favor da alma, dicotomia que pode também ser entendida pelos duplos opositivos essência x transcendência, celeste x terreno ou Deus x Diabo, e suas variantes. A consequência deste movimento é o processo de interiorização da subjetividade mediada pela prática do “conhece-te a ti mesmo” que, no discurso religioso, equivale à idéia de eterna vigília.

O “autoconhecimento” é a contrapartida para a validação do lugar deste indivíduo⁶⁷, assim, a noção de verdade atravessa esta representação de si que teria como bases sólidas de sua sustentação os valores de culpa e pecado, ascese e purificação como estratégias para que este sujeito esteja sempre ocupando a vertente correta da hierarquia religiosa, para tanto, estratégias de controle como a confissão e a comunhão, que, pela lógica católica é a prova da limpeza do espírito que está “pronto” para alojar o corpo divino.

Com as reelaborações discursivas operadas no fim do século XX, há um deslocamento do lugar do poder divino já que este se sustentava sobre os alicerces frágeis do discurso e, como tal, é vulnerável a ter a sua verdade contestada. Com a morte de Deus a imagem de homem montada pelos influxos de seu poder se esboroa e revela-se, sob a face divina, o Deus ex-machina grego que, se adaptado ao nosso discurso, funcionaria como sendo a revelação das estratégias discursivas de construção e validação da representação divina que, conforme sabemos, tem seu nascedouro no desejo humano. Sendo assim, revelam-se as intrincadas redes de micropoderes que erguem e autorizam lugares de fala e, no caso religioso, teve como consequência a naturalização da idéia de subjetividade. Roberto Machado⁶⁸, em seu prefácio à *Microfísica do Poder*, de Michel Foucault, ao refletir panoramicamente sobre seus textos afirma não existir para Foucault uma teoria geral do poder. Decerto que sim, vez que no seu pensamento percebe-se que o poder não se deixa aprisionar em um lugar, em uma origem de forças, ele é composto por formas díspares, heterogêneas e em constante transformação, sendo, assim, uma prática social construída historicamente. A noção de microfísica do poder busca dar conta, cortando as regularidades discursivas em fatias menores, do nível molecular do exercício de poder através da análise das relações entre o centro e a periferia, o macro e o micro. Investindo suas forças em uma análise chamada de “descendente” a idéia é a tentativa de aferir a habilidade e o alcance das estratégias de poder investidas pelo Estado em suas mais mínimas estruturas ciente de que, assim como o poder não se aloja em um ponto específico de um tecido social, igualmente não há lugar fora do poder.

⁶⁷ Stuart Hall, em *Identidade Cultural na Pós-modernidade*, desenvolve de maneira pormenorizada estas questões e, assim como Foucault e Birmam, serve de base para as idéias aqui expostas.

⁶⁸ MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

A força coercitiva (e movedora de prazeres⁶⁹) do poder se manifesta na vida cotidiana a partir de práticas que constroem relações de poder e estas produzem as individualidades e os lugares que estas devem/podem ocupar. No que concerne à Memória dos cursos de Graduação e Pós-Graduação em Letras da UFBA, a construção deste arquivo é, por nós, lida como sendo uma clara estratégia de poder, vez que ultrapassa já a idéia da construção de um discurso de permanência e alcança a necessidade de se erguer um discurso paralelo ao discurso oficial. Grossmann investe, como ficcionista que é, em trazer para si recortes da história dos Estudos Literários da UFBA oferecendo aos fatos a sua versão que, para Foucault, como toda interpretação, é, antes de tudo uma violência que se deposita sobre o objeto. Assim, de forma ambivalente, a fala de Grossmann oferece-se como suplemento e como complemento à história oficial. Ela se realiza como complemento quando nos dá a noção de que a Memória por ela organizada é uma narração que ocupa o espaço vazio deixado por uma lacuna que apenas a sua fala poderia preencher. Por outro lado, ela suplementa, no sentido derridiano, o discurso oficializado acenando com a possibilidade de contar a história que, aparentemente, seria a mesma, sensação que se adensa quando recordamos que é um acervo prioritariamente documental, mas repetindo-a na diferença. E é nesta vertente que, a partir de agora, apostamos.

Ao buscar construir a sua própria narrativa acerca não mais de sua vida privada, mas, lançando-se na sua inscrição em uma história que é pública Grossmann não apenas questiona os limites entre o privado e o público – mas também se insere em uma importante discussão acerca da ruptura das linearidades históricas a fim de propiciar a emergência de novas possibilidades de narração. A professora finda por puxar um fio de descontinuidade solto sob as fortes amarrações das continuidades históricas, a saber, a idéia de narrar, através do olhar de uma estrangeira que, mesmo sendo de fora, ajudou na construção dos alicerces dos Estudos Literários na UFBA.

Em seu texto intitulado *As unidades do discurso*, Foucault afirma que todo discurso histórico investe os seus esforços na criação de estratégias de continuidade que lhe garantem, por esta retórica coerente e bem-construída, um lugar de validação discursiva que abafa a idéia de que toda narrativa é, antes de tudo, um investimento interpretativo. Para desenvolver a sua reflexão ele toma como exemplo as noções de

⁶⁹ Refiro-me, aqui, a uma das mais importantes afirmativas de Foucault sobre o poder quando ele afirma que este também é produtor de prazer, vez que um poder apenas coercitivo não é tolerável em nenhuma estrutura.

tradição, influência, desenvolvimento e evolução e ainda mentalidade e espírito a fim de mostrar como todas estas criam estratégias várias de, pela construção, recortes e combinações, linhas de continuidades que, no mais das vezes, são irrefletidas. Desta forma, os campos de saber da ciência, literatura, filosofia, religião, história, ficção e outras devem ser colocados sob desconfiança, vez que estes agrupamentos institucionalizados, onde se unem conteúdos de “naturezas semelhantes”, devem sempre ter indagados os limites de suas interpretações:

Libertando-os de todos os grupamentos considerados como unidades naturais, imediatas e universais, temos a possibilidade de descrever outras continuidades, mas, dessa vez, por um conjunto de decisões controladas⁷⁰.

Não se trata de renegar definitivamente todas as continuidades, mas da “balançar a quietude” com que as aceitamos, lembrando que são todas elas efeitos de construções e regras e, assim, definir em que condições elas podem ser consideradas legítimas. Desta maneira, a metodologia que nos aponta Foucault passa pela idéia de, primeiramente, restituir ao enunciado a sua singularidade de acontecimento, entender a descontinuidade não como um evento raro ou mero desvirtuador da ordem e pensá-lo como um acontecimento inesgotável, dotado sempre de inúmeras possibilidades de interpretações.

Interessa-nos, cientes do que nos ensina Foucault, e sempre desconfiados do discurso que está sob a nossa análise, reconhecer nele um investimento na quebra de uma dada linearidade discursiva ainda que, em certa medida, insira-se em seu lugar uma nova linearidade. A potência discursiva do discurso de Grossmann sobre os Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Letras da UFBA está na possibilidade da “emergência” da outra possibilidade da narração da história. Esta outra que se ergue, nas periferias da narração oficializada, reivindica o seu lugar de verdade e, ao mesmo tempo, denuncia, pela sua própria existência o quanto de interpretação repousa sobre os signos mostrando que toda história é, antes de tudo, uma combinação, uma harmonização dos fatos, conforme o desejo do narrador, e, portanto, rompe-se a referencialidade e inicia-se a imersão no campo da ficção.

⁷⁰ FOUCAULT, Michel. As Unidades do discurso. In: _____. *A arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

3. Inventando a tradição: Os primeiros anos da Pós-Graduação em Letras e Linguística da UFBA

Ulisses não quer lembrar-se senão do dia do retorno.
Conseqüência, em todas as etapas do périplo configuram
ocasiões ou riscos de esquecê-lo.
François Hartog, **Memória de Ulisses**

No próprio “saber de cor” o arquivo trabalha sempre a priori
contra si mesmo.
Jacques Derrida, **Mal de Arquivo**

Após a sua aposentadoria, em 1994, quando volta para o Rio de Janeiro, sua cidade natal, Judith Grossmann não retorna mais ao Instituto de Letras da UFBA, entretanto, existem algumas estratégias de permanência e reconhecimento – já abordadas na primeira parte deste trabalho – que promovem constantemente a sensação, ou melhor, a ilusão da presença da professora nos corredores, discursos e espaços vários de construção de conhecimento na UFBA. Ainda assim, para os estudantes iniciantes, ou para aqueles que se dedicam a outras áreas de conhecimento no ILUFBA, o nome desta professora pode ser muito estranho ou distante, entretanto, é muito comum, hoje, ver-se estudantes que se dedicam à área de Teoria da Literatura – em sua maior parte pertencentes ao grupo de pesquisa *O escritor e seus múltiplos*, referirem-se a Grossmann de maneira deveras íntima, pelo seu primeiro nome, para eles, ela é “Judith”.

A maioria, graças a uma disciplina ministrada pela Prof.^a Dr.^a Lúgia Telles na graduação, já leu “Judith” e todos conhecem o “arquivo de Judith”, afinal, convivem com ele – um modesto armário de ferro abrigado no canto esquerdo da sala 102 do ILUFBA. Todos já manusearam as suas pastas, já tiveram a curiosidade de abrir suas portas, todos estabelecem, para o bem da construção do conhecimento ali, uma relação pecaminosa, libidinosa, que só é possível quando não se reconhece aquele lugar como sendo o lugar de um Totem. Curiosamente, durante os primeiros anos de fundação do grupo de pesquisa aquele armário era um Tabu, intransponível, pelo menos sob os olhos de outrem, vez que todos abrimos as suas portas e devassamos as suas páginas, trancados na sala, muitas vezes, esperando apenas a pressão sobre a maçaneta ou o rolar das chaves para sofregamente devolver aqueles papéis à poeira das estantes.

O *Arquivo Acadêmico*, abrigado na sala 102 do ILUFBA, em sua totalidade consta de cinquenta e uma pastas. Destas, nove registram decisões deliberadas pelo

colegiado de graduação entre os anos 1985 e 1990, cobrindo, assim, cinco anos de vida acadêmica da graduação, outras três pastas – de 1974 a 1975 – guardam documentos do mesmo colegiado. A dados da vida da graduação em Letras da UFBA foram arquivados com minúcia em vinte e cinco pastas que guardam, dentre outras coisas, ementas, planos de disciplinas, monitorias, nomes de alunos, avaliações, guardados em pastas não seqüenciadas de 1966 a 1989, a saber: 1966, 1971, 1971, 1972, 1972, 1973, 1979, 1981, 1982, 1982 (jan – jun), 1982 (jul-dez), 1983, 1983, 1984 (jul-dez), 1984, 1984, 1986, 1986, 1986, 1987, 1987, 1988, 1988, 1989, 1990⁷¹. As pastas de graduação, tanto aquelas relativas ao colegiado quanto as que dizem respeito a vida acadêmica da graduação merecem uma atenção bastante detida uma vez que elas nos servem como construção de lugares de observação da história acadêmica do ILUFBA, dali podem ser vistas as reformulações das disciplinas, as propostas de reorganização do currículo, a procura dos estudantes pelo curso, através do vestibular, e a formação oferecida nos primeiros anos desta Casa.

O que se tem aqui é a possibilidade de contar a história do nascimento de um curso de graduação, história esta documentada como poucas. No entanto, os vinte e três anos de história da graduação em Letras da UFBA, cobertos pelo arquivo reunido por Judith Grossmann, por mais que constitua uma seleção relevante, não alcança nem a metade dos sessenta e seis anos que o ILUFBA conta hoje. Em 2000, o Instituto de Letras comemorava trinta anos de funcionamento autônomo, após ter sido desmembrado da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, onde funcionava. Os cursos de Letras Clássicas, Letras Neolatinas e Letras Anglo-germânicas foram implantados em 1941, com a criação da Faculdade de Filosofia da Bahia, através da Liga de Educação Cívica e do Professor Isaías Alves, em 1944 a Faculdade de Filosofia foi integrada à Universidade da Bahia, em 1968, houve o desmembramento da Faculdade de Filosofia em Institutos e Faculdades da Universidade Federal da Bahia. A partir de 1970, os cursos de Letras passaram a funcionar no Instituto de Letras e, em 1991, após curto período em que, provisoriamente ocupou a Biblioteca Central, instalou-se no prédio em que hoje funciona, no Campus de Ondina.

Foi a necessidade de qualificar seus docentes oferecendo-lhes a possibilidade de obter o título de mestrado que levou à criação, em 1976, do curso de Pós-Graduação

⁷¹ As pastas que se registram repetidas ou sem referencialidade de semestres obedecem a organização construída pela professora.

Stricto Sensu, o mestrado em Letras que, a princípio, concentrou os seus estudos nas áreas de Língua Portuguesa, Lingüística e Teoria da Literatura.

Autorizado pela Câmara de Ensino de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Federal da Bahia (Parecer nº 17/76), em 1983, o Curso de Mestrado em Letras da UFBA foi credenciado (Parecer nº 413/83) pelo Conselho Federal de Educação sendo, portanto, reconhecido em todo o território nacional, recredenciado, em 1990, e após avaliações várias da CAPES o Curso adotou nova organização disciplinar concentrando-se, a partir da reforma de 1992 e 1994, nas áreas de Lingüística Histórica, Lingüística Aplicada e Teorias e Crítica da Literatura e da Cultura, atualmente, as áreas de concentração são Lingüística Histórica, Descrição e Análise Lingüísticas e Teorias e Crítica da Literatura e da Cultura.

Penso ser relevante demarcar aqui a perspectiva a partir da qual este trabalho buscará pensar/narrar/analisar a história da Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Letras da Universidade Federal da Bahia. A nossa escolha de análise é genealógica, é arqueológica, entretanto, não temos a ilusão do alcance da totalidade da história, não apenas porque esta nos ultrapassa a todos, independentemente da idade ou dos anos de convivência neste ambiente acadêmico, uma vez que há bastidores, jogos, negociações e dissimulações que jamais serão apreendidas, vez que isso faz parte de seu funcionamento mesmo, a saber: não se revelar jamais, a ninguém, mas principalmente por que este “todo histórico” não existe. Assim, interessa-nos, seguindo às orientações de Foucault, o acontecimento. E será ele o motor de nossa narrativa que não ser quer diacrônica nem resguarda em si nenhum ímpeto totalizante.

Para Michel Foucault⁷², todo o investimento de construção da história tradicionalmente tem uma ojeriza às idéias de *descontinuidade*, *ruptura*, *limiar*, *limite*, *série* ou *transformação*, vez que estes conceitos lhe impõem um problema não apenas metodológico, mas, principalmente, teórico; isto se reforça quando a narrativa histórica se ergue a fim de narrar ou mensurar a história das idéias, ou, em outras palavras, das Ciências Humanas. Para a reconfiguração da teoria narrativa da história das Ciências Humanas, e, conseqüentemente, para a reformulação da metodologia de narrativa destas histórias, o primeiro gesto é o de desconfiar, pôr sob suspeita e, finalmente, fazer um “trabalho negativo” deslocando e desautorizando todos os vocábulos que impõem, dentro da fragmentada e inconstante malha histórica, a noção de continuidade.

⁷² FOUCAULT, Michel. As Unidades do Discurso. In: _____. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Beata Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

Assim, não apenas as expressões, mas as posturas analíticas delas derivantes precisam ser repensadas. Dentre estas está a noção de *tradição*, que submete as diferenças a uma mesma noção romântica de origem, impedindo, através do discurso de permanência, que o distinto ou o não-programado possa ocorrer fora de uma pré-visão. Assim também funciona para as idéias de *influência*, *desenvolvimento* e *evolução*. A primeira impõe à casualidade a causalidade, impedindo a livre circulação de idéias e a inversão de lugares produtivos (Cf. *Kafka e seus precursores*, de Jorge Luis Borges), as duas seguintes obrigam que se reagrupe uma sucessão de acontecimentos dispersos seguindo a um único princípio organizador e, por conseguinte, centralizador, ímpeto que se perceberá igualmente nos conceitos de *mentalidade* e *espírito*, desta forma:

É preciso pôr em questão, novamente, esses sínteses acabadas, esses agrupamentos que, na maioria das vezes, são aceitos antes de qualquer exame, esses laços cuja validade é reconhecida desde o início; é preciso desalojar essas formas e essas forças obscuras pelas quais se tem o hábito de interligar os discursos dos homens; é preciso expulsá-las das sombras onde reinam. E ao invés de deixá-las ter valor espontaneamente, aceitar tratar apenas, por questão de cuidado com o método, e, em primeira instância, de uma população de acontecimentos dispersos⁷³.

Foucault nos convoca a refletir sobre os recortes e grupamentos que já estão apaziguados em nossa tela mental. São, a seu ver, construções os limites que opõem e determinam as áreas de atuação o corpus analítico e teórico das ciências. Estas segmentações e subdivisões produzem efeitos de distanciamento que, obviamente, não resistem a uma investigação mais profícua acerca dos valores, poderes, saberes e desejos que as atravessam. Destes conceitos os que mais detém a atenção do estudioso são os de livro e obra, noções que foram mais largamente discutidas em no seu texto *O que é o autor?*⁷⁴ e que se encontram ainda no eixo dos questionamentos da homogeneização, filiação, construção de lugares autoridade e de origem.

É preciso colocar em suspenso a origem como nascedouro secreto ao qual todo e qualquer acontecimento deveria se subordinar, caso contrário, se condenaria todo o pensamento a uma visão essencialista de perfilhação do presente pelo passado, organizando o mundo em cronologias puras, obrigando todo o discurso que eclode no agora com a potência de um por vir a reduzir-se como mais uma forma de repetição do

⁷³ FOUCAULT, Michel. As Unidades do Discurso. In: _____. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Beata Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005. p. 24.

⁷⁴ FOUCAULT, Michel. *O que é o autor?* Lisboa: Veja, 1992.

já sido, ou, melhor, do já-dito. A consequência imediata do discurso de preservação do discurso de origem é a desmobilização do acontecimento. Para nós, no trabalho aqui empreendido, a estratégia de renegar a ilusão de origem é imprescindível, principalmente por que, por mais que tenhamos as datas oficiais nos quais aconteceram os mais variados movimentos de construção do PPGLL, os movimentos mais definitivos, os mais importantes certamente não se registram na face empoeirada dos arquivos. Assim, as datas e fatos serão aqui expostos e analisados cientes de sua precariedade em relação às várias filigranas da história.

Este estudo sabe-se portador de uma lacuna fundante, derivada não apenas da experiência meramente narrativa da maioria absoluta dos fatos levantados, mas também pela opção de não investir em entrevistas com os personagens envolvidos nas cenas narradas a fim de que esta análise pudesse, o mais possível, calcar-se no estudo documental. Esta escolha é ideológica, mas, também, metodológica, vez que seria um trabalho hercúleo o investimento no levantamento de entrevistas e formulários com os professores, ex-alunos e funcionários do ILUFBA, o que nos conduziria, certamente, à visão da história como um todo pronto a ser unificado pelas mãos habilidosas do bom narrador, ou, ainda, poderíamos chegar à conclusão quimérica de que este tecido não se fecha, de que não há coerência entre os fios articulados, as cores não combinam, nem jamais poderiam. Destarte, pode-se afirmar que a nossa escolha deriva de uma ausência de ilusões e de uma certeza de que o saber não se constrói senão pela discordância.

Assim, seguindo à metodologia de desconfiança em relação à construção da história ensinada por Foucault, não poderíamos, simplesmente não utilizar das noções já abaladas aqui de *tradição, influência, desenvolvimento, evolução, mentalidade e espírito*, substituindo-as pelos seus opostos: *descontinuidade, ruptura, limiar, limite, série* ou *transformação*, simplesmente por que cairia em um investimento quixotesco de lutar contra moinhos de vento, ou ainda, perder a potência das últimas por conta da irrefletida anulação das primeiras, cabe-nos, então, *mutatis mutandis*, reeditar o gesto foucaultiano:

Aceitarei os conjuntos que a história me propõe apenas para questioná-los imediatamente... uma vez suspensas essas formas de continuidade, todo um domínio encontra-se, de fato, liberado⁷⁵.

⁷⁵ FOUCAULT, Michel. As Unidades do Discurso. In: _____. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Beata Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005. p. 29.

Isto posto, cabe indagar: que trabalho resta, então, ao arqueólogo? Qual a genealogia possível quando se abalam as estruturas sobre as quais ela sempre funcionou? Trata-se então de compreender o enunciado na “estreiteza e singularidade de sua situação”, determinar suas condições de existência, fixar seus limites, estabelecer correlações com outros enunciados e que tipos de exclusões eles promovem. Cabe muito mais compreender a unicidade do acontecimento do que o seu lugar de repetição de um já-dito, restituindo ao acontecimento a sua singularidade. Saindo do círculo de relacional homogeneizador e viciado, abre-se espaço para o estabelecimento de outros tipos de relação, ou, melhor, compreender que os enunciados e os discursos se constroem a partir da construção de jogos de relações multidirecionais e polifônicas.

É com este ímpeto que pretendemos construir uma leitura do *Arquivo Acadêmico* de Judith Grossmann, buscando compreender os materiais ali registrados como lugares possíveis de narração de uma história. São dezessete as pastas arquivadas por Grossmann, elas são registros de quinze anos de práticas acadêmicas do PPGLL. As pastas assim se ordenam: 1975, 1976, 1977, 1978, 1979, 1979, 1980, 1981, 1983, 1983, 1984, 1985, 1985, 1985, 1986, 1987-1988, 1989 – 1990. A estratégia de seleção de documentos seguiu ao objetivo de fazer um levantamento dos acontecimentos acadêmicos e em alguns momentos, os pessoais, que oportunizaram a formação do PPGLL ou que, de alguma maneira, determinavam a excentricidade do foco narrativo escolhido por nosso estudo.

3.1. Histórias possíveis:

o percurso da construção do Mestrado em Letras na UFBA.

“Dois vidros de Pinho Sol. Sete pacotes de Bombril. Um pano de chão. Quatro mil folhas de papel. Oito envelopes timbrados.” Estes são alguns dos materiais fornecidos ao Setor de Teoria da Literatura, à época sob a chefia de Judith Grossmann, em cinco de janeiro de 1976. Isto, que poderia ser uma informação absolutamente irrelevante, torna-se importante sintoma de como se estruturava ainda precariamente o Instituto de Letras, realidade na qual se misturavam as funções acadêmicas, intelectuais, burocráticas com tarefas menores de alimentar o ILUFBA com material de consumo

para o funcionamento de suas atividades mínimas⁷⁶. O que nos chama atenção neste contexto é que, ao mesmo tempo em que o professor que ocupava um cargo de chefia, precisava dar conta de inúmeros detalhamentos burocráticos, ele precisava, igualmente, mostrar-se apto a gerenciar a vida mais comezinha da Universidade. Neste ano, em que os chefes de departamento ainda tinham a conta de quantos pacotes de papel e de quantas vassouras de cabelo eram utilizadas em seu departamento, já se planejava e executava os primeiros passos do Curso de Mestrado em Letras (CML) da UFBA. Isto é a sinalização menos de uma pretensão e muito mais da consciência de que aquele Instituto passaria por um importante processo de abertura e desenvolvimento intelectual que, no caso da área de Teoria da Literatura, teria como objetivo:

Contribuir para a delimitação de um espaço próprio para a Teoria da Literatura, conduzindo um fazer teórico propriamente dito, de natureza crítica e criadora, capaz de direcionar o estudo sistemático de literaturas, tanto nacionalmente quanto as estrangeiras⁷⁷.

O Instituto de Letras que enquanto casa de construção de saberes abria-se e projetava os níveis de ensino e pesquisa para além da graduação, certamente teve um importante impacto sobre os estudos em Letras no Nordeste e, na Bahia, ao ser o primeiro curso de Mestrado autorizado pelo Ministério da Educação (MEC) na Bahia, exerceu, certamente, uma influência decisiva na formação de docentes no Estado uma vez que eles precisavam sempre se deslocar para o Sudeste do País a fim de cursar a Pós-Graduação, o que implica em restringir imensamente o acesso ao estudo e ao desenvolvimento de pesquisas. Assim, pode-se afirmar que a fundação do referido curso teve uma função decisiva não apenas na democratização do acesso e construção do saber, mas também na reconfiguração da educação nas escolas soteropolitanas e, principalmente, na Universidade, instaurando para os professores um novo horizonte de desafio acadêmico e ressoando na sua prática pedagógica, sendo este, igualmente, um dos objetivos do curso de mestrado que almejava:

1. Formar professores para o magistério universitário na área de Letras, a fim de atender à expansão qualitativa deste ensino e à elevação de sua qualidade;

⁷⁶ Até a década de 80, a chefia de Departamento ainda era responsável por este tipo de trabalho.

⁷⁷ Doc. Currículo do curso de Mestrado em Letras. 1976. Material em anexo: Anexo 1976.

2. Formar pesquisadores para o trabalho científico e criador no campo específico dos estudos lingüísticos e/ou literários⁷⁸.

Em 1976, com o objetivo de aperfeiçoar e ampliar os conhecimentos dos graduados em Letras e áreas afins é fundado o Mestrado em Letras da Universidade Federal da Bahia que, a princípio oferecia como áreas de concentração de estudos e pesquisas: I – Língua Portuguesa, II – Lingüística, III – Teoria da Literatura. A fim de organizar a estrutura e a vida acadêmica do curso formou-se um Colegiado de Pós-Graduação que, a princípio, encontrava-se formado pelos professores Dr. Cláudio Veiga, Dr.^a Joselice Macedo de Barreiro, Dr.^a Judith Grossmann, Dr. Nelson Rossi, Dr. Nilton Vasco da Gama e o Dr. Luiz Angélico Costa que acumulava o cargo de vice-coordenador do programa que tinha, à época, como coordenadora a Prof.^a Dr.^a Zilma Gomes Parente de Barros.

A primeira turma ingressa, em 1976, foi aberta primordialmente a fim de oferecer a oportunidade de obtenção do grau de mestrado aos professores que já estavam em sala de aula na Universidade. Assim, o processo seletivo para a primeira turma constou de:

- a. Entrevista;
- b. Avaliação do Histórico escolar do Curso Superior;
- c. Análise do Currículo Vitae.

Este procedimento que dispensa a passagem pela avaliação escrita, que será adotado para a segunda turma, seguiu a resolução nº01/76 – CML, de 22.03.76⁷⁹. Apesar disto, em documento datado de 06.02.1976, portanto ainda antes da resolução citada, Judith Grossmann montou aquele que seria o “teste de seleção para o curso de mestrado”. Constando de três questões⁸⁰ e inaugurando uma estrutura que seria aplicada às avaliações de seleção de mestrado durante muitos anos. O teste trazia, além de duas perguntas dissertativas de cunho eminentemente teórico, uma questão de interpretação literária articulada a uma reflexão teórica.

A primeira questão traz a necessidade de que seja o candidato capaz de tecer uma reflexão acerca da Teoria da Mímesis e Representação Literária a partir da

⁷⁸ Doc. Currículo do curso de Mestrado em Letras. 1976. Material em anexo: Anexo 1976.

⁷⁹ Cf. Relatório biênio 1976-1977: Anexo 1976.

⁸⁰ Cf. Documento em anexo: Anexo 1976.

linguagem do texto artístico. A noção de que a linguagem poética⁸¹ teria um “caráter conotativo e ambíguo” que determinaria um *modus operandi* distinto de relacionamento com o real serviu durante muitos anos de estudo como base para a diferenciação entre o uso da palavra no contexto literário e em outras situações de construção textual. Esta idéia é coerente quando pensamos em um contexto em que o uso conotativo da linguagem é uma prática exclusiva da literatura, se bem pensado o que era o ano de 1976 para a publicidade? Para o jornalismo? Os jogos de sentidos, comuns ao texto literário ainda não eram apropriados por estes outros meios de construção de mensagem nos níveis que vemos hoje. O que se vê surgir nesta questão é o apelo à “literariedade do texto literário”, ou seja, a busca de características exclusivas do texto criativo que denunciariam a sua relação diferenciada com a realidade e com a linguagem. Os estudos mais recentes de Teoria da Literatura nos apontam que não existem características exclusivamente encontradas no texto artístico e que estas são correntemente utilizadas na publicidade, no jornalismo e em outras construções de linguagem, desta forma, não há como elencar as características exclusivas da linguagem literária, como discute Jonathan Culler em seu livro *Teoria da Literatura: uma introdução*⁸², adotado desde 2001 no curso de graduação em Letras da UFBA.

A segunda questão introduz a idéia de que a metalinguagem é um recurso correntemente utilizado tanto na criação literária quanto na prática crítica, isto nos dá a dimensão de que a criação e a crítica são complementares entre si, convicção que aparece expressa em vários depoimentos de Judith Grossmann.

Finalmente, a terceira e última questão pode ser vista como uma reflexão que há muito aparece nas aulas de Teoria da Literatura como aquela pergunta que assalta os professores em todos os semestres: Qual a diferença entre poesia e poema? Trazendo, obviamente, textos poéticos que instam o candidato a interpretar mais detidamente as relações entre poesia e poema, a questão possivelmente cairia na já costumeira oposição forma e conteúdo, recuperando as discussões da primeira questão. Entretanto, não podemos supor que a opção por este direcionamento de pensamento seja obra do acaso. Fazendo uma análise da bibliografia que seria recomendada para a seleção, ali encontramos uma segura base formalista, garantida não apenas pela presença do texto de René Wellek e Austin Warren, *Teoria da Literatura*, mas também pelos estudos de

⁸¹ A expressão “Linguagem Poética” será aqui utilizada algumas vezes como substituta ou equivalente a “Linguagem Literária”, como correntemente expressamos nas aulas de Teoria da Literatura da UFBA.

⁸² CULLER, Jonathan. *Teoria da Literatura: uma introdução*. São Paulo: Beca, 1999.

Eduardo Portella, *Teoria da Comunicação Literária*; Dionísio de Oliveira (Org.), *Teoria da literatura: formalistas russos e a Obra aberta*, de Umberto Eco. Todos estes textos apontam para os conceitos formalistas que traz a idéia de que a linguagem literária é um desvio em relação à norma lingüística que, quando acionada pelo texto artístico, pressuporia, segundo esta teoria, um automatismo imanente ao falar cotidiano que conduz a linguagem literária a um estranhamento.

Para esta seleção, inscreveram-se sessenta candidatos para as trinta vagas e assim se dividiram: Área 1 – Língua Portuguesa: 21 candidatos para 10 vagas; Área 2 – Lingüística: 15 candidatos para 10 vagas; Área 3 – Teoria da Literatura: 24 candidatos⁸³ para 10 vagas.

Estes candidatos se submeteram a uma entrevista de dezesseis questões⁸⁴, nas quais se pretendia aferir mais estreitamente, dentre outras coisas, a proximidade de interesses intelectuais do futuro mestrando com a área de Teoria da Literatura, investigando sua trajetória acadêmica, quantas disciplinas foram feitas na área, e sua experiência em ensino e pesquisa nesta, além de procurar saber de sua participação em congressos, publicações sobre temas relativos à área e outras questões laterais, como conhecimento de língua estrangeira e projeto de pesquisa para o curso.

Cada uma das áreas de estudo, orientada por um professor, determinou as prioridades de investimentos analíticos que, na área de Teoria da Literatura, coordenada por Grossmann, rechaçava a filiação irrefletida à “atividade sinóptica de retomada de teorias já constituídas”⁸⁵ utilizando-as, sim, como pontos de partida para a sua reflexão, mas buscando forjar novas estratégias de análise e reconfigurar conceitos teóricos.

Os estudos de Teoria da Literatura estavam assim divididos: a) O fenômeno literário; b) a semântica literária; c) a ideologia literária; d) a obra de arte literária como forma e em suas relações com a historicidade. Estas linhas de estudos constavam no corpo do programa de mestrado como disciplinas⁸⁶. O fenômeno literário correspondia à LET 547 – Teoria da Literatura XXI e em sua ementa assim estabelecia:

O fenômeno literário: estudo da constituição e tipicidade do fenômeno literário a fim de delinear uma teoria a partir das

⁸³ Cf. lista de candidatos em anexo: Anexo 1976.

⁸⁴ Cf. Entrevista mimeografada em anexo: Anexo 1976.

⁸⁵ BARROS, Zilda Gomes Parente de. (Coord do Mestrado em Letras) *Relatório*; biênio 1976-1977. Salvador – BA, 1978. Cópia Mimeografada. Anexo 1976.

⁸⁶ BARROS, Zilda Gomes Parente de. (Coord do Mestrado em Letras) *Relatório*; biênio 1976-1977. Salvador – BA, 1978. Cópia Mimeografada. Anexo 8 do referido documento. Anexo 1976.

indagações, experimentações e escritos teóricos versus obras literárias dos próprios criadores⁸⁷.

Já semântica literária era a disciplina LET 546 – Teoria da Literatura XX, seguindo à ementa:

A semântica literária: visão sistematizada do texto literário – com especial atenção para o afeto (sic) de que os constituintes formais não são responsáveis integrais pela literariedade do texto⁸⁸.

A ideologia da obra literária, ministrada na disciplina LET 548 – Teoria da Literatura XXII, em sua ementa assim determinava:

A ideologia da obra literária, através da análise fenomenológica em comparação com a ideologia de textos de outra natureza⁸⁹.

E, finalmente, a disciplina LET 549 – Teoria da Literatura XXIII, que tinha uma coincidência entre o nome da linha e a descrição da sua ementa:

A obra de arte literária como forma e em suas relações com a historicidade⁹⁰

Havia, para a produção deste pensamento e criação destas disciplinas, uma base intelectual que se sustentava em organização de atividades de pesquisa, produção de textos de análise literária e levantamento de bibliografia. Nestes documentos, é possível perceber um projeto de construção acadêmica pautada na coadunação de pesquisadores em torno dos estudos de literatura. O Plano de atividade de pesquisa assinado por Judith Grossmann e projetado para ser desenvolvido entre os anos de 1976 e 1980, por exemplo, traz a proposta de uma pesquisa interdepartamental com o tema *Poéticas de produção nas literaturas modernas*, tomando como base o texto *Três tipos de poética*, de autoria de Judith Grossmann, o projeto tinha como objetivo analisar os diversos tipos de poética de produção que se apresentam nas literaturas modernas. A proposta do trabalho de pesquisa era de uma reformulação dos conceitos já existentes nos estudos literários a fim de atualizar o seu uso fazendo com que estes possam alcançar a construção literária efetivamente levada a termo naquela época, objetivando também:

⁸⁷ Cf. Documento em anexo: Anexo 1976.

⁸⁸ Cf. Documento em anexo: Anexo 1976.

⁸⁹ Cf. Documento em anexo: Anexo 1976.

⁹⁰ Cf. Documento em Anexo: Anexo 1976.

[...] modificar o estado da questão, com vistas a uma abordagem teórica e técnica de obras literárias ao nível da objetividade, com condições de se refletir no ensino da literatura, em nível universitário, tanto na graduação quanto na Pós-Graduação, e, por decorrência, no ensino fundamental (Área de Letras: formação de professores de nível médio)⁹¹.

Para tanto, os estudos se baseavam em uma extensa bibliografia, que além do texto já citado de Grossmann, trazia mais quatro títulos de sua autoria: *Obra estruturada: modelo e antimodelo na literatura contemporânea*; *Imanência e permanência da lírica: Cecília Meireles*; *Ponto não há que não te mire: Manuel Bandeira*; e *Unidades narrativas*. Além destes, figuram alguns títulos de Heidegger, endossando a vocação fenomenológica do curso de Mestrado em Letras, e, demonstrando uma vocação de abertura para as mais recentes reflexões; textos de Jacques Derrida, como a *Gramatologia* e *A escritura e a diferença*, ainda que naquele momento estes textos não fossem centrais para as reflexões conduzidas. As questões articuladas no citado projeto são aquelas desenvolvidas tanto na graduação quanto no mestrado, demonstrando a harmonização de um projeto teórico.

Todas as disciplinas eram obrigatórias para os alunos de Teoria da Literatura e o resultado destas escolhas para o investimento teórico e crítico mostra-se nos temas de dissertação que eram orientadas pelos professores Heliana de Castro Simões, Judith Grossmann, Antônio de Barros e Luiz Angélico Costa. Dos dez trabalhos orientados por estes professores, traremos apenas dois deles, a fim de que funcionem não só como amostragem, mas, igualmente, como uma visualização da trajetória reflexiva destas professoras que hoje compõem o corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística, a fim de poder, nos capítulos posteriores deste trabalho, traçar os caminhos que esta “herança intelectual” legada por Grossmann trilhou dentro do ILUFBA.

Faziam parte da primeira turma do Mestrado em Letras da UFBA na área de Teoria da Literatura Albertina Ribeiro da Gama, que depois passou a desenvolver estudos na área de Filologia Românica, estudando o tema “Intemporalidade da Obra literária”, sob a orientação da Prof.^a Heliana Simões; Antonia Torreão Herrera discutia o tema “A obra literária como uma arqueologia”, à época de sua defesa o trabalho teve seu título alterado para “O retorno da história: a dimensão arqueológica da obra

⁹¹ Cf. Documento em Anexo. Plano de Atividade de Pesquisa.

literária”. No resumo, a autora afirmava ser a “dimensão arqueológica da literatura” um traço de sua natureza, buscando examinar os três níveis:

Identificando história e tempo, procede-se inicialmente a uma arqueologia da história através da escavação de mitos, eventos, coisas e signos, reatualizados no presente da obra [...] o segundo nível recobre a questão do sujeito histórico que se historia, possibilitando assim a emergência da história do homem [...] o terceiro nível trata da arqueologia da linguagem poética, campo do possível onde tudo se incorpora, em termos de realidade ficcional⁹².

Eneida Leal Cunha investiu em um projeto que, a princípio, chamava-se “Memória e ficção”, mas que, quando defendido, surgiu sob o nome “Diacronias da subjetividade: a convergência do autobiográfico e do ficcional” que realizou um mapeamento das conceituações de “escrita autobiográfica” na bibliografia teórico-crítica vigente a partir de:

Uma compreensão da “memória” fundamentada na psicanálise, os procedimentos ou operações de ficcionalização indispensáveis para a reapropriação do vivido através de narrativas literárias⁹³.

Lígia Guimarães Telles desenvolvia o projeto “A representação do real na literatura, em confronto com a proposta da escola realista” que, quando apresentada à banca surgiu sob o título “As fronteiras do realismo” que buscou, a partir da análise de textos de Clarice Lispector, discutir a representação literária do real:

Examina-se de que maneira a construção dessa realidade ficcional se processa pela linguagem, objetivando desfazer a dicotomia entre *literatura realista e literatura anti-realista*⁹⁴.

Todas foram orientadas pela Prof.^a Judith Grossmann, seguindo às determinações teóricas em voga no Mestrado em Letras naquela época. Percebe-se nas propostas de trabalho, por um lado, uma filiação à análise fenomenológica da literatura, investindo em um mergulho de análise a partir do existencialismo e, por outro lado, os estudos abrem-se para uma postura analítica mais determinada a refletir sobre as

⁹² POGGIO, Rosauta M^a Galvão Fagundes e PEREIRA, Teresa Leal Gonçalves. (Org.) *Catálogo de Teses e Dissertações*. Salvador: EdUFBA, 2000. pg. 23.

⁹³ POGGIO, Rosauta M^a Galvão Fagundes e PEREIRA, Teresa Leal Gonçalves. (Org.) *Catálogo de Teses e Dissertações*. Salvador: EdUFBA, 2000. p. 15.

⁹⁴ Idem, *Ibidem*.

relações entre o real e o literário. As pesquisas às quais se dedicaram estas professoras naquele contexto acadêmico foram – obedecendo à própria gramática de construção de todos os saberes – reconfigurados, deslocados, ampliados, mas o seu lugar de pedra fundamental sobre a qual se construíram as intelectuais que hoje comandam grupos de pesquisa não pode ser jamais desconsiderado.

É este então um interesse desta pesquisa que desenvolvemos: como se constrói um campo de saber? A escolha de narrar/analisar esta construção a partir do *Arquivo Acadêmico* reunido por Judith Grossmann impõe ao nosso foco de visão a determinação de limitações que pousam sobre a escolha do lugar de onde se olha. Apesar de afirmarem todos os professores indagados ser o arquivo construído por Grossmann o mais completo acerca da vida na Pós-Graduação, temos plena consciência de que a construção de uma memória não é, jamais, inocente. Quando se adentra no arquivo o que se encontra são marcas, despojos, traços de vidas pessoais que se imiscuem na vida acadêmica. Assim, as sucessivas mudanças de morada pelas quais passou o Instituto de Letras até a sua residência definitiva no Campus de Ondina, nos apontam que o corpo físico, as paredes, as salas, os corredores desta casa são apenas uma alegoria para a verdadeira Casa onde se constroem estes saberes. O arquivo nos oferece a possibilidade de um périplo, no qual embarcamos e tentamos, ainda que tateando em um solo absolutamente instável, feito de ondas e profundidades insondadas, traçar um percurso.

3.2. Amar o perdido: Diferença e repetição no corpo do arquivo

François Hartog⁹⁵ analisando a história da viagem na Grécia Antiga nos apresenta uma imagem distinta de Ulisses: a do viajante a contragosto, que ratifica a todo o momento a sua identidade menos por saberem dela os outros e mais por temor que a longa travessia o conduzisse ao esquecimento de si. Quando aceitamos o desafio de penetrar para além das portas de ferro que resguardam o arquivo, ultrapassando a lâmina de poeira silenciosa que adormece suas palavras, estamos à deriva e à mercê da memória que se abriga em casulos perigosos, a viagem que aqui propomos é também uma viagem de retorno, de repetição, de retilhamento, entretanto, o prefixo “re” instaura na imagem conhecida do gesto a marca de sua diferença, adiando o encontro

⁹⁵ HARTOG, François. *Memória de Ulisses*; Narrativas sobre a fronteira na Grécia Antiga. Belo Horizonte: EdUFMG, 2004.

com o fato em si para o jamais, postergando para o nunca o encontro com a essência do acontecimento que, na verdade, já perdemos no momento mesmo de sua realização. Ulisses quando retorna para Ítaca – e aqui está, mais uma vez, o sufixo instaurando o peso da diferença – ele torna à sua terra, mas ele já houvera se tornado outro e, ela mesma, está irreconhecível, degradada:

Mas, no fim das contas, a Odisséia conta também que não basta voltar para que tudo recomece como antes. Canto do retorno, desdobrado no espaço, a Odisséia tropeça no tempo. Ítaca é sempre e não é mais Ítaca: não mais a mesma Ítaca⁹⁶.

Para Hertog, é o tempo o responsável pela diferença percebida entre a Ítaca traçada na memória e a que é vista. Devemos concordar, o tempo abre mesmo flancos violentos na pele dos acontecimentos, entretanto, é a retina que vislumbra em perspectiva a temporalidade que nota as diferenças instauradas pela passagem de *Cronos*.

Ao observar o início da construção do Mestrado em Letras reunindo os escombros do tempo, vem-nos a impressão daquilo que Foucault define como sendo a “positividade de um discurso”, que lhe atribui tal unidade através do tempo e produz nele uma emancipação em relação aos feitos individuais. Não está em questão para o autor decidir quem estava com a verdade, quais os postulados mais válidos ou quem formaria melhor o projeto de uma ciência, mas oferece, conforme Foucault⁹⁷, um espaço de comunicação, relativamente restrito, não alcança a amplitude de uma ciência com todo o seu devir histórico, na verdade, estes movimentos indicam o desenvolvimento de “identidades formais, continuidades temáticas, translações de conceitos, jogos polêmicos”. É com este interesse que adentramos a seara da história dos estudos literários do PPGLL da UFBA, compreendendo este campo de saberes não como o centramento, uma fonte de emergência de teorias, mas como um pólo inseminador e disseminador de conhecimento que sempre esteve em pleno diálogo com outros Institutos e Faculdades de todo o Brasil.

As bases críticas e teóricas que foram forjadas no Instituto de Letras, vistas a partir do ano de 2007, para nós, precisam ser vistas como produtos de determinadas condições muito específicas de emergência, enunciados que se formaram a partir de

⁹⁶ Idem, *Ibidem*.

⁹⁷ FOUCAULT, Michel. O a priori histórico e o arquivo. In: _____. *A Arqueologia do Saber*. Luiz Neves (Trad.). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

uma paisagem de saberes determinada por um contexto teórico e histórico que propiciaram o seu surgimento e não o de outros. O arquivo, em sua heterogeneidade e descontinuidade – ainda que organizado em pastas, datado e linearizado ao máximo, sempre será uma narrativa por vir, que ainda deverá erguer-se a partir da reunião e interpretação de dados ali retidos. O arquivo finda por subverter a homogeneização do discurso histórico, uma vez que, pelo seu excesso de informações, papéis, objetos e imagens que transbordam na sensação de intransponibilidade que muitos oferecem ao seu visitante ou pesquisador, e que supera, pela sua voluptuosa emergência, o texto histórico que é comumente asséptico. Tal constatação nos conduz à idéia de que o conceito de arquivo se opõe à noção de história:

Ao invés de vermos alinharem-se, no grande livro mítico da história, palavras que traduzem, em caracteres visíveis, pensamentos constituídos antes e em outro lugar, temos na densidade das práticas discursivas sistemas que instauram os enunciados como acontecimentos (tendo suas condições e seu domínio de aparecimento) e coisas (compreendendo sua possibilidade e seu campo de utilização). São todos esses sistemas de enunciados que proponho chamar de arquivo⁹⁸.

Desta forma, chegamos à noção de que, para Foucault, o arquivo não é nem a soma dos textos de uma cultura, nem a reunião de documentos do passado, nem tampouco o testemunho da identidade perenizada de um povo. Os discursos abrigados no arquivo surgiram graças a todo um conjunto de relações que caracterizam o nível discursivo, estas relações nascem obedecendo a regularidades específicas, assim, quando inseridas no arquivo estas se convertem em uma lei que fazem dos enunciados acontecimentos singulares, é a lei do que pode ser dito, mas o arquivo é também:

O que faz com que todas as coisas ditas não se acumulem indefinidamente em uma massa amorfa, não se escrevam tampouco em uma linearidade sem ruptura e não desapareçam ao simples acaso de acidentes externos, mas que se agrupem em figuras distintas, se componham umas com as outras segundo relações múltiplas, se mantenham ou se esfumem segundo regularidades específicas⁹⁹.

O arquivo, nesta definição, não é o que protege o acontecimento do enunciado conservando o seu frescor para gerações futuras, na verdade ele é o que define o *sistema*

⁹⁸ FOUCAULT, Michel. O a priori histórico e o arquivo. In:_____. *A Arqueologia do Saber*. Luiz Neves (Trad.). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005. P.146.

⁹⁹ Idem, p.147.

de enunciabilidade do enunciado-acontecimento, assim como ele não é a recolha da poeira dos enunciados para posterior ressurreição do *enunciado-coisa*, mas o *sistema de seu funcionamento*, ou seja, distanciando-se da definição romântica que o vê como discurso de permanência ele é o traço de diferença, o espaçamento, a *différ* – aqui articulando o duplo sentido de diferença e adiamento – que aparta e oferece novas possibilidades de interpretação dos vários discursos em sua múltipla existência e duração própria. Por isso, não há possibilidade de leitura total do arquivo, ele sempre se oferece ao leitor através da gramática do fragmento, podendo ser lido tanto pelas suas fissuras, lacunas e apagamentos quanto pelas ilusões de narratividade contínuas e imanentes ao real que ele pode produzir.

As reflexões empreendidas por Jacques Derrida em *Mal de arquivo* estão, durante toda a travessia teórica que construímos acerca do arquivo, presentes em nosso discurso. Isto se compreende primordialmente por ter se tornado este texto prerrogativa básica para as discussões sobre o arquivo na contemporaneidade¹⁰⁰. Proferida em 5 de junho de 1994, em Londres, no Museu Freud, a palestra, que teve àquela época como título *O conceito de arquivo. Uma impressão freudiana* propõe-se a discutir, dentre outras coisas, as relações de poder dentro do arquivo, pensando sobre os direcionamentos possíveis para a sua interpretação e manipulação de seu acervo. A própria estrutura sobre a qual se organiza o texto já metaforiza o corpo do arquivo, vez que ele se desdobra em quatro textos que representam começos, descentrando o lugar de privilégio de um texto que seria o principal e disseminando possibilidades de trilhamento. O investimento primeiro é a especulação sobre da possibilidade de alcance de uma teoria do arquivo que seja, a um tempo, técnica, política, ética e jurídica, buscando alcançar as questões de poder que atravessam a cena do arquivo. Assim, seria, de acordo com Derrida, necessário apartar o arquivo daquilo que corriqueiramente se pensa como sendo uma experiência de memória, retorno à origem, ao arcaico, em suma, a tudo aquilo que dê conta de reunião apaziguadora de marcas que poderão submeter-se a uma leitura unificadora.

Quando Derrida empreende tal discussão, na década de 90, ainda não tínhamos a clara dimensão do nível a que os suportes de retenção de informações poderiam chegar, o que ele enxerga em seu discurso, a partir de uma leitura da marca arquivada do

¹⁰⁰ Muitas reflexões construídas aqui foram, em algum nível, inspiradas pelas aulas da Prof^{as}. Dr^{as}. Eneida Leal Cunha e Evelina Hoisel, em sua disciplina intitulada “Seminários Avançados IV”, cursada por mim durante a creditação para o doutorado, e pelo curso ministrado pelo Prof. Dr. Evando Nascimento.

Judaísmo em Freud (no seu corpo, pela circuncisão), e da possível presença de um pensamento Judeu em seus textos, é a possibilidade de nestes lugares distintos de impressão: corpo e papel, as marcas arquivadas, ainda que em dimensões distintas (público e privado), possam contar histórias distintas de um mesmo rastro. Se não há arquivo sem o espaço instituído de um lugar de impressão, em que se transforma o arquivo quando ele se inscreve sobre o próprio corpo? É nesta reflexão que Derrida passa a investir a partir de uma outra leitura do judaísmo em Freud, articulada por Yerushalmi. Dentre as idéias trazidas neste bojo, está a noção de que, de acordo com este intérprete do Arquivo Freud, a marca da circuncisão passará de mero registro de filiação a uma religião e cultura para, dentro da história do pensamento freudiano, se converter em uma metáfora de uma psicanálise judia. Ainda além de eventuais desmedidas na análise empreendida por Yerushalmi o que, para nós representa, obviamente, toda a possibilidade de discussão sobre o poder do arconte sobre o arquivo, interessa-nos deveras uma discussão empreendida sobre a construção e lugar discursivo e ideológico do próprio arquivo.

Dentre as primeiras observações levantadas no texto está aquilo que já se manifesta, pela incidência de repetição deste investimento teórico nos textos de Derrida, como uma prática, uma estratégia intelectual que se relaciona com um interesse em traçar a genealogia sígnica da palavra. Assim, o que se nos apresenta a princípio no texto é a explanação sobre a palavra *Arkhe* que, vinda do grego, designa, ao mesmo tempo, começo e comando, ou seja, o arquivo se abriga na dupla motricidade da palavra, mas, ao mesmo tempo, esconde a consciência desta dupla significação, e isto é intencional. Ao arquivo alia-se a idéia de começo, de início, da ontologia, mas, esta ilação deixa, propositadamente, escapar a sua dimensão de comando para assim naturalizar o lugar de “origem” do arquivo e escamotear a “vontade de verdade” que sustenta a sua construção. Esconde-se a imagem de um arconte e, igualmente, da não-naturalidade da reunião de informações arquivadas. Aos arcontes não era dado apenas o direito de manter o arquivo sob a sua guarda, mas, acima de tudo, lhes eram outorgados o direito e a competência hermenêuticas.

Na cena de um arquivo cabe ao arconte não apenas dominar a autoridade hermenêutica legítima, mas, antes de tudo, o arconte é aquele que “unifica, identifica, classifica”, enfim, consigna, no sentido de reunir os signos convocando-os a construir-se enquanto texto de única via interpretativa:

A consignação tende a coordenar um único corpus em um sistema ou uma sincronia na qual todos os elementos articulam uma unidade de configuração ideal¹⁰¹.

Todo arquivo é, ao mesmo tempo, *instituidor* e *conservador*, assim, quando discute sobre a economia do arquivo ele nos apresenta uma acepção na qual se conjugam a *eco*, ou seja, a capacidade de retenção, conservação, de guardar as informações, mas, ao mesmo tempo, sabe-se que isto se instaura em uma ordem não natural, baseado em um *nomos*, em uma lei, assim, a instituição do arquivo, que pode ser entendida não apenas como o seu lugar de Instituição, mas, também, como seu processo de construção que finda por ser um gesto de violência, vez que rompe com o fluxo “natural” dos acontecimentos dobrando-os à ordem do registro.

Interessa ao caminho retórico trilhado em *Mal de arquivo* dois tipos de registro: a tipografia e a circuncisão. A marca da letra tipográfica é externa ao arquivo, não como a circuncisão que é uma marca íntima inscrita em seu corpo, entretanto, há, atravessando tanto o corpo quanto a escrita a impressão, que pode ser pensada como sendo a impressão que:

[...] a assinatura freudiana deixou sobre seu próprio arquivo, sobre o conceito de arquivo e de arquivamento, o que é o mesmo que dizer, inversamente e por contragolpe, sobre a historiografia¹⁰².

Quando Foucault afirma que Freud, Nietzsche e Marx são *fundadores de discursividade* podemos ler esta idéia também como sendo a impossibilidade de refletir, por exemplo, sobre a construção da psique prescindindo do pensamento, desta assinatura freudiana. É ela que atravessa não apenas os seus textos tornados públicos, mas todos os objetos constantes no Museu Freud, e há ainda uma outra assinatura, impressa no corpo do próprio Freud, a circuncisão do judaísmo. Quando Derrida afirma que não há arquivo sem exterior, sem lugar de inscrição, compreendemos todo o investimento de Yerushalmi em fazer com que as marcas deste judaísmo em Freud se emancipem dos limites do corpo, ou seja, deixe de estar circunscrito à circuncisão, e vaze para o seu pensamento, para a sua escrita trazendo, assim, a idéia da prática de uma psicanálise judaica. Yerushalmi, historiador e analista de textos de Freud, que pretende fazer uma elaboração no sentido de atestar, via palavra de Freud, que a

¹⁰¹ DERRIDA, Jacques. *Mal de arquivo*; uma impressão freudiana. Trad. Cláudia Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001. p.12

¹⁰² Idem p. 15

psicanálise é uma ciência judia, não é psicanalista e analisa, portanto, a história da psicanálise sem ter intimidade com seus conceitos, ou seja, de um ponto de vista a-psicanalítico. Ele se coloca, ao falar sobre a carta do Pai a Freud, como sendo aquele que irá, quase que exclusivamente, falar sobre ela, pois é ele o único, além de Freud, a tê-la tido em mãos e imagina ser o único capaz de *analisar devidamente* o documento: ele busca ocupar o lugar do arconte. Para ele, há em Freud todo um esforço no sentido de operar um apagamento ou abrandamento das marcas do judaísmo, movimento este que, na opinião de Yerushalmi, o psicanalista vienense teria investido em sua prática cotidiana, retorna em seu pensamento e emerge, especialmente, na carta que acompanha a bíblia ofertada por Freud pai ao filho que estaria afastado da religião. O lugar ocupado por Yerushalmi diante do texto e do arquivo freudianos, a saber, de encaminhamento interpretativo de seus materiais de vivência e de supervivência no sentido de reconhecer a filiação de Freud ao judaísmo, mas, principalmente, de através dele perfilar o pensamento psicanalítico empreendido por Freud fazendo da psicanálise uma ciência judaica, já nos acena aquilo que Derrida nos mostra quando investe na reflexão acerca do poder de direcionamento ou aconselhamento interpretativo que um arconte pode praticar sobre o material arquivado.

Ao construir e constituir uma interpretação do pensamento freudiano via judaísmo, Yerushalmi *institui*, na abertura do arquivo, uma verdade que, levada a termo com a determinação e impulso investigativo nos quais ele investe, ocupa, neste espaço, um lugar privilegiado de interpretação. Se partirmos, entretanto, da idéia de que todo ato de instituição deriva de um esforço interpretativo compreenderemos que há, no investimento teórico de Yerushalmi, a violência inerente à toda interpretação.

Na sua leitura, Yerushalmi afirma que se os judeus quisessem matar Moisés, teriam matado. Mas a sua leitura que se quer tão óbvia não consegue perceber que o recalque também é um arquivamento, assim, se houve o dolo, a vontade, o crime se efetivou dentro da voluta. Derrida indaga, onde começa um assassinato? Na vontade. Psicanaliticamente falando, a vontade de matar é uma forma de levar este desejo a cabo, pelo menos na psique:

[...] o inconsciente pode ter preservado a memória e o arquivo – mesmo se houve recalque; pois um recalque arquiva também aquilo cujo arquivo ele dissimula ou encripta¹⁰³.

¹⁰³ Idem, p. 86

O arconte não pode ser pensado como um poder de fora do arquivo. Yerushalmi, por exemplo, ao interpretar o arquivo de Freud coloca-se na cena do arquivo imprimindo nele a sua marca de leitura:

A interpretação do arquivo não pode esclarecer, ler, interpretar, estabelecer seu objeto, isto é, uma herança dada, senão inscrevendo-se nele, isto é, abrindo-o, enriquecendo-o bastante para aí ocupar o lugar de pleno direito. Não há meta-arquivo¹⁰⁴.

O texto de Yerushalmi faz parte do arquivo de Freud, mas, ao inscrever-se tão definitivamente, perde a autoridade absoluta: “O arquivista produz o arquivo, e é por isso que o arquivo não se fecha jamais. Abre-se a partir do futuro”¹⁰⁵.

Yerushalmi vai afirmar que apenas o povo Judeu é capaz de ler o futuro, pois é o povo da promessa. Se o arquivo é sempre a projeção para um futuro, assim, o arquivo e sua leitura têm uma natureza Judia. Ironizando, Derrida diz que “treme” ao tomar conhecimento de tal idéia, não a da promessa, mas a da unicidade. Se a Judeidade é uma marca daqueles que sabem ler o futuro (arquivo) então o lugar de poder está muito bem aí guardado, diz Yerushalmi: “Em Israel e em nenhuma outra parte, a injunção de se lembrar é sentida como um imperativo religioso para todo um povo”.

Ao que Derrida responde:

A reunião sobre si mesmo do Um não é jamais não-violenta nem a auto-afirmação do Único, a lei do arconte, a lei da consignação que organiza o arquivo. A consignação não ocorre nunca sem essa pressão excessiva (impressão, repressão, supressão) da qual o recalque e a repressão são figuras representativas¹⁰⁶.

Entretanto Derrida nos mostra que este gesto instituidor vai mais além, quando o historiador ocupa o lugar de *arconte* – e, portanto, de autoridade hermenêutica sobre o arquivo, isto determina uma série de escolhas analíticas e interpretativas as quais ele deverá aplicar uma força da coadunação sobre sentidos emergidos do arquivo convertendo-os em um texto, consignando-os sob não mais apenas a marca freudiana – seja a tipográfica ou a da circuncisão – mas principalmente sob a sua própria inscrição na cena do arquivo.

¹⁰⁴ Idem, p.88.

¹⁰⁵ Idem, Ibidem.

¹⁰⁶ Idem, Ibidem.

Ciente deste investimento do *arconte*, Derrida aponta, em contrapartida, algumas lacunas e lapsos de análise nos quais incorreu Yerushalmi. O seu crivo interpretativo alcança não apenas do Arquivo Freud, com suas marcas mais diretas de personalidade, mas também a sua tentativa é de arquivar, sob a sua assinatura, todo o pensamento freudiano, é Derrida que irá se apressar em nos apontar que esta reunião, que esta consignação totalizante não se dá senão pelo recalque, pelo silenciamento e pela obnublação de possibilidades outras de arquivamento e de leitura.

A questão a “ciência judia” que tanto animou as reflexões de Yerushalmi, cai na *aporia*, é um *indecidível* que se lança ao futuro e que, no passado, recebeu do estudioso uma tentativa, uma escolha, mas não um fechamento (a *aporia* não se fecha totalmente nunca), é um por vir e, como tal, uma repetição. Não haveria por vir sem o fantasma da violência, ou seja, de em um momento ele deixar de circular como imanência e se presentificar (*cloture*), sem o risco do arconte que dê ao arquivo um único destino monológico não haveria arquivo. Ele se repete a cada arconte que dele se adona, ao se repetir, recebe uma leitura, mas, por se repetir pode garantir a sua caminhada na tênue linha que separa a vida da morte.

3.3. Narrar para viver: exercícios de esquecimento

Quando investimos em uma análise do material constante no *Arquivo Acadêmico* de Judith Grossmann, alguns traços nos assaltam trazendo consigo a sua potência de abertura para a análise e articulação entre fatos distintos. A primeira questão relevante é o mecanismo que converte, ou nos conduz a pensar como se dá a conversão do fato em enunciado. Os materiais retidos no corpo do arquivo serão compreendidos aqui como enunciados, esta postura deriva da consciência do distanciamento não apenas temporal, mas interpretativo no qual escolhemos investir a fim de que aquilo que provocou o registro, o arquivamento do traço, ainda que naquele instante tenha sido a vontade de eternizar a memória salvando-a do esquecimento, congelar o fato, sabemos todos que ele se perde. Não há como reter o fato em seu brilho de aqui e agora, a aura, o seu acontecimento único e irrepitível é uma miragem, mais ainda quando depositada sobre a experiência humana sobre o real, que sempre será relacional. Assim, temos a consciência de que não estamos lidando com fatos e sim com enunciados, produzidos

em um dado contexto e que, na cena do arquivo, quando postos em diálogo, produzem outras formas de compreensão e interpretação.

O primeiro acontecimento que nos interessa aqui é a visita do filósofo Michel Foucault à Faculdade de Filosofia da UFBA, nos dias 25, 26 e 27 de outubro de 1976. É impossível para qualquer crítico deixar de sentir-se compelido a traçar aproximações entre este fato e o pensamento teórico e crítico hoje desenvolvido na Pós-Graduação do Instituto de Letras da UFBA. A visita de Foucault consta em todos os relatórios sobre as atividades da Pós-Graduação daquele ano, todos os professores foram convidados, o efeito desta visita não parece ter sido, naquele contexto, definitivo para alguma mudança de postura analítica ou promoveu algum tipo de abalo nas bibliografias ou estudos do Mestrado em Letras. Isto se deve, certamente, ao fato de ser, ainda hoje, muito recente a inserção da leitura quase obrigatória da filosofia foucaultiana no Curso de Letras. As marcas de personalidade e da vivência de construção literária de Grossmann bordejam os discursos acadêmicos traçando uma travessia sinuosa, deslocando e hibridizando lugares de conhecimento.

Em 1976, o que se destaca entre os documentos, súmulas de reunião, ementas de graduação e de Pós-Graduação é o traço da vida criativa da escritora Judith Grossmann que havia enviado uma correspondência (em 18 de agosto de 1976) para a editora Rocco buscando consultar o editor sobre a possibilidade de publicação do livro “A noite estrelada: estórias do ínterim”. A qual se faz acompanhar de uma “Breve Notícia” onde se registram alguns aspectos da vida profissional e literária de Grossmann. Esta breve notícia exibe um resumo dos textos publicados, prêmios recebidos, periódicos com os quais ela contribuía vindo a endossar a sua relevância no cenário literário brasileiro. A este pedido, entretanto, a editora responde (em 8 de agosto do mesmo ano) postergando uma imediata negativa e informando sobre a possibilidade de apreciação do livro para posterior publicação. O registro deste malogro, que poderia parecer um desperdício, um dispêndio de energia em registrar aquilo que parece um fato menor pode, por sua vez, apontar para algo que já foi por nós sublinhado neste trabalho, a propalada carreira literária da qual Grossmann teria aberto mão em favor de dedicar-se à vida acadêmica na Bahia.

O material arquivado do ano de 1977 apresenta uma importante peculiaridade, nesta pasta se misturam materiais de graduação e de Pós-Graduação, abrindo a possibilidade de se ler esta mistura não como desordem, mas como uma estratégia de construção de convergências teóricas entre uma coisa e outra, como se os

trabalhos de ambas servisse de retro-alimentação mútua, o que pode ser ratificado pelo documento em que Grossmann enumera os projetos de pesquisa de graduação que são interligados à Pós-Graduação e que continuarão a se desenvolver, são eles: o Fenômeno Literário, a Semântica Literária, a Ideologia da obra literária. O primeiro, coordenado, na graduação, por Judith Grossmann, e os dois últimos, por Heliana Simões. Interessamos esta convergência de interesses primeiramente pela idéia da construção de um bloco de saberes que iniciam seu desenvolvimento na graduação e se verticalizam em pesquisas no Mestrado. Se cruzarmos tal informação com as dezenas de pastas constantes no *Arquivo Judith Grossmann* da Biblioteca Central, encontraremos a compreensão, principalmente pela insistente construção de grupos de pesquisa e de estudos de graduação, de que Grossmann compreendia a sua função de educadora como sendo aquela que precisaria sempre se oferecer em excesso aos seus alunos e à construção pedagógica.

Comumente os grupos de estudos de graduação realizavam-se sem bolsas de pesquisa, primordialmente pelo interesse despertado pela professora em seus alunos. As disciplinas ministradas por Grossmann tinham, corriqueiramente, como ponto de culminância, a produção de artigos, ensaios que deveriam ter circulação, ser publicados e a sua escrita não se restringia à professora, esta exortava os seus alunos à escrita e assim surgiram textos sobre Jorge de Lima – que ainda hoje é tema de disciplinas avançadas na área de Teoria da Literatura, principalmente com a professora Lígia Telles; Carlos Drummond de Andrade; Castro Alves e Clarice Lispector, que surge como objeto de estudos, em disciplinas e palestras da professora Antonia Herrera. Evelina Hoisel retoma muitos dos conhecimentos consubstanciados nas aulas de Judith Grossmann, dentre outras áreas e temas de estudos, em suas disciplinas de Literatura Dramática, da qual Judith foi fundadora, assim como instituiu também as disciplinas de Criação Literária.

1978 tem, mais uma vez, a característica de terem sido juntadas informações de Graduação e Pós-Graduação, o que finda por discordar do perfil de organização de Grossmann, vez que ela sempre arrumou os documentos com excessivo cuidado. Aqui se encontram, dentre os documentos acadêmicos, textos outros como, por exemplo, uma entrevista de Clarice Lispector feita por Affonso Romano de Sant'Anna e Marina Colasanti. Além disso, apresenta-se um recorte do Diário Oficial da União, datado de 25 de setembro de 1978, no qual Judith Grossmann é designada como membro da Comissão Julgadora dos Prêmios Literários Nacionais – Gêneros conto e novela daquele

ano, junto com Fausto Cunha. Nesta paisagem que ela traça para si, abre-se o espaço e a possibilidade de ler-se, no *Arquivo Acadêmico*, ainda que por outra chave, a história da escritora Judith Grossmann que se colore com matizes das mais variadas. Chamo a atenção para a página da Revista Coquetel cuja cópia encontra-se delicadamente armazenada no arquivo por Grossmann. Esta revista, conhecida nacionalmente por oferecer distrações e passatempos de vários níveis de complexidade para o público, apresenta, em um de seus jogos de caça-palavras uma busca pelos “Escritores Brasileiros Contemporâneos” e não é sem espanto que ali vemos figurar o nome de Judith Grossmann.

A postura teórica da professora se mostra em vários momentos do arquivo, tanto em textos em que se apresentam as suas convicções sobre o ensino e Teoria da Literatura que, mais tarde, se verticalizam no seu texto “Temas de Teoria da Literatura” adotado ainda hoje em cursos de graduação e Pós-Graduação como o da Universidade Federal do Ceará¹⁰⁷, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)¹⁰⁸. E foi por conta deste conhecimento que no dia 4 de outubro de 1977 chegou às mãos de Grossmann um ofício informando que a construção da seleção para a entrada da segunda turma do Mestrado em Letras estava em processo, e é solicitado à professora, que, como membro do colegiado, faça uma “proposta de regulamentação do exame de seleção de candidatos ao Mestrado na área de Teoria da Literatura” levando em conta os seguintes aspectos: a) número de vagas (que, à época, eram 10); b) tipo de seleção; c) programas; d) bibliografia específica; e) critérios de avaliação. A partir da segunda turma passaria a ser adotado, como critério de avaliação, uma prova escrita. Pelo que se pode notar em todas as pastas do arquivo nesta década, foi Grossmann a responsável, ou pelo menos co-responsável, pela construção das provas de seleção do Mestrado em Letras. Isto significa dizer que ela teve a oportunidade de imprimir as bases do seu pensamento não apenas sobre os estudos desenvolvidos na graduação, vez que funcionava como tutora para as novas professoras que seguiam programas aprovados e discutidos com ela, mas também sobre a Pós-Graduação, que teve a maioria de suas disciplinas de Teoria da Literatura ministradas e/ou criadas por Grossmann.

¹⁰⁷ Cf. Programa de Disciplina de Teoria da Literatura em 2006.1. Disponível em: <http://72.14.205.104/search?q=cache:jbF0BIDle8sJ:www.cursodeletras.ufc.br/DEPTO.%2520DE%2520LITERATURA/Teoria%2520da%2520Literatura%2520I.pdf+%22temas+de+teoria+da+literatura%22&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=1&gl=br>. Acesso em 10 de nov. de 2007, às 23:07 pm.

¹⁰⁸ Cf. Programa da disciplina Teoria Literária: Natureza e Função da Literatura em 2007.2. Disponível em: <http://www.pucsp.br/comfil/downloads/disciplinas/letras/2007/novo/30.doc> Acesso em 10 de nov. de 2007, às 23:20 pm.

Isto, entretanto, não deve nos conduzir a uma visão ingênua do pensamento e restritiva acerca da construção do saber em Letras. Grossmann funcionava como um elemento disseminador de conhecimentos e de leituras, como afirma Antonia Herrera em seu texto *O intelectual e a formação teórica da pesquisa literária na Universidade*, a professora trouxe consigo, em 1966, vinda da Universidade de Chicago:

Uma prática do close reading do New Criticism, um aparato teórico dos Formalistas Russos [cuja leitura era obrigatória pelo menos até o final da década de noventa nos Cursos de Letras da UFBA] e em constante diálogo com as novas correntes lingüísticas e reflexões sobre Saussure e Jakobson e de teóricos da comunicação, a exemplo de Umberto Eco. E Roland Barthes na semiologia. Textos teóricos de Adorno e Benjamin, Paul Ricoeur, Todorov, Blanchot, Antonio Candido, Eduardo Portella e outros, e filosóficos de Nietzsche, Deleuze, Bachelard e ainda a antropologia de Lévi-Strauss eram lidos e discutidos em sala de aula¹⁰⁹.

Esta capacidade caleidoscópica de estar atenta ao uno e ao plural na órbita não apenas das Letras, mas das Ciências Humanas de maneira bastante ampliada pode ser percebida quando analisamos basicamente dois elementos constantes do arquivo: Ementas de disciplinas e provas para a seleção de mestrado. Destas escolhemos uma de cada para que possamos compreender a dinâmica dos conhecimentos em Grossmann. Em 1978, a disciplina “A semântica Literária” trazia como ementa a já citada definição (constante no Relatório Bianual 1977/1978) e aqui, aparece detalhada apresentando como conteúdo a ser estudado os seguintes tópicos: O método fenomenológico; A dimensão geradora da linguagem literária; O ser ou a questão do ser; A linguagem; Mecanismos poético-operacionais da linguagem literária; O significado da linguagem literária. A disciplina tinha como âmbito de aplicação das teorias e construção de operadores críticos os textos de Jorge de Lima e Guimarães Rosa.

O método fenomenológico adotado por Grossmann envolve um deslocamento analítico do binômio *sujeito-objeto* para *sujeito-sujeito*, o que significa dizer que se investe na análise pormenorizada do acontecimento em sua complexidade simbólica. O filósofo Edmund Husserl foi aquele que formulou, a priori, as principais linhas desta abordagem sendo seguido e reconfigurado a partir do pensamento de Heidegger, Sartre, Merleau-Ponty, dentre outros. A fenomenologia que pode ser definida como um a

¹⁰⁹ HERRERA, Antonia Torreão. O intelectual e a formação teórica da pesquisa literária na Universidade. *ABRALIC* 2004. Anais. UFRGS.

priori, a base primordial sobre a qual se constrói o universo antes da reflexão é um estudo de essências. Isto naturaliza, então, na bibliografia selecionada para a disciplina de “Semântica Literária” o texto *O ser e o Tempo*, de Heidegger, entretanto, nesta mesma ementa consta um texto fundamental para a penetração no pensamento desconstrutor de Derrida. Neste contexto, surge uma aparente incoerência: como justificar a presença de um dos pensadores responsável pelo abalo no edifício da metafísica ocidental com todos os seus essencialismos na bibliografia da disciplina de método fenomenológico? Afirmo ser uma aparente incoerência por saber do interesse de Grossmann, à época, pelas novas vertentes do pensamento e, principalmente, pelo nível de abertura que era mantido no Mestrado em Letras, especificamente na área de Teoria da Literatura, para estes conhecimentos, o que se mostra não apenas pelos livros doados por Grossmann no seu acervo da Biblioteca Central da UFBA, mas, também, pelo constante diálogo que se estabelecia entre a UFBA e outras Universidades brasileiras que propiciaram a conexão de saberes e as sucessivas visitas do Prof. Dr. Silviano Santiago que foi parecerista de algumas dissertações submetidas ao Mestrado em Letras, tendo sido, mais tarde, orientador e professor de algumas professoras do ILUFBA¹¹⁰.

A primeira avaliação escrita para ingresso na área de Teoria da Literatura do Mestrado em Letras da UFBA solicitou dos candidatos conhecimento de uma bibliografia que articulava basicamente três textos, além dos recomendados para leitura complementar: Mikel Dufrenne (*O poético*, 1969), Pierre Daix (*Crítica nova e arte moderna*, 1971) e Emil Staiger (*Conceitos fundamentais de poética*, 1969). A prova constou de três questões; na primeira era solicitado que se relacionasse, a partir de Dufrenne, a poesia e a realidade; a segunda, a partir da leitura de Pierre Daix, o que se pede é a construção de uma discussão sobre o que se chama “percepção” de mundo e “execução” do texto; a terceira questão pede que se discuta o hibridismo dos gêneros, a partir de Staiger, discutindo, em um poema de Cecília Meireles, os traços da lírica e de seu hibridismo.

Para nós, hoje, esta avaliação talvez não se impusesse como um desafio intransponível, entretanto ele impôs tamanha dificuldade para os candidatos que, ao final, sobraram vagas para a área: dos dezoito candidatos, quatro não fazem a avaliação, dos que fazem, apenas oito são aprovados, a maioria com média sete, a maior nota é oito.

¹¹⁰ Esta questão será mais detalhadamente abordada no capítulo seguinte.

Perfazendo um caminho de adensamento da complexidade a avaliação da terceira seleção de mestrado, que à época se dava apenas de dois em dois anos, trazia, na sua bibliografia os seguintes títulos:

- BARTHES, Roland. *Elementos de Semiologia*. São Paulo: Cultrix, 1971.
ECO, Umberto. *Obra Aberta*. São Paulo: Perspectiva, 1968.
PORTELLA, Eduardo. *Teoria da comunicação literária*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1970.
STAIGER, Emil. *Conceitos Fundamentais de poética*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1969.
TOLEDO, Dionísio de Oliveira (org.). *Teoria da literatura; formalistas russos*. Porto Alegre, Globo, 1971.
WELLEK, René & WARREN, Austin. *Teoria da Literatura*. Lisboa Publicações Europa-América, 1962.

A avaliação mais uma vez consta de três questões, a primeira delas recomenda que aplique-se um trecho de Roland Barthes (*Elementos de semiologia*, 1971), respondendo ao seguinte enunciado: “Aplicar a citação acima¹¹¹ ao processo de evolução literária, tomado como uma “diacronia de metalinguagens”; a segunda questão pede que, diante de um texto de Wellek, os candidatos se dediquem a: “Examinar de que maneira a tomada de linguagens artísticas pela literatura pode ou não afetar uma das questões fundamentais do discurso literário, aquela do significado”; a terceira e última questão pede que se estabeleçam relações entre a “... metáfora do livro, as relações entre a mímese literária e a realidade”.

Dois anos depois, na seleção de 1982, a bibliografia vem trazendo os seguintes textos:

- ELIOT, T.S.. *A essência da poesia*. Rio de Janeiro: Artenova, 1972.
JAKOBSON, Roman. *Linguística e comunicação*. 7ª ed. São Paulo: Cultrix, 1974.
LIMA, Luiz Costa. (org. sel.) *Teoria da Literatura em suas Fontes*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.
PORTELLA, Eduardo. *Teoria da Comunicação Literária*. 2ª ed. Rev. aum. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1973.
TOLEDO, Dionísio de Oliveira. (Org). *Teoria da Literatura dos Formalistas Russos*. Porto Alegre: Globo, 1971.
WELLEK, René & WARREN, Austin. *Teoria da Literatura*. 2ª ed. Lisboa: Europa-América, 1971.

¹¹¹ Cf. documento anexo: Anexo 1978.

A ausência de Roland Barthes e Umberto Eco sinaliza o reforço nos conceitos do Formalismo Russo enquadrando-se primordialmente nas relações que podem ser estabelecidas entre a literatura e a sociedade, o que pode ser ratificado pelas questões da avaliação. A presença de T.S.Eliot representa uma aproximação do *New Criticism*, a Nova Crítica que, além de Eliot, tinha como um de seus representantes William Empson. Eliot recusou a idéia da poesia como representação da personalidade do poeta, concebendo-a como resultado consciente do trabalho que organiza, cria e enreda a vida dos personagens. Uma vez que a Nova Crítica postulava a autonomia do texto literário em relação ao autor e este, por sua vez, à sociedade, a entrada deste teórico como bibliografia instalava uma necessidade de equacionar o seu pensamento e abordagem teórica às noções de ideologia e função social da literatura presentes nas perguntas da prova.

A primeira questão, baseando-se no texto de Eduardo Portella, buscava que se construísse uma reflexão em que se discutisse o conceito de mimese relacionando-o com o processo de constituição do “fenômeno literário”. A segunda pede que se pense sobre o papel da renovação da produção literária e sua convergência para a função social da literatura. Por fim, dialogando com o poema de Cecília Meireles “Apresentação”, volta-se, via Luiz Costa Lima, à questão da função ideológica da obra de arte.

As tendências teóricas do Curso de Mestrado de Letras, que se demonstram pelas opções bibliográficas destes primeiros anos e pelas avaliações construídas nos anos seguintes, serão constantemente retomadas e alimentarão o curso de Pós-Graduação, influenciando nas pesquisas desenvolvidas e lançando as bases para a construção intelectual do PPGLL conforme conhecemos hoje.

3.4. Os modos de saber histórico: a gramática narrativa da memória

Friedrich Nietzsche em seu texto *Segunda consideração intempestiva* se dedica a analisar a construção do discurso histórico, ou, em suas palavras: “O valor e a falta de

valor da história”¹¹². Ao adotar a idéia de traçar considerações intempestivas é denunciada a virtude de admiração da história, quando levada a termo com afinco e dedicação excessivas impedindo a urdidura de novas temporalidades, como um traço hipertrofiado que pode levar um povo à degradação. Assim, trabalhar intempestivamente com a história, ou pela história não é soterrar o passado, é sim trabalhar “contra o tempo, e com isso, no tempo e, esperemos, em favor de um tempo vindouro”¹¹³ pensando o passado como uma abertura para o por vir.

Quando comparado ao animal o que se vê é um homem absorto, mergulhado no seu passado, em uma memória que em lugar de ser instrutiva torna-se alienante, vez que obscurece a possibilidade do amanhã. O animal vive a-historicamente, desligado e liberto que está ele de ilações temporais que o tragam qualquer sentimento ou perspectiva de falência, sendo o tempo uma invenção humana é sobre o homem que pesa o fracionamento do tempo por ele produzido. Por conta disso é que a filosofia Nietzscheana afirma que a todo agir liga-se um esquecer, ou seja, a incapacidade de esquecer ou o apego desmedido ao passado impõe o imobilismo:

Um homem que quisesse sempre sentir apenas historicamente seria semelhante ao que se obrigasse a abster-se de dormir ou ao animal que tivesse de viver apenas de ruminação e de ruminação sempre repetida¹¹⁴.

Assim sendo, a ausência de lembrança não conduz à impossibilidade da vida, para isso há o aprendizado, há a construção diária da experiência¹¹⁵, entretanto, para o filósofo, é absolutamente impossível viver sem o esquecimento. Ao se colocar diante do passado como uma herança sob a qual os ombros do homem de hoje sucumbem, há a construção de um dado grau de insônia improdutiva que dirigem qualquer presente ao vazio. Por outro lado, se sobre este passado se aplica uma dada capacidade de releitura, de análise sempre ambivalente e, principalmente, se o homem tem a força para recortar em torno de si um horizonte determinado, um limite, uma área de convivência com o passado a sua relação com a lembrança e o esquecimento se torna fluida e menos sufocante.

¹¹² NIETZSCHE, Friedrich. *Segunda Consideração Intempestiva*; Da utilidade e desvantagem da história para a vida. Trad. Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

¹¹³ Idem, p. 7.

¹¹⁴ Idem, p. 9.

¹¹⁵ Descartando, certamente, as síndromes e doenças neurológicas que impõem, por exemplo, a perda de memórias recentes.

Esta é a força plástica que faz com que um homem, um povo ou uma cultura possam traçar uma linha que aparte aquilo que é alcançável, visível e claro, daquilo que subsume para além, no obscuro do esquecimento. É esta força que possibilita a saber lembrar e esquecer no momento certo, ou seja, é ela que possibilita sentir historicamente e a-historicamente no tempo mais correto, abrindo a possibilidade da construção da “novidade”, é daí que se indaga: Onde encontramos feitos que puderam ser empreendidos pelo homem sem antes imiscuir-se naquela névoa espessa do a-histórico?

Há, entretanto, um terceiro tipo de relacionamento com a história que é construído pelo homem supra-histórico que é aquele que se coloca acima da lembrança e do esquecimento, compreendendo tanto o passado como o presente como similares, ou seja: compartimentalizando-os. O resultado para o homem supra-histórico é o mesmo, uma vez que os vê como instantes prontos e acabados, iguais em sua multiplicidade, não tendo, portanto, nada mais a acrescentar a nada nem a ninguém.

Podemos assim, pensar que, como nos aponta Nietzsche, são, inicialmente, três as formas de se relacionar com a história. O primeiro, usando o sentido histórico e tendo uma tal fidelidade ao passado e uma memória tão firme que se torna um obstáculo intransponível; depois, sendo a-histórico e, assim, minorando a importância e o peso do passado, recortando e compreendendo a relatividade de sua pressão sobre o presente e pensando muito mais como o alimento do futuro e, finalmente, sendo supra-histórico e imobilizando-se sobre passado e presente, compreendendo-os como iguais e infrutíferos e, portanto, inviabilizando qualquer projeção para o futuro. Mas é importante destacar que quando se fala em história não podemos compreendê-la como um bloco homogêneo. Ela se modifica e reconfigura a depender do tipo de relacionamento que se constrói com ela e é a partir daí que Nietzsche nos aponta a possibilidade de pensar em três tipos de história, a *monumental*, a *antiquária* e a *crítica*.

No horizonte de vivências de um povo há um conjunto de acontecimentos que rebrilham como grandes marcos irrepetíveis através dos quais pode ser forjada a sua historiografia. São para o povo a referência inescapável da travessia entre passado e presente que servem ao futuro como herança. A “consideração *monumental* do passado” serve aos homens do presente não apenas como o culto ao que há de clássico e raro no passado, mas, principalmente, os exorta à tentativa de erguer novos marcos históricos para as futuras gerações. Desta forma, tanto quanto demonstrar a permanência icônica dos feitos do passado, a importância da história *monumental* é traçar uma linha de continuidade entre temporalidades distintas. Há, no entanto, um porém:

[...] O quanto da diversidade precisa ser desconsiderado aí para que a comparação possa produzir aquele efeito fortalecedor, o quão violentamente a individualidade do passado deve se encaixar em uma forma universal e o quanto todos os seus ângulos e linhas acentuados precisam ser destruídos em favor da concordância!¹¹⁶

Para Nietzsche, a mecânica de construção da história *monumental* é formada, basicamente, por uma estratégia de conversão dos acontecimentos em uma naturalizada ilação de “efeitos puros”, em outras palavras, minorando a participação das causas e elevando as suas conseqüências a efeitos em si, o que é celebrado em festas populares, comemorações religiosas e de guerras é o que sobra, o que emerge quando vai à pique o navio do passado. Neste circuito, a história *monumental* se converte em uma espécie de ficção mítica e é esta, e não qualquer pretensão nível de *corporalidade* e *inteireza* histórica, que é cultivada.

Por outro lado, abandonando a distância a partir da qual se admira o monumento, a história é passível de ser recolhida e abraçada por uma mão zelosa que cuida dos fatos passados. Estando atenta ao mínimo acontecimento, a alma preservadora e veneradora do homem antiquário alimenta a história com a sua dedicação absoluta, contando-a com seu corpo, convertendo-a em sua própria história, narrando-a a partir daquilo que se encontra ao alcance de seu olhar. A conseqüência disso é a limitação do campo de visão tornando-o excessivamente restrito e isolado, mergulhado na avalanche de fatos, cenas, datas, ocasiões que são para ele igualmente relevantes, ele torna-se incapaz de vislumbrar as distinções entre os vários níveis e as diversas *profundidades* no solo histórico: para ele tudo é igualmente importante. Neste ínterim emerge um impulso à negação e hostilidade com tudo o que é novo, sem perceber, este homem está sufocado na memória e tem diante de si um presente infrutífero:

Quando o sentido de um povo se enrijece desta forma, quando a história serve de tal modo à vida passada, quando o sentido histórico não conserva mais a vida, mas a mumifica: então a árvore morre de maneira nada natural, de cima para baixo, paulatinamente em direção às raízes – por fim, mesmo as raízes perecem junto¹¹⁷.

¹¹⁶ NIETZSCHE, Friedrich. *Segunda Consideração Intempestiva*; Da utilidade e desvantagem da história para a vida. Trad. Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.p.21.

¹¹⁷ Idem, pg. 28.

Obcecado pela reunião dos sobejos do passado, ele compreende que a vida deve ser meramente conservada, ela não é uma força geradora, o futuro ou o presente são indignos de sua atenção.

Quando nos defrontamos com as posturas tão dicotômicas de um, cego ao minimalismo, adorador inveterado de grandes ídolos e míope àquilo que foge ao grandioso e *monumental* e de outro, preso a cada grão de história, entorpecido e viciado em cada um de seus mais mínimos acontecimentos e é incapaz de lançar o seu olhar para além da cegueira do ontem, percebemos que em ambos há um traço que os destinou cada um a sua *hamartía*¹¹⁸: o embotamento de consciência.

Nenhum deles se mostra capaz de ocupar um lugar mais distanciado e friamente analítico, compreendendo não apenas a criticidade que se deve oferecer a todo fato histórico, mas, também, a relatividade e precariedade de cada olhar lançado sobre o passado. Apenas através do modo crítico de narrar a história é que se pode fazer “explodir e dissolver um passado, a fim de poder viver”¹¹⁹. Trazendo o passado de um povo para o banco dos réus, o que se descobre é que todo ele seria condenado em qualquer tribunal honesto vez que o crime é uma força estruturante de qualquer poder. As rapinas, violências, roubos, sevícias, traições, escamoteamentos e omissões são constituintes de toda a história humana, se muito, o que se pode fazer é investir na tentativa de amenizar a sua gravidade, maquiavelicamente, com as boas intenções que lhes serviram de motivação:

O melhor que podemos fazer é confrontar a natureza herdada e hereditária com o nosso conhecimento, combater através de uma nova disciplina rigorosa o que foi trazido de muito longe e o que foi herdado, implantando um novo hábito, um novo instinto, uma segunda natureza, de modo que a primeira natureza se debilite¹²⁰.

Conforme sabemos, o melhor caminho é o do meio, é, portanto, importante compreender que a exclusividade de qualquer opção analítica, seja ela a *monumental*, antiquária ou crítica levará o analista e o resultado de seu estudo a um mesmo esvaziamento e imobilismo, assim, é conveniente utilizar sempre de mesclas balanceadas destas formas distintas de retorno à história.

¹¹⁸ Hamartía é o erro de julgamento que leva à catástrofe.

¹¹⁹ NIETZSCHE, Friedrich. *Segunda Consideração Intempestiva*; Da utilidade e desvantagem da história para a vida. Trad. Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.p.31.

¹²⁰ NIETZSCHE, Friedrich. *Segunda Consideração Intempestiva*; Da utilidade e desvantagem da história para a vida. Trad. Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.p.31.

Quando se propõe a analisar os discursos da genealogia e da história a partir do pensamento nietszchiano, Foucault aponta uma possibilidade de pensar a análise histórica para além dos lugares já marcados pela “tradição” analítica. Confrontando o pensamento genealógico com o discurso histórico, ele nos anuncia que a genealogia é cinza e lenta, demora-se na leitura de cada acontecimento, pacientemente documentária, ela “trabalha com pergaminhos embaralhados, riscados, várias vezes reescrito”¹²¹ sugerindo a oposição alegórica, a história seria então pintada com cores mais vivas e harmônicas, jovem delicadamente maquiada para o seu baile, ansiosa, não se prende senão à evidência pura, lógica, tangenciando apenas, por conta de seu furor juvenil, a carne dos acontecimentos. Mas não é, conforme o autor, à história que a genealogia se opõe, mas sim ao excesso aberto pela visão cotidiana do estudo histórico: ela se opõe à busca da origem. Tal idéia parece, a princípio, contraditória. Mas, se bem compreendida a questão nada faz mais sentido: se todo o trabalho da genealogia está em emaranhar-se nas malhas do acontecimento para compreender a sua complexidade, interessa-lhe mais as teias relacionais que se podem estabelecer entre eles do que a busca ontológica ou causalista da ordem verdadeira das coisas, que, impreterivelmente, cala a legião de vozes que grita em cada fato histórico em favor do erguimento de uma identidade “cuidadosamente recolhida em si mesma, em sua forma imóvel e anterior a tudo o que é externo, acidental e sucessivo”¹²².

O jogo histórico põe em cena, para a sua construção, uma ingenuidade parva, que impõe, a todo gesto, ainda aqueles maquinalmente construídos e inspirados a fim de culminar em um dado resultado de fuga, morte, traição, punição ou negação, a sombra de uma articulação acidental, quase divina, que não pode se dissipar ainda que sob a mais rigorosa das ventanias. O esforço de costurar cada trecho do tecido arrombado de qualquer evento é tão concentrado que, em favor da busca de uma identidade última, da busca da essência das coisas em seu sentido verdadeiro, as mãos que se dedicam a cerzir a narrativa não percebem as diferentes texturas, o discurso das urdiduras, o jogo das tramas. Não quer compreender que a realidade metafísica é, por definição, um oxímoro inconciliável, se há um segredo nestes movimentos é o de que as coisas não têm essência *per si*, ou, ainda, que a essência propalada no discurso que reivindica a autoridade e o lugar de legitimidade sobre determinado acontecimento é uma construção

¹²¹ FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In: _____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979. pg.15.

¹²² FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In: _____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p.17

montada com afinco, peça por peça, a partir de elementos absolutamente estranhos entre si, assim a tarefa do genealogista seria:

Demarcar os acidentes, os ínfimos desvios – ou ao contrário as inversões completas – os erros, as falhas na apreciação, os maus cálculos que deram nascimento ao que existe de valor para nós; é descobrir que na raiz daquilo que nós conhecemos e daquilo que nós somos – não existe a verdade e o ser, mas a exterioridade e o acidente¹²³.

No momento em que acreditamos demonstrar que estes enunciados não recuperam a emergência original e originária dos Estudos Literários no PPGLL do ILUFBA, e sim, confabulam para a compreensão dos elementos e variáveis que penetraram, naquele momento, no campo discursivo de Letras e abre-se um espaço para que se possa apostar em leituras multifocadas e polifônicas que são trazidas à tona pelo jogo relacional dos enunciados. A nossa compreensão é a de que o mais corriqueiro dos gestos humanos é a construção de discursos que embasem a tradição, esta, por sua vez, perfilha o futuro, filho bastardo seu que se reconhece no pai mais pela obediência compulsória à ordem naturalizada das coisas que por real identificação. Assim, quando nos propomos a, neste momento do trabalho, apontar algumas bases sobre as quais se ergueram os Estudos Literários na paisagem por nós escolhida o fazemos cientes de que findamos por delimitar o lugar de onde se inventa a tradição da Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Letras na UFBA.

¹²³ FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In: _____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 21.

4. Micropoderes e polissistemas: manual prático de como lutar com palavras

Não têm carne nem sangue
no entanto luto.
Drummond.

Nenhuma teoria pode se desenvolver sem encontrar
uma espécie de muro, e é preciso a prática
para atravessar este muro.
Os intelectuais e o poder, Gilles Deleuze.

Edward Said afirma em seu livro *Representações do intelectual* que, para Antonio Gramsci todos os homens são intelectuais, embora na sociedade nem todos desempenhem esta função. Gramsci acreditava que a função do intelectual na sociedade pode ser dividida em dois tipos: os intelectuais ditos “tradicionais”, como professores, clérigos e administradores – que, entende Gramsci, sempre desempenham os mesmos papéis – ou outros seriam os intelectuais orgânicos, diretamente ligados a classes ou empresas que os usavam a fim de “conquistar mais poder, obter mais controle”¹²⁴, desta forma, o intelectual orgânico teria uma preponderância significativa na formação de opinião dos indivíduos, norteando a construção de suas convicções. O conceito de intelectual orgânico traçado por Gramsci, hoje ampliou-se e passa a alcançar qualquer área relacionada com a produção ou divulgação de conhecimentos. À mobilidade do pensador orgânico que estabelece vias de diálogo entre as classes populares e as classes dirigentes opõe-se o intelectual tradicional, que se manteria relativamente no mesmo lugar, desempenhando certo tipo de trabalho ano após ano.

Já Julien Brenda, também citado por Said, acreditava que seriam os intelectuais um grupo minúsculo de “reis-filósofos superdotados e com grande sentido moral, que constituem a consciência da humanidade”¹²⁵, seriam criaturas muito raras, que defendem padrões eternos de verdade e justiça tão especiais que não são deste mundo, por isso são chamados de “clérigos” por Brenda. Isto não significa que estes pensadores sejam descomprometidos das questões sociais, ilhados em temas estranhos e inalcançáveis, eles seriam movidos por um interesse imperativo pela justiça e verdade, defendendo os

¹²⁴ SAID, Edward W. Representações do Intelectual. In: _____. *Representações do Intelectual*; as conferências Reith de 1993. Trad. de Milton Hatoum. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. P. 19.

¹²⁵ Idem, pg. 20.

fracos e combatendo os corruptos. Para ele, o problema da intelectualidade da primeira metade do século XX seria o fato de que eles:

Podiam ser convocados não para dirigir, mas para consolidar a política governamental, para expelir propaganda contra inimigos oficiais [...] capazes de dissimular a verdade do que estava acontecendo em nome das “conveniências” institucionais ou da “honra nacional”¹²⁶.

Para Brenda, que chama de “traição dos intelectuais” esta postura, eles deveriam correr o risco de serem queimados na fogueira, crucificados ou condenados ao ostracismo, deveriam manter uma obstinada distância em relação aos problemas práticos, por isso não são muitos, e vivem em estado de permanente oposição em relação ao *status quo*. Neste quadro Brenda, de acordo com Said, nunca inclui mulheres.

Outro perfil importante sobre o intelectual foi aquele traçado por Foucault, ele afirma que o intelectual universal foi substituído pelo intelectual específico, que domina um assunto, mas que pode usar seu conhecimento em qualquer área. Com isso, a proliferação de intelectuais em inúmeras áreas os tornou essenciais para o funcionamento da sociedade moderna e importante objeto de estudo:

Não houve nenhuma grande revolução na história moderna sem intelectuais; de modo inverso, não houve nenhum grande movimento contra-revolucionário sem intelectuais. Os intelectuais têm sido pais e mães dos movimentos e, é claro, filhos e filhas e até sobrinhos e sobrinhas¹²⁷.

Nas Conferências de Reith foi justamente a grafia das representações da intelectualidade no século XX que Edward Said buscou captar. Para ele, o intelectual tem um papel público dentro da sociedade, ele tem uma identidade e uma postura teórica e crítica que determinam a sua personalidade. A questão central é a idéia de que o intelectual seria um indivíduo dotado de uma vocação para representar, dar corpo, articular uma mensagem, um ponto de vista para e por um público. A sua função primordial é “levantar publicamente questões embaraçosas”, confrontar ortodoxias e dogmas não podendo ser facilmente cooptado por governos ou corporações, conforme Said: “O que o intelectual menos deveria fazer é atuar para que seu público se sinta bem: o importante é causar embaraço, ser do contra e até mesmo desagradável”¹²⁸.

¹²⁶ Idem, p.22.

¹²⁷ SAID, Edward W. Representações do Intelectual. In: _____. *Representações do Intelectual*; as conferências Reith de 1993. Trad. De Milton Hatoum. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. P. 24.

¹²⁸ Idem, p.27.

A postura teórica do intelectual representado por Said, passa pela questão política e a sua voz perante as classes subalternizadas, mas, a questão central é que ele precisa estar em estado constante de alerta para que as pessoas não tenham acesso a “meias verdades”. O pensamento de Said, entretanto, deixa de fora, neste texto, um ponto relevante: não há pensamento absolutamente indisciplinado. Toda construção de postura intelectual passa por decisões de filiação a um determinado *locus* teórico e isto toma proporções mais definitivas quando estamos construindo uma participação intelectual dentro da academia.

O ano de 1978 foi, para o gabinete de Teoria da Literatura, um momento perigoso de contestação das bases sobre as quais este conhecimento operava. Apesar da política brasileira já se encontrar na iminência de um movimento de abertura, a efervescência das questões políticas daquele momento de ditadura militar penetrou no campo de saber das letras de uma maneira premente. O contexto precedente a 1978 - que todos nós conhecemos - de violência, exceção, silenciamento e estreitamento de liberdades individuais não reconhecia os limites para o seu exercício e a Universidade funcionava, neste ensejo, como lugar de práticas várias de pressão e violências contra estudantes, professores e qualquer outro indivíduo que, pela visão dos militares, estivessem em “prática subversiva”. Em contrapartida, a Universidade tinha, como resposta, várias possibilidades de reação, desde a alienação bossa-novista das classes médias à mobilização e postura de permanente desconfiança e reação dos diretórios estudantis e de outros estudantes.

Este movimento de abertura pensado por Silviano Santiago em seu texto *Democratização no Brasil (1979-1981)* tem, para este autor, a função de questionar os limites que antes apartavam a cultura e a arte, isto pode ser compreendido como uma importante sinalização acerca da postura daquela juventude intelectual. Para Santiago, antes mesmo de buscar discutir a *crítica cultural versus crítica literária* seria importante questionar, para além dos enquadramentos cronológicos, quando acontece na América Latina e, principalmente, no Brasil, o fim do século 20. Esta questão suplanta derivas históricas no que concerne à leitura mais linearizada e estanque do acontecimento, abrindo margem para a análise da construção da divisão cronológica oficial a partir da temporalidade conforme sentida pela subjetividade do indivíduo, de uma classe ou de uma geração.

A reflexão acerca das ilações possíveis entre o fim do século e as questões seguintes é que trazem, para Santiago, a noção de corte temporal em relação ao século

20, saber, a) as relações entre a cultura, o regime militar e a democratização e suas conseqüências na produção, conteúdo e circulação de bens simbólicos no interior da sociedade; b) o enfraquecimento da coesão das esquerdas e a emergência de cisões internas; c) a demanda cultural e antropológica que invade a cena da arte brasileira instalando-se no lugar antes ocupado pela característica mais literária e sociológica; d) o esmaecimento de uma dada reflexão crítica que apartava o erudito do popular e do *pop*; e) a emergência da entrevista com artistas e intelectuais como um perfil de comunicação com o novo público, substituindo as afirmações dogmáticas dos políticos profissionais.

As respostas a estas perguntas levam o professor a circunscrever o fim do século no período entre 1979 a 1981. A fim de instrumentalizar a discussão levantada, Santiago se propõe a traçar uma bibliografia mínima que dê conta das questões emergidas a partir daquele momento. Dentre eles está o livro de entrevistas *Patrulhas ideológicas*, de Cacá Diegues que ao trazer para o centro das questões a memória das vítimas do sistema repressivo, relewa a cisão da esquerda que, a partir daquele momento, revela rupturas internas. Estas terão destaque no livro de Fernando Gabeira – mais tarde vertido para o cinema – *O que é isso, companheiro?* Que narra o cotidiano da guerrilha no Brasil. Antes disso, em 1977, é também através da entrevista que Glauber Rocha¹²⁹ revela definitivamente os desequilíbrios internos da esquerda e estes, a partir daquele momento, tendem a publicizar-se e a fazer rebentar outras formas de agir e compreender a teoria e a prática de oposição no Brasil.

A arte servirá como campo de exposição de idéias que representam estas divergências, emergidas nas esquerdas, e a própria reconfiguração das relações com o objeto artístico, assim como a atribuição de uma hermenêutica tipificada como sendo aquela prioritariamente aplicada aos objetos de arte, a objetos não-artísticos, como a entrevista e o depoimento. O discurso poético, antes aprisionado nas gaiolas de ouro das academias e dos críticos, passa a ser lido como um objeto cultural múltiplo e, como tal, não resguarda uma essência, o seu lugar de objeto singular é arrefecido em favor de compreender como singular o percurso de leitura. Desalinhados no que diz respeito ao tom grandiloqüente e autocomiserativo dos demais depoimentos estão a fala de Caetano Veloso, que afirma um ímpeto de cotidianizar a política e politizar a vida, demonstrando-se reativo à postura de adoração aos ícones políticos da esquerda e a postura ideológica da cientista social Lélia Gonzales, que denuncia o compulsório

¹²⁹ Segundo relata Santiago, nesta entrevista cedida ao Jornal do Brasil estavam presentes, além de Glauber Rocha, Darcy Ribeiro, Ferreira Gullar e Mário Pedrosa.

embranquecimento ao que é submetido o intelectual negro pelo sistema pedagógico-escolar brasileiro e discute o lugar social, político e religioso ocupado pelos estudiosos negros no Brasil e a sua relação com a África.

Santiago prossegue no seu texto discutindo, a partir da música, e de representações sociais como a do malandro as conseqüências políticas e culturais do início da abertura política e da desconstrução dos blocos homogêneos de poder e resistência e, principalmente, as novas conformações sociais e culturais do Brasil. Entretanto, o que nos interessa aqui é como tais questões podem ser compreendida no contexto do Curso de Letras no ano de 1978. E é o próprio texto de Silviano Santiago que nos ajuda a compreender o momento de tensão e questionamento que vivencia o Departamento de Fundamentos naquele ano. Os jovens que na UFBA daquele ano ocupam uma posição poderosa de questionamento são os mesmo que, segundo Santiago são uma audaciosa nova geração que:

...entra, arrombando a porta como impotentes e desmemoriados radicais da atualidade. Ao luto dos que saem opõe-se o vazio a ser povoado pelos atos e palavras dos que estão entrando.¹³⁰

Naquele ano, os estudantes de graduação do Diretório Acadêmico de Letras estavam em polvorosa. A questão que animava os corredores era, basicamente, a relação de pré-requisito entre a Teoria da Literatura e as Literaturas Brasileira e Portuguesa. O que eles desejavam era estudar a sua própria história a partir da literatura, na ausência de disciplinas que, desde o início do curso, instassem os estudantes a este estudo resultou em uma ampla discussão que envolveu o corpo docente e discente e eclodiu em um questionário feito ao Departamento de Fundamento para o Estudo das Letras. Interessa-nos aqui este fato, ainda que a nossa proposta seja a análise dos anos de Pós-Graduação *Stricto Sensu* por conta da importância acadêmica para a área de Teoria da Literatura dentro da UFBA, compreendendo, inclusive, que a graduação e a Pós-Graduação funcionavam de maneira a corroborar a construção de um determinado conhecimento.

“Esse Gabinete está preocupado com a educação no Brasil? Como ele vê o nosso atual sistema político que o gerou e subsidia?”¹³¹ esta é a oitava de treze questões impostas pelos alunos do Diretório Acadêmico para o Departamento. A afirmação que o

¹³⁰ SANTIAGO, Silviano. A democratização no Brasil (1979-1981) – Cultura versus arte. In: SANTIAGO, Silviano. *O cosmopolitismo do pobre*; crítica literária e crítica cultural. Belo Horizonte:UFMG, 2004.

¹³¹ Cf. Documento em anexo: Anexo 1978.

regime ditatorial gerou e subsidiou o Departamento é ofensiva, certamente, e muito do ímpeto destas perguntas devem ser colocado na conta da impetuosidade juvenil. As demais indagações não são menos incisivas: fala-se em antipatia pelas disciplinas, lavagem cerebral do departamento sobre os estudantes e, dentre as mais graves acusações: “Será que o estudo de Teorias não tem contribuído para a alienação em massa através de um desligamento da realidade e de uma falsa transcendentalidade?”.

Há, no fato destacado, algumas questões importantes que nos ajudam a, senão compreender, ao menos traçar um sucinto perfil político do Curso de Letras. Recuperando a afirmação de Derrida de que a lacuna também é arquivável, o que se percebe nas dezenas de pastas reunidas no *Arquivo Acadêmico* de Grossmann é um total silenciamento, um vazio absurdamente denso no que diz respeito à ditadura militar no Curso de Letras, tanto de graduação quanto de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, o que se ratifica quando constatamos que Grossmann não arquivou a resposta oferecida pelo departamento aos estudantes, em lugar disto, encontra-se uma carta datada de 20 de outubro de 1978 e endereçada à Lígia Chiappinni de Moraes em uma “grande emergência”:

Necessito o mais rápido possível alguma documentação que comprove o sistema de pré-requisitos entre a Teoria da Literatura, e/ou outras disciplinas, & o (sic) ensino de Literaturas, sobretudo na USP e na UNICAMP¹³².

A resposta de Lígia também não foi registrada. Assim como o final da querela ficou no ar, a ele não acessamos por esta via tão pessoalizada que é o arquivo. Em lugar dele registram-se, quase que como uma resposta, um punhado de convites para que Grossmann fizesse parte de bancas de concursos literários em vários lugares do Brasil e, junto a eles, a resposta a Herberto Sales, diretor do Instituto Nacional do Livro naquele tempo, acompanhado de um curriculum vitae de Grossmann.

Os trabalhos no Curso de Mestrado em Letras (CML) continuaram se desenvolvendo, à altura da citada querela o curso de Mestrado estava na sua segunda turma, as primeiras começavam a apresentar o resultado de suas pesquisas respondendo, em parte, à interpelação sobre formação do corpo docente do curso e à reivindicação pelo aumento da qualidade das aulas oferecidas pelo Departamento. É imperioso notar, entretanto, que a questão verdadeiramente trazida pelos discentes não era “apenas” a

¹³² Cf. Documento em anexo: Anexo 1978.

dos pré-requisitos, ou da formação docente, ou ainda da simpatia ou antipatia que estes iriam nutrir pelas disciplinas do Departamento. O contexto de mobilização do qual a maioria destes discentes emergia, a saber, as escolas secundaristas, grande campo de resistência à força ditatorial, instituía na sua agenda reflexiva a situação política, social e cultural pela qual atravessava o País, esta agenda reflexiva já havia sido arrefecida quando da retirada de disciplinas que estimulavam ao questionamento. Órfãos das aulas de história do Brasil e de Literatura que, por menos que se pudesse fazer, sempre semeiam nas mentes juvenis um ímpeto definitivo em direção a mudar o mundo, eles sentiram-se saudosos de estudar a sua própria história, projetavam no nível superior um espaço de liberdade e autonomia que, sabemos todos, a Universidade nunca teve e, quiçá, nunca terá. A questão que atravessa o embate é muito simples: esperavam eles, assim como esperam hoje os alunos calouros no curso de Letras da UFBA, um menu teórico distinto do oferecido ali. Os últimos chegam às salas de aula de Teoria da Literatura indagando – por falta de uma base filosófica na escola, e ainda por herança da ditadura – quem são Platão e Aristóteles e buscando compreender a literatura a partir do biografismo e das divisões em escolas, aprendidos no ensino médio. Os primeiros buscavam a literatura como instrumento de revolução, pensando, talvez, a subversão como sendo uma versão subalternizada, mas também subterrânea que apenas o esplendor da linguagem poética poderia instaurar, tal como viam nas letras de música de Chico Buarque. O valor da expectativa era alto, deveras, entretanto, que outro espaço de liberdade reflexiva estes estudantes poderiam ter senão a literatura?

A proposta de leitura transcendente oferecida pelas disciplinas guiadas pela fenomenologia, que também estavam presentes na graduação, não foram compreendidas em sua capacidade de abertura para a análise do sujeito e do mundo, aquilo não era munção suficiente para aqueles sujeitos. Sobra-nos apenas, como sinalização, ainda que um tanto enigmática acerca da postura de Grossmann diante do acontecido¹³³, esta resposta enviada à secretaria do Departamento justificando a sua ausência na reunião em que se discutiria tal questão:

¹³³ O texto que se expõe a seguir está coerente no que diz respeito ao contexto dos acontecimentos aqui analisados, encontrando-se no mesmo montante de documentos e se oferecendo como possibilidade de compreensão para a questão apresentada.

06.10.78

Prezada Nadja,

Desejo desculpar-me por não comparecer à reunião de hoje, visto não ter qualquer possibilidade de fazê-lo.

Quero, no entanto, contribuir com algum possível argumento para os seus respectivos trabalhos. Um homem de Letras não pode prescindir de um registro lingüístico compatível com o seu objeto de estudo, a língua e a literatura. Não pode haver um cientista da linguagem sem discurso.

Ensina cada infante a discursar

Exata, ardente, claramente:

Mário Faustino. O homem e sua hora. In: _____. Poesia de Mário Faustino. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966, p. 94.

Quando um rio corta, corta-se de vez
o discurso de água que ele fazia;
cortado, a água se quebra em pedaços,
em poços de água, em água parálitica.

João Cabral de Melo Neto. A educação pela pedra;
rios sem discurso. In: _____. Poesias completas.
Rio de Janeiro, Sabiá, 1968, p. 26.

Cordialmente,

Judith Grossmann
Judith Grossmann

Foto 3: Documento extraído ao Arquivo Acadêmico.

4.1. Da urdidura à trama: o mestrado em letras na segunda metade da década de 90, percurso teórico.

A seleção para a turma de 1984 trazia, em seu manual, objetivos já distintos daqueles almejados nos anos anteriores, com uma bibliografia composta por títulos de Roland Barthes, *O Grau zero da escritura*; Gérard Genette, *Figuras*; *O arco e a Lira*, de Octávio Paz; *Princípios de crítica literária*, de Richards e, finalmente, de Dionísio de Oliveira Toledo, *Teoria da Literatura; formalistas russos*, a seleção apontava para algumas modificações na postura reflexiva esperada dos candidatos, além de notar-se uma sensível diminuição da filiação à teoria formalista da literatura, ainda que preservando o gosto existencialista e essencialista, cria da herança fenomenológica dos primeiros anos. Desta forma, buscava-se do candidato:

Avaliar a capacidade de compreender e comentar argumentos referentes à natureza e à função da literatura e todo o leque de problemas correlatos, inclusive os das relações entre literatura e demais séries discursivas, os da crítica e da história literária. Serão apresentadas duas questões, estimuladas quer por um texto literário, quer por obras¹³⁴.

Em relação à avaliação aplicada em 1982, a prova de seleção de 1984¹³⁵ representa um salto teórico na direção de uma ampliação dos conceitos do formalismo russo e da teoria da mimese no que tange a interpretação do texto literário buscando, a partir de Octávio Paz, na primeira questão da prova, compreender as relações entre a literatura e a história. Selecionando um trecho de a “Consagração do instante” ainda hoje utilizado nas disciplinas de Teoria da Literatura da UFBA, buscava-se que o candidato fosse capaz de discutir o “caráter histórico e trans-histórico da obra literária”. Esta questão aponta para uma conciliação bastante moderna acerca da função e do papel da arte em relação à vida, na medida em que ainda se deixa escapar a dimensão política do texto artístico em favor de alimentar uma localização sua em uma posição supra-histórica, no sentido nietzschiano do termo.

A segunda questão, baseada no texto “O grau zero da escritura”, de Roland Barthes, e a partir do texto “Existe uma escritura poética”, presente no livro citado, buscava estimular os alunos a uma análise da poesia na arte clássica e na poética moderna, de acordo com a citação de Barthes, a estrutura de linguagem de uma e outra

¹³⁴ Cf. documento em anexo: Anexo 1984.

¹³⁵ Cf. documento em anexo: Anexo 1984.

divergiam, ainda que ambas busquem alcançar uma mesma intenção sociológica. A sua visão de “escritura” neste texto passa pela noção de compreendê-la como uma função, uma relação entre a criação e a sociedade, sendo a linguagem transformada pela sua destinação social e sendo a sua forma ligada às grandes crises da história. Há, no entanto, para além da história oficial, uma história que não seria nem das línguas nem dos estilos, mas sim dos signos da literatura, ali, talvez, estivesse o entrelace entre uma e outra história. Assim, a partir de um Soneto de Gregório de Matos e do poema “O nome da musa”, de Jorge de Lima, tendo ambos o mesmo assunto geral: a visão sobre a amada, buscava-se, a partir de Barthes, fazer uma leitura comparativa entre os dois textos.

Esta avaliação, dentre todas aquelas analisadas até agora foi, certamente, a mais trabalhada. Além de Grossmann, interveio nela, diretamente, Heliana de Castro Simões (conforme se pode aferir pela grafia a lápis no documento)¹³⁶, buscando compreender a apresentação teórica que teria a avaliação. A opção de retirar os dois textos de Northrop Frye foi de Heliana Simões, chegando-se, por fim, à opção de Barthes, Genette e Paz. O ano de 1983 igualmente marca o credenciamento do Curso de Mestrado em Letras da UFBA pelo Conselho Federal de Educação, que permitiu seu funcionamento pleno, com reconhecimento em todo o território nacional. Ao contrário do que se poderia esperar, o registro desta conquista coletiva não apenas não foi feito na “voz” de Grossmann como, também, não está registrado por nenhum documento oficial. Na verdade, quem narra a notícia do credenciamento pelo MEC são dois bilhetes, documentos marcados pela transitoriedade e desimportância, uma vez mergulhado no cotidiano ele, comumente, não é recuperado jamais. É nesta aparente desimportância, mais que na frieza dos documentos oficiais, é neste registro vivaz, aquecido pelo seu transporte de mão em mão, que está gravado este acontecimento que, pela forma de registro pela qual Grossmann optou, rompe as margens frias dos rigores da academia para tomar cor e vida no sorriso e no contentamento que atravessa estes bilhetes e que, definitivamente, estariam aliçados do registro oficial.

¹³⁶ Cf. documento em anexo: Anexo 1984.

1. Para Prof. J. Forman	2. Data: 3/18/83	3. Número
4. De: F. Paço (M. Neto)	5. Assunto :	
6. Texto : <p style="text-align: center;">Prof. Judith</p> <p>Recebi agora, no fim da manhã, um telefonema da secretária de Zilma com uma ótima notícia: o CFE aprova o encadernamento do Ostrado em letras.</p>		
UFBA	COMUNICAÇÃO INTERNA	7. Rubrica: F. Paço

Foto 4: Documento extraído ao Arquivo Acadêmico.

1. Para: Prof ^a Judith	2. Data: 2/9/83	3. Número:
4. Do:	5. Assunto:	
6. Texto: <p style="text-align: center;">Querida Judith,</p> <p>Convido - a para um chá em nossa casa na próxima terça-feira, dia 6, às 17 horas, apto 36.</p> <p>Um dos motivos é que estamos com saudades de você (foi o que Sammy disse outro dia, em outros termos) e o outro é comemorar o credenciamento do CML.</p> <p>Um abraço, Celine</p>		
UFBA	COMUNICAÇÃO INTERNA	7. Rubrica:

UFBA, mod. 030 - Gráfica Universitária

Foto 4: Documento extraído ao Arquivo Acadêmico.

O ano de 1985 foi de preparação para a seleção do ano subsequente que tem a sua bibliografia bastante reduzida, de cinco títulos, na seleção de 84, para apenas três títulos. A seleção de bibliografia é marcada pela articulação de textos que se direcionam a perspectivas teóricas distintas. Dentre eles *Aula*, de Roland Barthes, voltado para as sinuosas relações entre o texto literário, a linguagem e o poder; *A literatura e o leitor*, de Robert Jauss, que estuda a estética da recepção, as motivações, conseqüências e estratégias de construção do prazer estético; e, finalmente, a permanência dos estudos de Formalismo Russo através do texto de Dionísio Toledo.

Destas referências, resultaram duas questões. Na primeira, pedia-se que se discutisse as relações entre linguagem e poder estudada por Barthes a fim de “definir a especificidade da linguagem literária”, esta pergunta é um sintoma das “limitações” impostas pela leitura via Formalismo que impõe a busca da especificidade da linguagem literária, a questão perde uma importante potência de discutir a noção de “fora do poder” e de ser a literatura este lugar (esta noção foi recuperada apenas na seleção de 2002, quando na bibliografia, dentre outros títulos, havia a *Aula*, de Barthes, e *A ordem do discurso*, de Foucault).

A segunda e última questão oferecia um trecho do romance *O Lustre*, de Clarice Lispector, solicitando que sobre a sua análise fosse aplicada a discussão de Víctor Chklovski acerca dos procedimentos de singularização, procedimentos estes que afastam a linguagem poética da cotidiana, desautomatizando-a e construindo o estranhamento.

Os cursos de Pós-Graduação estão sempre em constante processo de avaliação pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), é por isso que, no ano de 1986 chega às mãos do Colegiado do Curso de Mestrado em Letras a avaliação do biênio 1983-84. Dentre os aspectos analisados está a dimensão do corpo docente, que pode ser declarado suficiente a partir das relações estabelecidas entre o número de alunos no curso e de disciplinas oferecidas, avalia-se a titulação e experiência dos docentes na área, sua aderência à área de atuação, seu regime de trabalho além da relação orientador-orientando. A comissão avaliou que, naquele período, o corpo docente tinha dimensões e qualificações adequadas e boa relação alunos-professores demarcando que havia um investimento de “esforço” em treinamento do pessoal. Avaliaram-se igualmente as atividades de ensino desenvolvidas e a adequação da estrutura curricular ao nível de mestrado. Neste ponto, o CML saiu-se

prejudicado, uma vez que os avaliadores registraram que das 72 (setenta e duas) disciplinas 39 (trinta e nove) não foram ministradas, o que representa quase a metade das disciplinas, isto deve ser conseqüência do número de docentes credenciados no CML, ainda pequeno para o número crescente de discentes e para o volume de disciplinas. Além disto, anota-se que, pela denominação determinada, nem sempre se consegue identificar o conteúdo: “... a falta de especificidade das disciplinas, denominadas em termos por demais genéricos, como ‘Teoria Literária I e II...’¹³⁷ – de uma observação como esta pode ter resultado, na reforma de 1992¹³⁸, que alterou além dos nomes as ementas de algumas disciplinas – apesar disto, o número de disciplinas satisfaz às três áreas do programa.

Quanto às linhas de pesquisa, a CAPES declara ser coerente com as áreas do curso, apesar da sobrecarga de trabalho trazida pelo número reduzido de professores para orientar as pesquisas. Apesar da publicação do corpo docente e a produção de teses no biênio terem sido consideradas apenas boas ou satisfatórias, o tempo médio de alcance da titulação por parte dos estudantes é de 57 (cinquenta e sete) meses, em média¹³⁹.

No biênio avaliado, registra-se aquilo que é chamado de “decréscimo” na demanda e nível em relação ao alunado, o que é visto como uma conseqüência da mudança do tipo de clientela que passa, conforme o relatório da reunião de avaliação, de docentes do nível superior para docentes no ensino secundário, no entender da CAPES:

Atribui-se o decréscimo da demanda à política de promoção docente nas universidades federais e à não diferenciação de Pós-Graduação ‘*stricto sensu*’ dos cursos de especialização na promoção dos docentes do primeiro e segundo graus¹⁴⁰.

Atribuindo o conceito A ao Curso de Mestrado em Letras, a comissão conclui:

O curso está consolidado, em termos de suas condições de funcionamento. O programa está empenhado na melhoria de seus índices de eficácia¹⁴¹.

¹³⁷ Cf. documento em anexo: Anexo 1986.

¹³⁸ Esta reforma será mais discutida no capítulo subsequente.

¹³⁹ Atualmente, os prazos hoje são de 24 meses para mestrado e 48, para doutorado.

¹⁴⁰ Cf. Documento anexo.

¹⁴¹ Cf. documento anexo.

Desta forma, como aconselhamento para a melhoria do programa, recomendou-se precisar a denominação das disciplinas para oferecer uma estruturação mais substancial à estrutura curricular.

A seleção de 1988 é marcada por mais uma alteração na bibliografia para a avaliação. Apontando uma tendência que seria confirmada na seleção de 1990, a saber, indicação de leitura e “restrição” da análise empreendida em um único autor, em 88, apesar de figurarem no manual Emil Staiger que retorna à bibliografia com o seu “Conceitos fundamentais de poética” e Dionísio Toledo que permanece com “Teoria da Literatura; Formalistas Russos”, são inseridos dois textos de Adorno, que não aparecia na seleção anterior: “Lírica e Sociedade” e “Posição do narrador no romance contemporâneo” e é a partir destes dois textos que a prova é confeccionada.

A função da presença de Adorno está ligada a uma outra possibilidade de pensar a narrativa a partir da crise instaurada na narrativa moderna. Assim, a idéia de Adorno é a reflexão acerca dos limites entre o romancista e sua obra, devendo este concentrar-se em trazer para o texto apenas aquilo que não pudesse ser coberto pelo relato. Por isso, na primeira questão, solicita-se do candidato que discorra, em termos teóricos, sobre a situação da narrativa na década de 80 do século XX, a partir do texto: *Posição do narrador no romance contemporâneo*, em seguida, solicitava-se uma análise de natureza crítica sobre o poema *Canção da tarde no campo*, de Cecília Meireles, em articulação com *Lírica e Sociedade*.

A sinalização de um possível enfraquecimento dos estudos do Formalismo Russo, aqui expressos pela ausência da já tradicional pergunta sobre esta vertente teórica, será reafirmada quando, na seleção seguinte, o texto de Dionísio Toledo desaparecer da bibliografia cedendo espaço à exclusividade da presença de Roland Barthes com três textos: *O grau zero da escritura*, *Aula* e *Crítica e verdade* já presentes em seleções anteriores. Barthes, ao lado de Tzvetan Todorov, é um dos principais representantes da crítica estrutural, que, através do método dedutivo de construção de conhecimentos acreditava que seria possível construir um modelo arquetípico que desse conta de todas as narrativas existentes. São colocadas três questões ao candidato: Na primeira, a partir de “O grau zero da escritura”, pede-se que se disserte sobre como se “articulam na obra literária o estabelecido e o novo”¹⁴², em seguida, dialogando com

¹⁴² Cf. Documento em anexo: Anexo 1988.

“Crítica e verdade”, pede-se uma dissertação sobre a questão do realismo na literatura e, por fim, falar sobre a natureza da linguagem literária estimulada por “Aula”.

Sendo esta a derradeira pasta do *Arquivo Acadêmico*, podemos afirmar que, no que tange a estes quatorze anos de história do Curso de Mestrado em Letras, principalmente da área de Teoria da Literatura, que foram registrados, há uma evidente tendência para a experimentação e a abertura teórica e crítica. Ainda que as bases da reflexão nestes anos tenham circulado primordialmente entre algumas vertentes do pensamento teórico. O principal deles, o Formalismo Russo, de Jakobson e Chklovski, pressupunha uma consciência formal aguda no discurso literário, no que concerne à semântica, fonologia e sintaxe do texto, produzindo uma desautomatização da palavra, excessivamente presente no cotidiano, e levando ao estranhamento, que emerge do processo de singularização artística. T. S. Eliot apresenta-se em algumas avaliações de mestrado como representante na Nova Crítica, que tem como marco o famoso ensaio *Tradição e Talento individual*, de 1917, inaugurando uma leitura não positivista das relações entre autor e obra literária. O poema, em lugar de ser compreendido como consequência dos sentimentos do poeta, passa a ter o sentido de uma apropriação, por parte do escritor, da tradição literária sendo, portanto, derivante da aplicação de técnicas para que se encontrasse no leitor uma determinada reação. Neste sentido, ao inserir tal bibliografia na prova, há um evidente afastamento em relação ao pensamento existencialista heideggeriano dos primeiros tempos de Pós-Graduação, marcadamente da década de 70 e início da década de 80. Finalmente, a definitiva presença dos textos de Roland Barthes, principalmente na avaliação de 1990, aponta não apenas a presença do estruturalismo no CML, mas, assim como ocorreu em todo o Brasil, a penetração teórica poderosa da crítica estrutural e o seu pensamento arquetípico sobre o texto literário, uma vez que é esta uma das mais importantes posições crítica, teórica e política do século XX “contra” a qual se ergueu o pós-estruturalismo derridiano.

Para além de uma experimentação desregrada, o que está em questão nesta capacidade de construir grandes reuniões teóricas em torno do texto literário, e isto deriva do lugar de fala ocupado por Grossmann, por conta de ser, além de professora e crítica da literatura, escritora que se desenvolve com tranquilidade na lírica e na narrativa, seja ela conto, novela ou romance, a abertura citada não significa, entretanto, uma permissividade ou um deslumbramento em relação às novas teorias ou, ainda, uma filiação irrefletida a qualquer uma delas. Basta analisar o *Arquivo Judith Grossmann*, na *Biblioteca Central Reitor Macedo Costa*, para ver nas margens de inúmeros livros os

comentários ácidos e questionadores que Grossmann escrevia para “responder” a algumas das críticas e críticos emergentes. Assim, interessa deveras, não apenas para a professora, mas principalmente, em alguns momentos, para a escritora, discutir, analisar, refletir as vozes que se dedicaram a pensar o texto criativo. Graças a sua preponderância sobre as demais professoras, tendo sido muitas delas suas alunas e orientandas, sente-se, nas seleções dos poemas, nas perguntas, na construção da bibliografia a mão teórica de Grossmann que, conforme poderemos ver mais à frente, vai arrefecendo e abrindo espaço para outras formas de pensamento.

4.2. A casa de palavras: poder, política e construção acadêmica

É necessário que se diga que longe de uma leitura ingênua sobre a construção da área de Estudos Literários, notadamente a Teoria da Literatura, no CML o que se ergue aqui é uma análise que se quer consciente de que o espaço de construção de conhecimento não é jamais apaziguado ou apaziguador. Ele não se ergue sem a pressão da divergência, do confronto, do conflito, e, se necessário, da guerra. A personalidade forte e a postura muitas vezes imperiosa de Judith Grossmann são mitológicas e seria extremamente primário imaginar que uma personalidade marcada por estas e tantas outras facetas intangíveis para este que lança o seu olhar a partir do hoje, conseguiria permanecer vinte e oito anos construindo e defendendo disciplinas, áreas de pesquisa incólume a qualquer enfrentamento. Se for correto afirmar que não existe lugar fora do poder e que o discurso é um lugar privilegiado para o seu exercício, como se poderia em uma Casa de Letras e de palavras permanecer para além dos conflitos? Nenhum discurso é construído fora de tecnologias muito refinadas de aferição de valor à anunciação e ao enunciado que têm, como consequência, processos de silenciamento e interdição que podem ser notados tanto no interior de qualquer sistema social ou culturas e que se reduplica no corpo da construção das ciências.

Mas é, na opinião de Foucault, nas disciplinas e não nas ciências que se percebe a limitação imposta pelas estruturas de poder. A noção de disciplinas é aqui pensada como o conjunto de postulados teóricos derivados da uma ciência, define-se por um campo de objetos, métodos, postulados considerados verdadeiros, que oferece a impressão de ser um “sistema anônimo” disponível a qualquer um que queira dele fazer uso. Entretanto, é claro que para a construção de qualquer conhecimento não é tudo o

que se diz que encontrará aderência no seu corpo instalando-se, desde então, como componente de seu funcionamento, por isso:

A disciplina é um princípio de controle da produção do discurso. Ela lhe fixa os limites pelo jogo de uma identidade que tem a forma de uma reatualização permanente de regras¹⁴³.

Desta forma, o que está em questão é o poder, em suas estratégias de construção, manutenção, silenciamento e interdição e todo intelectual, na forja de sua postura teórica, lida com estas forças.

Deleuze afirma que o pensamento que se propõe a analisar as relações entre teoria e prática costuma pensá-las de maneira complementar, como se ambas se imantassem formando uma superfície sem fissuras. A proposta deleuziana é de se pensar a teoria e a prática como estabelecendo entre si relações fragmentárias e parciais, primeiramente, diz ele, por que uma teoria sempre é “local, relativa a um pequeno domínio” e que pode ser aplicada a um outro domínio mais ou menos afastado. Quando se aplica em um determinado domínio a teoria encontra alguns obstáculos que a obrigam a ser revezada por um outro tipo e discurso: “A prática é um conjunto de revezamentos de uma teoria e outra e a teoria um conjunto de revezamento de uma prática e outra”¹⁴⁴

Desta forma, podemos concluir que a construção teórica jamais se dá senão em articulação com a prática. Entretanto, na cena do cotidiano das salas de aula, no delicado relacionamento com os estudantes, nas reuniões burocráticas nas quais muito raramente teoria e prática se articulam, nas oportunidades em que as falas ecoam dissonantes é que se percebe que a teoria – pensada como um determinado conjunto de saberes, paradigmas e conceitos - quando diante dos mínimos acontecimentos do cotidiano não encontra espaço para a sua aplicação (ou mesmo ficam todas metidas nas algibeiras por temor ou mero desinteresse em trazê-las à tona naquela situação), percebemos que a toda teoria se articula uma prática e que, muitas vezes, seja dentro ou fora do contexto de sala de aula, a posição teórica é também um posicionamento político.

¹⁴³ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Trad. Laura Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

¹⁴⁴ FOUCAULT, Michel. Os intelectuais e o poder; conversa entre Michel Foucault e Gilles Deleuze. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

A politização de um intelectual se fazia, como argumenta Foucault, a partir de duas coisas: primeiro a sua “posição de intelectual na sociedade burguesa”, no sistema de produção capitalista e na sua ideologia, na qual ele é “maldito” e, em segundo lugar: “Seu próprio discurso enquanto revelava uma determinada verdade, descobria relações políticas onde normalmente elas não eram concebidas”¹⁴⁵. Historicamente, havia, então, duas espécies de intelectual, o “maldito” e o “socialista”, entretanto antes de tudo, este seria aquele que dizia a verdade aos que não a conhecem e em nome daqueles que não podiam dizê-la. Este perfil de massa vulnerável e dependente da intervenção do intelectual tem dia após dia diminuindo e isto oferece a ele a possibilidade de se compreender como dentro do poder que penetra nas mais finas membranas da sociedade, sendo assim, o intelectual não é imune ao poder, na verdade, a idéia de que eles são agentes da “verdadeira consciência” é consequência disto:

O papel do intelectual não é mais o de se colocar ‘um pouco na frente ou um pouco de lado’ para dizer a muda verdade de todos; é antes o de lutar contra as formas de poder exatamente onde ele é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento: na ordem do saber, da ‘verdade’, da ‘consciência’, do discurso¹⁴⁶.

Assim, é, verdadeiramente, a teoria uma prática que se constrói localmente e parcialmente, “a teoria não totaliza; a teoria se multiplica e multiplica”¹⁴⁷.

Afirmamos há pouco que seria ingênuo imaginar que se pudesse viver vinte e oito anos na estrutura acadêmica imune a conflitos, e neste ponto está o poder: em seus jogos e dissimulações. Afirmamos agora o contrário: ninguém conseguiria ficar tanto tempo dentro das malhas acadêmicas sem cultivar laços de afetividade e lugares de fruição e prazer, e neste ponto também está o poder. Nenhum poder sobreviveria, afirma Foucault, sendo somente impeditivo, coercitivo e repressor, uma das máquinas mais azeitadas do poder é aquela que move prazeres. E isto não é necessariamente mau, estamos, sim, no campo das negociações. É neste sentido que ele se multiplica e multiplica os seus lugares de emergência e exercício.

4.3. Labirinto de palavras: fora do arquivo, fora da vida

¹⁴⁵ FOUCAULT, Michel. O intelectual e o poder. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

¹⁴⁶ Idem, p. 71.

¹⁴⁷ Idem, *Ibidem*.

Findo o trabalho de levantamento, recorte e análise é chegada a hora de sair do arquivo, entretanto, não há porta que se acene como sendo a de saída, não há Ariadne, as centenas de páginas bloqueiam os caminhos possíveis, então descobrimos que caminho não há, senão por ele mesmo. É neste momento que se compreende que o arquivo não é um documento que retém marcas do passado, mas sim, que se projeta, e que projeta o futuro.

Nada do que está registrado naqueles documentos se aparta definitivamente da vida presente, ele é, na verdade, a composição básica de suas condições de emergência. A história da Pós-Graduação em Letras e Linguística (assim denominada desde a reforma de 1995) teve como autores e atores algumas dezenas de profissionais. Quando projetamos isso na área de Teoria da Literatura percebemos que o trabalho efetuado por Grossmann não se limita a um projeto intelectual pessoal, ele é também um projeto de construção de uma ciência.

O que se guarda no *Arquivo Acadêmico* não é um complemento do arquivo oficial da Pós-Graduação, não é possível guardar tudo, primeiramente por que a noção sobre relevância de um acontecimento muitas vezes se constrói apenas *a posteriori*, depois, por que é impossível preservar o passado em sua integralidade, uma vez que ele é formado por malhas muito finas de acontecimentos que têm sua relevância relativizada pelo olhar que o observa (e ainda seria possível se perguntar: o que é a integralidade do passado? Uma pergunta quimérica). Ele se acrescenta como um suplemento, uma outra possibilidade de contar e compreender a história oficial fazendo emergir o que ela deixou submergir, deslocando para o centro o que foi colocado na periferia e vice-versa.

Uma pergunta que ainda não foi feita, mas que surgiu sempre em cada momento de investimento na análise do arquivo era por que alguém guardaria tudo aquilo. Até onde se sabe, o único arquivo que se oferece como via de leitura alternativa ao da Pós-Graduação é o de Judith Grossmann. Algumas respostas se oferecem como caminho de respostas possíveis. Primeiramente, o fato de que, ao narrar a história imediatamente o sujeito narrador também se narra, e isto está claro nas marcas de personalidade impressas no arquivo e já discutida neste trabalho. Depois, a consciência de que a forja de uma Universidade é um acontecimento histórico, somada à noção de que o futuro se faz no momento mesmo da vivência. E, finalmente a vontade de oferecer instrumentos para

que os futuros pesquisadores pudessem contar esta história e, para quem já analisou o outro arquivo de Grossmann, leu seus textos e entrevistas, fica bastante claro que esta, pode ser, na verdade, a motivação primordial.

Mas uma realidade inescapável é que a vida não está para além dos limites do arquivo, ele é a condição básica para a emergência do por vir. Somente a partir dele é que compreendermos que a história que Grossmann conta não se limita à sua contribuição acadêmica para os estudos de literatura da UFBA. Desde o início de sua história o CML recebia visitas de intelectuais como Silviano Santiago, Gilberto Mendonça Telles dentre outros que além de penetrar nas malhas de conhecimento através de cursos e pareceres de mestrado também foram, mais tarde, orientadores de doutorado de muitas daquelas que foram discípulas de Judith Grossmann. E neste momento é que a imantação desta diversidade de saberes oferece a possibilidade do trilhamento de novas formas e caminhos para a construção de conhecimento, ativando conceitos inovadores, reconfigurando saberes e instalando outras formas de reflexão.

Quando comparamos a história do arquivo até 1990, último ano registrado por Grossmann – quando ela ainda estava em plena atividade nas salas de aula, conforme se observa nas listas de presença e planejamento de suas aulas de Teoria da Narrativa¹⁴⁸ – com a configuração do PPGLL, em 1992, e, na segunda reforma, em 1996, o que se percebe é que as bases teóricas construídas por Grossmann, Heliana Simões, Luiz Angélico entre outros ainda que marcadas pelo ímpeto de teorias que hoje andam em descrédito na academia, permanecem como nó fundante dos estudos teóricos contemporâneos no ILUFBA.

¹⁴⁸ Cf. Documento anexo: Anexo 1990.

5. Micropoderes e Polissistemas nas Letras contemporânea

Onde há poder ele se exerce.

Foucault

O Gênio é o resultado final do trabalho acumulado de gerações.

Nietzsche

Tradicionalmente, a Universidade é uma meticulosa oficina, uma “multidão em movimento de antropomorfismos”, a ilusão de um organismo de saber pautado no controle dos computadores, em tecnocratas que buscam contabilizar amadurecimento e produção de conhecimento pela cronologia, investida em uma busca quimérica pela uniformização desta multidão plurívoca e demoníaca do saber. Neste sentido a Universidade seria:

Uma soma de relações humanas, que tem sido poética e retoricamente elevadas, ornamentadas e que após um longo uso se canonizam, tornando-se obrigatórias para um povo¹⁴⁹.

A noção de naturalização do lugar canônico da Universidade como sendo espaço privilegiado de fruição e construção de conhecimentos atravessa a nossa reflexão quando compreendemos os mecanismos burocráticos e retóricos da forja de uma imagem política, social e cultural do conhecimento universitário. Seu lugar de privilégio e os rituais vários de batismo e passagem para que se alcance o acesso e a autoridade para reproduzir e intervir no conteúdo ali veiculado e que se converte em diplomas e títulos é, antes de tudo, uma cuidadosa arquitetura que, no seu erguimento muitas vezes, pressupõe o silenciamento da diferença, o disfarce e a dissimulação das fissuras internas.

O universal almejado na construção de um lugar de saber pretensamente ilimitado no seu alcance teórico, aberto ao futuro e construído diuturnamente, conforme se compreende a Universidade, não pode ter o seu início definido pelo rigor de um método histórico tradicional que se desenvolve pelo rigor teleológico e ontológico, vez que averiguar as suas origens é um trabalho tão impreciso e sem fruto quanto aferir os limites de seu desenvolvimento. Por isso, a única via possível para mensurar ou narrar a travessia histórica do saber na Universidade seja a genealogia. A origem é uma ilusão, uma vez que a narrativa de tal história só poderia ser pensada em sua potência de

¹⁴⁹ NIETZSCHE, Friedrich. A origem da tragédia. Apud THAYER, Willy. Universidade, universalidade e línguas. In: THAYER, Willy. A crise não moderna na universidade moderna; epílogo de O conflito das faculdades. Trad. Rômulo Monte. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

pluralidade, considerando que em cada pequeno princípio rebentam acontecimentos que ocasionam a possibilidade de múltiplas emergências.

O universal que dá nome ao conhecimento construído na Universidade não pode ser pensado como totalização ou a coadunação de inícios. Os inúmeros pontos de emergência dos acontecimentos que compõem a grande universalidade, apesar de poderem ser registrados nos papéis datados como marcos cronológicos, ocasionam a imperiosa dissolução do universal como anterioridade ontológica ou posterioridade prometida, o universal está sempre na deriva da construção do presente que ressignifica o passado e prepara o futuro.

A partir de Nietzsche a história dos universais (que pode ser compreendida como a história dos vencedores das guerras, a história dos estereótipos, assim como a dos grandes cânones), converte-se em um processo empírico de lutas, dominações e misturas de uns sobre os outros:

Uma história de insignificâncias na qual, por meio do escarnecido, argúcias e encantamentos, algumas borbulhas, estridências e ruídos se estabilizaram como emblemas, modismos e estilos, tornando-se planetários e interestelares¹⁵⁰.

Desta forma, tanto a ideologia quanto a identidade daquilo que é pensado como universal derivam das forças de ajuntamento e linearização ao qual ele é submetido. A sua genealogia. Uma história nunca é universal uma vez que “é no esquecimento das forças instáveis e volúveis das quais procedem que se ergueram as tradições, sedentarismos e habitualidades”¹⁵¹.

Se toda esta imagem de universais emana de estratégias várias de “invenção” a Universidade em sua ética, conceitos e verdades é uma sucessão de habitualidades, de histórias menores e, por vezes, insignificantes que são alimentadas e fomentadas pelo esquecimento dos interesses e das forças extra-universitárias que a sustentam. Isto não desvalida o conhecimento universitário, apenas nos dá conta de que precisamos estar sempre em pleno processo de desconfiança em relação à rede de poderes que constrói todo conhecimento humano e nos oferece abertura para refletir sobre as relações estendidas entre Universidade, sociedade e a produção de conhecimento. É neste sentido

¹⁵⁰ NIETZSCHE, Friedrich. A origem da tragédia. Apud THAYER, Willy. A crise...p.102.

¹⁵¹ THAYER, Willy. Universidade, universalidade e línguas. In: THAYER, Willy. A crise não moderna na universidade moderna; epílogo de O conflito das faculdades. Trad. Romulo Monte. Belo Horizonte: UFMG, 2002. p. 102.

que Willy Thayer afirma em seu livro *A crise não moderna na Universidade moderna* que quando pensada e disseminada cotidianamente como contexto, a Universidade seria o “*panóptico* profissional” exercido na alegoria da Universidade como olho e corpo em geral. Dentro disso, indaga-se até que ponto ela teria a força de sujeição do seu entorno se produzindo e produzindo contextos e produzindo sujeitos e objetos em geral e sujeitos e objetos profissionais? Onde há, dentro do seu campo de conhecimento, o espaço para a alteridade não-universitária? Costumava-se a pensar, principalmente para fora dos muros da Universidade, que esta seria o núcleo histórico-produtivo, controlador e autorizador do saber, todo conhecimento social ou culturalmente construído precisaria passar por esta força matriz e motriz para se ver validado, entretanto, o saber contemporâneo no mais das vezes se dá no além da Universidade e não anseia pela sua autorização para existir. Se não há espaço para a alteridade dentro do contexto acadêmico, ela cria lugares de validação paralelos e, diante disto, o corpo já não tão panóptico reconfigura o seu organismo a fim de ser capaz de digerir este desconhecido, ainda que não consiga mais exercer o mesmo poder sobre ele:

O fato de que existam poderosas regiões de saber, não suscetíveis de avaliação universitária, bastaria para ameaçar a arquitetura central da universidade moderna. Que a realidade universitária atual não se compadece com a idéia da universidade-núcleo fiscalizador do saber é palpável nesta questão do extra-muros¹⁵².

Isto está em descompasso com a importância tradicionalmente atribuída à Universidade como sendo um centro totalizador de saberes reunidos sob um relato, uma história, uma tradição, vez que a congregação de saberes é um marco instituidor do conhecimento ocidental, conforme Platão: “Bom é o que reúne; mau é o que dissolve”:

A universidade nos foi representada como uma máquina viva e maleável que digere, expulsa, impulsiona, localiza e deslocaliza, saberes e fazeres dispersos em diversas tradições; saberes e fazeres que, antes da consideração e do veredito universitário, eram soltos, bárbaros e pagãos por línguas e territórios, sem hierarquia ou rejeição pública universal, entregues a suas próprias forças¹⁵³.

¹⁵² THAYER, Willy. Universidade, universalidade e línguas. In: THAYER, Willy. *A crise não moderna na universidade moderna*; epílogo de *O conflito das faculdades*. Trad. Romulo Monte. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

¹⁵³ Idem, pg. 19.

A auto-representação da Universidade era de unidade e plenitude, ela tinha que absorver, assimilar, hierarquizar e instituir como saber ou não-saber práticas diversas que, por fim, se viam consignadas pela Universidade. Neste ínterim, existe um movimento dentro da malha acadêmica que é a transformação e a absorção, na maioria das vezes como objeto de estudos, de coisas, saberes e práticas antes rebaixados ou, simplesmente, indignos de nota. É um movimento que se dá muito lentamente – na maioria das vezes no decurso de décadas – e comumente vem acompanhado de uma crise interna que ocasiona a emergência de novos paradigmas teóricos e de novas disciplinas. Integrar e absorver estes saberes não significa que eles estejam intactos, há uma disciplinarização do pensamento, entretanto, discordando de Thayer, não imaginamos que estes objetos simplesmente se submetam ao rigor acadêmico sem oferecer resistência, indo por uma via alternativa, preferimos pensar que há uma tensão fundamental na translação da margem ao centro que, muitas vezes, a Universidade representa. A disciplinarização do pensamento periférico e marginal se dá muito mais pelas estratégias escolhas de método hermenêutico e pelo deslocamento ou atribuição de função àquele objeto. Por outro lado, a Universidade também precisa se adaptar – e por isso passa pela crise – para criar tecnologias de análise para o objeto, muitas são as vezes em que a bibliografia, as metodologias e interpretação e até a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) simplesmente não dão conta do estudo do objeto.

5.1. Mapeando saberes: Bases teóricas dos Estudos Literários do CML da UFBA.

A década de 70 marca, para as Instituições de Nível Superior de Letras, um momento de eclosão de vários cursos de Pós-Graduação em Letras. Neste contexto, quando é fundado, em 1976, o Curso de Mestrado em Letras da UFBA as áreas de concentração de estudos nas quais ele estava dividido eram: Língua Portuguesa, Lingüística e Teoria da Literatura.

Os estudos de Teoria da Literatura, construídos nos primeiros 15 anos da Pós-Graduação, mais especificamente entre 1976 e 1991, foram marcados por um movimento de aprofundamento do mergulho crítico baseado na fenomenologia de inspiração heideggeriana, na Nova Crítica, Estruturalismo e, principalmente, no

Formalismo Russo. Quando comparado com outros cursos de mestrado habilitados naquele período, a crítica literária da UFBA, pela articulação de conceitos e teorias ainda recentes, coloca-se, ao lado de outras Universidades, como a PUC-RJ, em uma posição de pioneirismo, uma vez que abre espaço para que se trabalhe com o corpo de referências teóricas e literárias incomuns para os padrões brasileiros.

As informações trazidas neste capítulo são, em sua maioria, extraídas do *Arquivo Oficial do PPGLL*. A busca neste arquivo foi empreendida como um investimento na cobertura de algumas lacunas presentes no *Arquivo Acadêmico* (não pensando, obviamente, um como complementar ao outro) e a partir da necessidade de compreender alguns acontecimentos que conduziram a construção do PPGLL, principalmente no que diz respeito às duas reformas pelas quais este passou. As estratégias de seleção¹⁵⁴ e a estrutura curricular permanecem ainda as mesmas, em 1976, e estabelecia a necessidade de integralizar 24 créditos, assim como funciona hoje, e o mestrando deveria cursar as mesmas seis disciplinas. As mudanças começam no que tange ao prazo de entrega do trabalho final, que poderia ser de três a sete semestres (hoje o máximo são quatro semestres). Entretanto ainda não é aí que se percebem as principais diferenças, elas estão nas disciplinas e nas ementas que definem a orientação teórica do curso e o tema e direcionamento crítico das dissertações.

No que diz respeito à área de Teoria da Literatura eram sete as disciplinas oferecidas¹⁵⁵, todas sob a rubrica “Teoria da Literatura”, além destas, o estudante poderia escolher entre duas disciplinas de Literatura Brasileira, estas últimas, sob a rubrica LET 520 – Literatura Brasileira XX, que tinha como ementa “A narrativa na ficção brasileira – Impressionismo” e a LET 521 – Literatura Brasileira XXI, cuja ementa estabelecia o estudo da “Ficção e a crítica do Naturalismo”. As disciplinas de Teoria da Literatura propriamente ditas foram todas criadas entre os anos de 1976 e 1982, e todas obedecendo ao seguinte conteúdo:

¹⁵⁴ O acesso ao CML era feito mediante seleção composta das seguintes fases:

1. Apresentação de documentos - Curriculum Vitae; Exame de sanidade física e mental (exigência feita até a seleção de 1986) ; Documentos pessoais (CPF, RG, Título, etc.); Documentos acadêmicos (Histórico, Diploma de graduação em Letras ou áreas afins) e duas fotos 3x4.
2. Seleção propriamente dita – 1) Prova escrita de conhecimentos específicos e prova escrita de língua estrangeira; 2) Entrevista individual, apreciação do histórico escolar e Análise do Curriculum Vitae.

¹⁵⁵ Todos os materiais referentes à estrutura de disciplinas do CML e do PPGLL foram retiradas no Arquivo Oficial da Pós-Graduação.

LET	Nomenclatura	Conteúdo	Objetivos- Ementa
515	Teoria da Literatura XX	A Semântica Literária (1976)	<p>Dirigir as investigações para o ser da literatura.</p> <p>Sistematizar o estudo dos constituintes formais da linguagem literária, chamando a atenção para o fato que eles não são os responsáveis integrais pela literariedade do texto.</p> <p>Complementar o estudo da obra como totalidade, através do estudo do tema e da técnica da obra literária.</p>
516	Teoria da Literatura XXI	O Fenômeno Literário (1976)	<p>O curso visa a apreender a constituição e atipicidade do fenômeno literário, utilizando concepções de teóricos, filósofos e professores universitários que não são artistas criadores, mas em primeira instância, a de teóricos que são, fundamentalmente, artistas criadores. Buscará, ademais, desenhar uma teoria do fenômeno literário a partir das indagações, experimentações e escritos teóricos versus obras literárias dos próprios criadores, tendo plenamente em mira o estado da questão.</p>
517	Teoria da Literatura XXII	A Ideologia Literária	<p>Ideologia da obra literária através da análise fenomenológica em comparação com a ideologia de textos de outra natureza.</p>
518	Teoria da Literatura XXIII	A poética do texto	<p>Forma, conteúdo, estrutura.</p> <p>O processo poético. Intencionalidade: teoria e prática</p> <p>Criação individual, expressão coletiva. Criação literária e tradição.</p>

			Arte literária e historicidade Absoluto em uma forma A essência da linguagem e a essência da poesia A essência do real e a obra literária A representação literária do real. Realismo artístico. Modos de representação. Invenção e reconhecimento da obra literária. A experiência da obra literária: vias de acesso.
543	Teoria da Literatura XXIV	Teoria da Lírica	Não disponível
544	Teoria da Literatura XXV	Teoria da Narrativa	Restabelecer as categorias da narrativa com base em diversos modelos teóricos da narrativa. Estabelecer uma tipologia da narrativa a partir da situação da narrativa contemporânea.
519	Teoria da Literatura XXVI	A análise estrutural da narrativa	Reflexões sobre posições estruturalistas no âmbito da crítica literária. Práticas de análise estrutural da narrativa.

As disciplinas circulam entre as teorias já apontadas. O existencialismo de Heidegger serve de base para alguns dos objetivos da disciplina “A semântica Literária”, na qual está presente uma referência ao Formalismo Russo e, principalmente, o *close reading* da Nova Crítica (suporte teórico que estará presente na maioria das disciplinas ministradas) no que tange à organização formal do texto e à construção de sua literariedade. “O fenômeno Literário”, tomando como base uma bibliografia composta por pensadores como Adorno, Barthes, Benjamin e Borges dentre outros, inicia na UFBA uma esteira de discussão que se propõe a pensar as relações entre a reflexão crítica dos textos literários e o labor criativo dos escritores, reflexão que também se encontra hoje reconfigurada, no tema primordial do grupo de pesquisa de Teoria da Literatura *O escritor e seus múltiplos: migrações*.

A disciplina “A Ideologia Literária” articula a fenomenologia a uma bibliografia onde estão presentes Auerbach, Benjamin, Derrida e Eliot e propõe uma leitura comparativa entre a função ideológica da literatura e de textos não-literários. Esta não é a primeira oportunidade em que, investigando materiais produzidos no CML sob a

orientação de Judith Grossmann, aparece a referência a textos de Derrida que, pelo que se consegue perceber, apesar de sinalizar a disponibilidade para uma leitura ainda incomum nos cursos de Pós-Graduação brasileiros da época, ainda recebia um investimento de leitura incipiente.

A narrativa contemporânea foi abarcada, em 1982, em uma disciplina em que se percebe pela descontinuidade teórica presente na seleção bibliográfica, um momento de transição, uma estrutura de adequação entre as opções de leitura dos três professores por ela responsáveis, a saber: Judith Grossmann, Luiz Angélico Costa e Evelina Hoisel.

Esta última cursara o mestrado na PUC-Rio de Janeiro onde, sob a orientação de Silviano Santiago, desenvolveu a pesquisa que resultou no livro *Supercaos: os estilhaços da cultura em “PanAmérica” e “Nações Unidas”*. Na referida bibliografia constavam Derrida, Lévi-Strauss, Lukács, Todorov, Barthes e Costa Lima. Ainda antes disto, no ano de 1978, a Professora Maria do Carmo Pandolfo, da UFRJ, veio ministrar a disciplina “A análise estrutural da narrativa”.

A multiplicidade de vertentes de estudos presentes na construção dos primeiros dezesseis anos de funcionamento do CML nos oferece a compreensão de que tal diversidade faz parte de um contexto de efervescência de possibilidades de estudos e análises que podem explicar, dentre outras possibilidades, as várias influências e os distintos interesses de estudos dos professores. Como consequência disso, tem-se um quadro de temas de dissertações de mestrado defendidas entre 1979 e 1992 que espelha a construção teórica do CML da UFBA. Até o ano de 1992 não havia argüição oral ou banca pública de defesa de dissertação, até então os mestrandos entregavam o seu trabalho que era encaminhado a dois avaliadores externos, além do orientador, e estes construía pareceres, estes sim públicos, que não eram lidos, mas ficavam, como estão ainda hoje, arquivados na sala da Coordenação da Pós-Graduação em Letras. Assim sendo, as primeiras defesas ocorrem em 1995¹⁵⁶.

Durante este tempo, os trabalhos foram orientados pelos professores: Luiz Angélico Costa, Heliana Maria de Castro Simões, Antônio de Carvalho Assis Barros, Cid Seixas, Ordep Serra, Maria Conceição Paranhos e Evelina de Carvalho Sá Hoisel que, em 1983, orientava as suas primeiras dissertações de mestrado¹⁵⁷.

¹⁵⁶ Estas informações, que não constam nos documentos oficiais nem no Arquivo Judith Grossmann – e que estavam submissas às Normas Complementares para cursos de mestrado e doutorado na UFBA – foram oferecidas pela Prof^a. Dr^a. Célia Telles.

¹⁵⁷ POGGIO, Rosauta M^a Galvão Fagundes e PEREIRA, Teresa Leal Gonçalves. (Org.) *Catálogo de Teses e Dissertações*. Salvador: EDUFBA, 2000. pg. 23.

Antônio de Carvalho Assis Barros, Cid Seixas, Ordep Serra orientaram neste período um trabalho cada um. Antônio de C. Assis Barros orientou, em 1979, Benedito Veiga com a pesquisa *A realidade no processo literário*, calcado nos estudos de Teoria da Mimese estudando as relações entre a realidade e a literatura. Pedro Oliveira escreve *A obra como mito: mito e literatura da modernidade*, sob a orientação de Ordep Serra. Neste trabalho, baseado nos textos de Heidegger e da filosofia grega discute os discursos do onírico, mítico e literário centrados nos textos de J.J. Veiga. Os estudos de Teoria da Representação Literária retornam com o trabalho de José Carlos Sant'Anna, que, sob a orientação do Prof. Cid Seixas desenvolve o trabalho *Por uma significação do real na obra literária*.

A Professora Heliana Maria de Castro Simões orientou neste período três trabalhos: *A temporalidade da obra literária*, de Albertina Gama (1979), que, a partir dos princípios fenomenológicos estabelece que a historiografia literária deve relacionar-se com a historicidade literária; *A verbalização literária da realidade*, de Railda Santos (1981), analisando a literatura norte-americana, que retorna à discussões sobre Teoria da Representação; em *A dimensão social na criação poética*, Jovina Araujo (1982) analisa os textos de Clarice Lispector, dos quais faz uma interpretação “psicanalítica, antropológica, estética e social”.

Évila Ferreira de Oliveira defende a dissertação intitulada *O resgate da história: um estudo sobre a lírica* em 1991, sob a orientação de Maria da Conceição Paranhos, de influência barthesiana, principalmente das reflexões sobre a questão da literatura como lugar fora do poder, o estudo busca discutir a margem de autonomia e de comprometimento do discurso histórico em relação ao texto literário. A partir da noção de que a inspiração poética é um “fenômeno” fugidio e misterioso e retomando a dita “origem divina da criação”, Antônio Brasileiro, também sob a orientação de Conceição Paranhos, escreve a dissertação *Corpo de sonhos: o mistério da inspiração na criação poética*.

A maioria dos trabalhos foram orientados pelas professoras Evelina de Carvalho Sá Hoisel e Judith Grossmann, como se pode ver sistematizado abaixo:

Orientações de Judith Grossmann			
ANO	Orientando(a)	Título	Conteúdo
1979	Eneida Leal Cunha	<i>Diacronias da subjetividade: a convergência do autobiográfico e do ficcional</i>	Levantamento das conceituações sobre “escrita autobiográfica” ressaltando a partir do conceito de “memória” na psicanálise os processos de ficcionalização do vivido nas narrativas literárias.
1979	Maria da Conceição Hackler	<i>A fabulação do silêncio: por uma poética do indizível.</i>	Analisando o texto “A invenção de Orfeu”, de Jorge de Lima, estuda-se a “inominabilidade” considerada como constituidora do discurso literário.
1979	Lígia Telles	<i>As fronteiras do realismo.</i>	Estudo da representação literária da realidade via linguagem literária.
1980	Antonia Herrera	<i>O retorno da história: a dimensão arqueológica da obra literária.</i>	Análise da dimensão arqueológica da literatura.
1981	João Carlos Fonseca	<i>O real no universo da criação literária.</i>	O discurso poético rumo ao real a partir da Teoria da Mímese.
1981	Maria de Fátima Ribeiro	<i>O trânsito do Édipo na literatura.</i>	Análise do caráter edípiano e antiedípiano nas relações entre o autor e o discurso.
1981	Waldete Santos	<i>A questão da intencionalidade no processo da criação poética.</i>	A interferência da intencionalidade na construção do discurso poético;
1981	Mirella Márcia Longo V. Lima	<i>O legado de Apolo e Dionísio.</i>	Baseado nos modelos de Apolo e Dionísio compreender a natureza do discurso literário.
1983	Cleise Furtado Mendes	<i>Drama e desejo: o lugar da catarse na Teoria do Drama.</i>	Estudo da recepção e produção do efeito catártico na obra dramática.
1984	Iara Almeida	<i>O leitor como co-autor da obra literária.</i>	A leitura e a interpretação como a participação co-autoral do leitor ao texto literário.
1984	Maria Nazaré Santos	<i>O estranho como categoria literária.</i>	Analisando o texto “Crônica da casa assassinada”, de Lúcio Cardoso, investigar o estranhamento e a familiaridade no texto literário.
1989	Maria de Fátima Argolo	<i>Às margens do grande segredo: a loucura e a criação literária.</i>	Estudo da transgressão do real pela literatura a partir do binômio loucura-sanidade, na obra de Manuel Bandeira.
1989	Dalila Machado	<i>O pacto de Fausto e a modernidade.</i>	Reflexão do texto literário como obedecendo a uma dinâmica fáustica na medida em que ele sintetiza as forças opostas de Apolo e Dionísio.
1990	Márcia Rios Andrade	<i>O mito da heresia artística: os bastidores e a cena da criação literária.</i>	Estudando as obras de Clarice Lispector e Guimarães Rosa investiga as principais contribuições teóricas acerca da criação literária.
1990	Iraci Rocha	<i>Face e disfarce: a obra literária e a expressão do</i>	Analisa a obra de Clarice Lispector a partir da noção de que ali a representação da realidade

		<i>real.</i>	se dá através de uma vez que coloca o mundo individual em diálogo com o coletivo.
1991	Roberval Pereira	<i>A unidade primordial da lírica moderna.</i>	Estudo das rupturas e relações da poesia com a tradição e a modernidade.
1992	Luciano Rodrigues Lima	<i>O real literário.</i>	Análise do conceito de “real literário” como estratégia de compreensão e construção do texto literário.

Orientações de Evelina Hoisel			
ANO	Orientando(a)	Título	Conteúdo
1983	Luiza Vianna	<i>O vôo da flecha: a poesia como função de Eros.</i>	Leitura do arqueiro, a flecha e o alvo como síntese das relações amorosas.
1984	Doralice Alcoforado	<i>A escritura e a voz: um jogo intertextual.</i>	Estudo da “circulação” entre a literatura popular e erudita na obra de Guimarães Rosa.
1986	Edilene Matos	<i>O imaginário na literatura popular em verso.</i>	A imaginação do criador popular vista através dos quatro elementos: água, terra, fogo e ar.
1988	Décio Torres	<i>A literatura pop.</i>	Estabelecimento de uma estrutura da literatura pop a partir dos conceitos de carnavalização e do fenômeno da democratização das artes no século XX.
1989	Márcia Ribeiro Machado	<i>A criação literária como construção biográfica</i>	Considera-se a criação literária como construção biográfica a partir dos textos de Manuel Bandeira.

A sistematização dos estudos empreendidos nestes primeiros dezesseis anos de estudos do CML nos permite perceber que a falta de uma organização mais elaborada de linhas de pesquisa produz uma produção excessivamente difusa de temas de dissertações. Esta falta de coesão ocasiona a impossibilidade de vislumbrar uma determinada identidade teórica nestes primeiros estudos, dentre eles destacam-se os estudos de caráter fenomenológico, alguns utilizam como instrumental analítico o Formalismo Russo e a maioria se dedica ao estudo da Teoria da Representação Literária.

A análise da CAPES no biênio 1991-1992 atribuiu o conceito C ao CML. Este acontecimento ocasionou a reestruturação do Curso no ano de 1992, que veio

acompanhada do Plano de Recuperação, em consequência das alterações empreendidas o Curso recuperou no biênio 1993-1994 o conceito B¹⁵⁸.

5.2. Análise cultural na segunda metade do século XX: A crise como via de construção crítica.

A composição da paisagem crítica das instituições de saber na área de Letras, primordialmente na Pós-Graduação de Universidades como a USP e a UFRJ teve, de acordo com Rachel Esteves, pelo menos nos primeiros anos, a manutenção da tradição da análise literária instituída por críticos como Antonio Candido, Alfredo Bosi, Afrânio Coutinho, Eduardo Portella e Emmanuel Carneiro Leão. Esta tradição se pautava em uma: “leitura sociológica formalista ou filosófica do texto literário”¹⁵⁹. Em contextos como a PUC do Rio de Janeiro (PUC-RJ) esta visão crítica dos cursos de Pós-Graduação recebe um influxo distinto quando da chegada de intelectuais que receberam formação no exterior, próximos às novas formas de críticas praticadas na década de 60, principalmente o Pós-Estruturalismo, que atribuíam aos cursos uma inclinação teórica dita “cosmopolita”. Os anos 70 representaram, ainda conforme Rachel Esteves, o momento privilegiado para a consolidação da Teoria Literária que se construía através da imantação de disciplinas outras como a lingüística, a antropologia, a filosofia e a sociologia. Neste sentido, nota-se a distinção da reflexão teórica empreendida na USP, onde se buscava um investimento de leitura calcado na imanência e no projeto nacionalista, e as primeiras teses produzidas pela PUC-RJ – orientadas por Afonso Romano de Sant’Anna e Gilberto Mendonça Telles¹⁶⁰ – tinham uma forte perspectiva formalista de análise somada à metodologia estruturalista de estudos da literatura. É neste horizonte que se instaura uma das *crises*¹⁶¹ que, pelo confronto de idéias entre a postura crítica mais tradicionalista da USP e aquela adotada pela PUC-RJ:

¹⁵⁸ As informações constantes aqui foram extraídas do texto: TELLES, Célia Marques; CUNHA, Eneida Leal et all. O perfil do curso de Letras. Revista Estudos Lingüísticos e Literários. Nº. 25-26, Jan.-Dez. de 2000. A maioria dos materiais que documentam estes acontecimentos não foram encontrados no arquivo oficial da Pós-Graduação.

¹⁵⁹ LIMA, Rachel Esteves. A crítica cultural na universidade. In: *Navegar é preciso, viver – escritos para Silviano Santiago*. SOUZA, Eneida Maria de; MIRANDA, Wander Melo. (Orgs). Belo Horizonte: UFMG; Salvador: EDUFBA; Niterói: EDUFF, 1997.

¹⁶⁰ Este último ministrou um curso sobre crítica literária na UFBA, na década de 70.

¹⁶¹ Certamente não a primeira no campo dos Estudos Literários, mas talvez uma das mais potentes, vez que representa a instauração dos estudos Estruturalistas, uma das mais poderosas e revolucionárias vertentes de análise literária do século XX, deslocada, mais tarde, apenas pelo Pós-Estruturalismo.

Detonaram as polêmicas que muitas vezes tomaram o rumo das irônicas agressões pessoais, uma vez que a nova frente aberta descentralizava e até mesmo colocava em xeque o poder de definição dos critérios de literariedade que orientavam o cânone até aquela época. Passado este primeiro momento, pode-se fazer um balanço que necessariamente terá que acentuar o caráter descontextualizado da produção crítica estruturalista, mas não há como negar que esta fase representou uma mudança qualitativa no desenvolvimento de uma reflexão teórica nos estudos literários brasileiros, pautada na eliminação do descompasso entre a produção interna e externa e pelo rigor metodológico das pesquisas realizadas¹⁶².

É esta abertura da PUC-RJ que propiciará, quando da chegada de Silviano Santiago, a aceitação de um novo movimento de reconfiguração teórica que, afastando-se da metodologia estruturalista, buscava uma análise interpretativa do texto literário baseada nas reflexões de Foucault, Derrida, Deleuze, investindo no estudo de literatura comparada e buscando compreender as relações hierárquicas que se estabelecem na produção, leitura e circulação dos objetos culturais.

Os estudos desenvolvidos na França em contato com grandes nomes da crítica literária ofereceram a Silviano Santiago, no seu retorno ao Brasil, em 1976, a ampliação do seu campo de discussão em suas aulas na Pós-Graduação e nas teses e dissertações orientadas desde então que circulavam em torno destes conceitos e instrumentais de análise. A responsabilidade do estudioso no que diz respeito à instauração de um novo momento crítico nos Estudos Literários é significativa, uma vez que foi Silviano um dos principais responsáveis pela circulação de muitos instrumentais de análise forjados por Jacques Derrida, através do Glossário de Derrida e pela visita de Michel Foucault, no ano de 1973, à PUC-RJ.

Neste contexto de abertura, desenvolvimento significativo dos estudos de Literatura Comparada nas décadas 80 e 90 no Brasil teve, como ponto de culminância, a fundação da Associação Brasileira de Literatura Comparada (ABRALIC) que, no ano de 2008, completa 22 anos. A inserção da Literatura Comparada nos cursos de Letras ofereceu a possibilidade de estabelecer novos paradigmas de estudo do texto literário oferecendo, para Tânia Carvalhal:

¹⁶² LIMA, Rachel Esteves. A crítica cultural na universidade. In: *Navegar é preciso, viver – escritos para Silviano Santiago*. SOUZA, Eneida Maria de; MIRANDA, Wander Melo. (Orgs). Belo Horizonte: UFMG; Salvador: EDUFBA; Niterói: EDUFF, 1997. P. 173.

O estabelecimento de uma fundamentação teórica aos estudos literários, que tem provocado a alteração de paradigmas nas diversas disciplinas que deles se ocupam, levando não só à revisão de conceitos considerados definitivos mas também a atuação marcadamente interdisciplinares¹⁶³.

Os estudos de Literatura Comparada introduziram uma forma de relacionamento com o texto que impunha à sua leitura a capacidade de estabelecer relações de comparação e contraste, conduzindo a uma leitura menos endógena do texto artístico, problematizando-o pela via do cruzamento de seus traços com traços de escritas anteriores. Desta forma, é tarefa da crítica traçar articulações entre a Literatura Comparada e a “historicidade contextual dos textos”. A década de 80 foi um momento de circulação intensa de textos que buscavam equacionar a Teoria da Literatura e a Literatura Comparada articulando, inclusive, teorias já comuns nos estudos acadêmicos como o formalismo e estabelecendo novos caminhos de análise. Destarte, a tradução, por exemplo, marcada pelos processos de transferência cultural, pelos estudos e teorias sobre a tradução, findam por representar o próprio processo estético pelo qual estavam todos interessados.

Na ótica de Eneida Leal Cunha, a grande expansão dos estudos comparativos acontecida na década de 80 atinge vários núcleos de pesquisa de graduação e Pós-Graduação inclusive em cursos que centravam seus estudos na Teoria da Literatura, a exemplo da UFRJ, UFMG e UFBA. As questões que são abarcadas pela Literatura Comparada são:

As questões relativas à derivação histórica, à dependência cultural, à originalidade e ao valor estético, às articulações como outras literaturas hierarquicamente ditas centrais ou periféricas¹⁶⁴.

A Literatura Comparada articula-se, ainda conforme Eneida Leal, à reversão de valores operada no pensamento ocidental e o conseqüente abalo de hierarquias e fronteiras que trazem consigo a fragmentação de continuidades, a desnaturalização de valores culturais expondo as raízes etnocêntricas da maioria dos conceitos que sustentavam as ciências humanas. Analisando a ação da Literatura Comparada na década de 90 nas Universidades brasileiras o que a professora percebe é que esta pode

¹⁶³ CARVALHAL, Tânia Franco. A literatura comparada na confluência dos séculos.

¹⁶⁴ CUNHA, Eneida Leal. Literatura Comparada: Alternativa institucional ou contingência finissecular?

ser articulada como ponto de reflexão sobre as tensões entre modernidade e contemporaneidade a partir de três idéias:

1. Operando nas margens e nas confluências disciplinares, a Literatura Comparada pode possibilitar o investimento em uma pluralidade de abordagens metodológicas a fim de estudar a multiplicidade de objetos possíveis?
2. Os pesquisadores que estudam a Literatura Comparada estão afastando-se dos domínios de estudo da Teoria da Literatura ou estão penetrando nestes saberes e lendo-os criticamente?
3. A diversidade de exercícios comparatistas indicaria um abalo da territorialização rígida de conhecimentos?

A entrada da Literatura Comparada na agenda crítica dos cursos de graduação e Pós-Graduação em Letras oferece a possibilidade de compreensão de que este processo tem como conseqüência, muitas vezes, a reserva de domínios teóricos e espaço de prestígio das áreas e disciplinas já tradicionais, entretanto, a entrada destes estudos oferece também a possibilidade do afloramento de questões mais sintonizadas sobre a literatura na pós-modernidade.

No contexto do Curso de Mestrado em Letras da Universidade Federal da Bahia os anos de 1992 a 1995 ficaram marcados pela construção, dentro da grande área dos Estudos Literários, a área de estudos em Literatura Comparada com a instituição de doze disciplinas direcionadas para esta discussão.

Além da Literatura Popular, já presente na Grade Curricular anterior a 1992 e que tem em sua ementa o “Estudo da literatura popular e questões metodológicas relacionadas à pesquisa de campo”, surgem outras onze disciplinas que ativam zonas de reflexão e abrem perspectivas de análise antes inexistentes no CML. A maioria das disciplinas vem marcada pelo “estudo comparativo” que pode ser feito na análise comparativa da produção literária de escritores diante de um determinado contexto histórico, como nas disciplinas:

LET 626 – Balzac e o Brasil

Ementa: As traduções brasileiras da obra de Balzac. Difusão da obra do romancista e influências explícitas no romance brasileiro.

LET 629 – Vieira e o Barroco

Ementa: O barroco nas literaturas portuguesa e brasileira, com ênfase no texto do Padre Antônio Vieira.

Outras disciplinas, ainda dando destaque à questão do contexto histórico da “modernidade” e a produção do texto literário, elegem autores e escolas literárias como pontos de partida para a análise de determinados contextos de produção literária como nas disciplinas:

LET 625 – Aspectos do Conto Moderno

Ementa: Estudo Comparativo do conto moderno nas literaturas brasileiras e portuguesas com ênfase nas obras de Sérgio Faraco e Miguel Torga.

LET 627 – Eça de Queiroz e Machado de Assis

Ementa: Estudo comparativo de obras de Eça de Queiroz e Machado de Assis, destacando a influência estrangeira marcante em ambos os trajetos.

LET 630 – História e doutrinas do Realismo e do Naturalismo

Ementa: Raízes do Realismo na literatura francesa. Expressões teóricas e dogmáticas até a plena aprovação do romance naturalista.

LET 631 – Surrealismo e os movimentos de vanguarda na França

Ementa: Fontes do Surrealismo na poesia do século XIX. Influências das Vanguardas européias no Surrealismo francês.

Finalmente, o diferencial em relação às disciplinas ministradas antes de 1992 está na capacidade de compreender a contemporaneidade como uma nova temporalidade histórica e cultural que exige e traz como demandas suas a necessidade de uma revisão não apenas dos textos, autores e temáticas tradicionalmente estudadas, mas igualmente um questionamento da própria crítica e teorias que estudam a literatura, conforme se pode compreender nas seguintes disciplinas:

LET 624 – Crítica na Modernidade

Ementa: Estudo comparativo de enfoques analíticos, selecionados no intuito de fornecer uma visão do debate crítico na Modernidade.

LET 628 – Poéticas da Modernidade

Ementa: Estabelecimento de uma poética da Modernidade, a partir do estudo comparativo de linhas de criação literária, convergentes ou divergentes.

LET 632 – Crítica Literária Norte-Americana

Ementa: Visão sistematizada das variadas posições críticas na Literatura dos Estados Unidos, com ênfase em determinados fatores históricos.

LET 633 – A ficção contemporânea Norte-Americana.

Ementa: Estudo crítico da ficção contemporânea nos Estados Unidos, com ênfase em determinados fatores históricos.

LET 634 – A produção Lírica Contemporânea Norte-Americana.

Ementa: Estudo crítico da produção lírica nos Estados Unidos desde as experiências inovadoras de após a II Guerra até o Neo-Subjetivismo e o Expressionismo dos anos mais recentes.

As três perguntas feitas por Eneida Leal em seu texto podem ser respondidas, quando analisamos a ação da Literatura Comparada na UFBA que tomou como ponto de partida o investimento na construção de possibilidades diferenciadas de estudos, o afastamento das questões excessivamente ontológicas e pela busca de definições de recortes historiográficos mais precisos no que tange ao contexto histórico dos textos analisados e o estabelecimento de redes de leitura. Entretanto, as reflexões mais sistematizadas acerca das ilações ideológicas entre literatura, poder e hierarquia aparecem, pelo menos no que se percebe nas ementas, ainda de maneira muito embrionária uma vez que a maioria das disciplinas ministradas parece sustentar-se na idéia de que a literatura seria um lugar fora do poder. Neste sentido, a intensificação das áreas de estudos presentes no curso de graduação, o que significa dizer que, além da Teoria da Literatura, a Literatura Brasileira e a Literatura Portuguesa¹⁶⁵ também constavam como disciplinas regulares para os mestrados (coisa que aparecia muito discretamente nos anos anteriores)¹⁶⁶, aponta em todas as disciplinas ministradas naquele período um reforço na análise de traços e questionamentos muito específicos de cada área instituindo propostas de estudos excessivamente localizadas e recortadas, o que, até certo ponto, caminha na contramão das tendências teóricas e críticas presentes na primeira metade da década de 90 em outras Universidades.

¹⁶⁵ Cf. Quadro de disciplinas anexo 4.

¹⁶⁶ Literatura Brasileira, que até 1991 contava com duas disciplinas, passa a ter nove; Literatura Portuguesa tem um aumento insignificante no seu número de disciplinas, de quatro para cinco, entretanto, há uma mudança no que diz respeito ao seu conteúdo. Em Teoria da Literatura desaparecem as disciplinas *Análise Estrutural da Narrativa* e *Semântica Literária* e são criadas *Criação Literária e Biografia*, *Literatura e Ética* e *Teoria do Drama*.

A princípio podemos pensar que alterações inseridas no CML só devem ter sido sentidas, no que diz respeito à dissertação, como sendo um produto das orientações e disciplinas cursadas entre os anos de 1994 e 1997-1998, entretanto não podemos apostar em uma análise excessivamente purista, imaginando que a reformulação estrutural do CML esteja em consonância plena com a reconfiguração de posturas intelectuais. Desta forma, o que se vê nas dissertações defendidas neste período é um misto de posturas analíticas que vão desde os estudos de intertextualidade e da Literatura Comparada à análise estrutural da narrativa.

5.3. Crítica Cultural e Crítica Literária: Estudos Pós-Estruturais em Letras da segunda metade do século XX.

A partir de 20 de dezembro de 1995, o Curso de Mestrado em Letras (CML) passa a se chamar Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística (PPGLL) por conta da implantação, no citado ano, do Doutorado, cuja recomendação, juntamente com a reestruturação do Mestrado, foi aprovada pela CAPES em 3 de novembro de 1997. Desde 1995 há uma reconfiguração nas áreas que regem as pesquisas no PPGLL, estas passam a se dividir em Linguística Histórica (Área 1), Linguística Aplicada (Área 2), que contemporaneamente é denominada Descrição e Análise Linguísticas e, finalmente, Teorias e Crítica da Literatura e da Cultura (Área 3), na época subdividida em: Documentos da Memória Cultural, Crítica Cultural e Representação e Leitura, que hoje se chama Estudos de Teorias e Representações Literárias e Culturais.

Estas sucessivas mudanças servem de alicerce e preparam terreno para a inserção de uma nova estrutura curricular no PPGLL abrindo margem para a construção de conhecimentos mediados por novas disciplinas que vieram a formar a Pós-Graduação conforme conhecemos hoje. Estas mudanças fazem parte de uma alteração da paisagem crítica que classificamos neste trabalho como sendo a consequência de uma crise, no sentido que dá a esta questão a visão historiográfica de Michel Foucault, a saber, como possibilidade de emergência de leituras e recortes diferenciados de análise. Eneida Maria de Souza, em seu texto intitulado *A Teoria em Crise*, afirma que o debate que agita a comunidade universitária nasce da já velha discussão acerca das consequências que o estudo e a penetração de teorias estrangeiras poderiam ter no campo da crítica literária brasileira. As transformações culturais e políticas pelas quais passou o País nas

últimas décadas são, em parte, responsáveis pela crise pela qual passam os Estudos Literários, como descreve Eneida Maria:

A crescente diluição das fronteiras disciplinares e dos objetos específicos de estudo provoca relações mais abrangentes na área das humanidades, abalada pela abertura epistemológica e pelo enfraquecimento de territórios¹⁶⁷.

A partir da segunda metade da década de 90, a rapidez com que os saberes circulam – graças à maior facilidade de circulação de conhecimento, decorrente da possibilidade ampliada por bolsas e financiamentos de estudos que facilitam aos estudiosos viajar com mais frequência para países estrangeiros e pela dinâmica de democratização de acesso ao conhecimento distribuído em revistas, trabalhos acadêmicos, sites de bibliotecas dentre outros via Internet – provoca uma maior urgência na necessidade de “digestão” de conhecimentos que, muitas vezes, deslocam métodos e estratégias antigas de produção de saber. Mas este ainda não é, destaca Eneida Maria, o principal motivo do mal-estar causado pelas novas teorias. Os Estudos Culturais, que têm origem anglo-saxônica e encontraram amplo campo de desenvolvimento nos Estados Unidos, estariam ameaçando os Estudos Literários e distorcendo a Teoria da Literatura, que tem suas bases lançadas pelos gregos, e está diretamente relacionada às teorias produzidas na Rússia pelos formalistas, pelo *New Criticism* americano e, mais tarde, pelos estudos Estruturalistas.

Diante de uma construção já sedimentada e com uma tendência poderosa ao fechamento, hierarquização, e, muitas vezes, negação e afastamento em relação a questões relativas a demandas das minorias identitárias, os Estudos Culturais, que operam por uma via absolutamente distinta e, muitas vezes, contrária à postura da Teoria da Literatura tradicional surgem, para muitos estudiosos como uma perigosa possibilidade de diluição do objeto de análise somado à ausência ou enfraquecimento do rigor analítico. A principal acusação que se constrói sobre as *Teorias Culturalistas* é de que elas promoveriam um esquecimento da tradição, fazendo dela *tabula rasa*.

Indo em outra direção, Evelina Hoisel em seu texto *Novos Rumos: e a teoria da literatura?* afirma que a teoria pós década de 70, contextualizada no Pós-Estruturalismo, é uma crítica:

[...] a tudo o que foi pensado como natural, assumindo a concepção de que aquilo que se pensava como natural é tão somente uma

¹⁶⁷ SOUZA, Eneida Maria de. Teoria em Crise. In: SOUZA, Eneida Maria de. *Crítica Cult.* Belo Horizonte: UFMG, 2002.

construção da linguagem. É, portanto, um produto histórico, cultural, que, tanto no momento de sua produção, quanto no de sua recepção, submete-se a forças e pressões históricas e culturais¹⁶⁸.

Os estudos Pós-Estruturalistas se baseiam na consideração de que o fechamento das categorias tradicionalmente pensadas como estanques, a exemplo da história, precisam ter a sua leitura permanentemente reavaliada, uma vez que o enunciado é estudado pelas condições políticas, ideológicas e contextuais de enunciação, o que significa dizer que não existe em nenhum conceito já construído: Deus, Diabo, homem, mulher, sujeito, dentre outros, um sentido apriorístico. É a partir desta concepção que Michel Foucault, Jacques Derrida e Gilles Deleuze investem na construção de operadores e caminhos metodológicos que oferecem a releitura do pensamento filosófico ocidental. A desconstrução derridiana e a arqueologia foucaultiana são as bases sobre as quais se desenvolve a atual crise de paradigmas na Teoria da Literatura hoje, que, para Evelina Hoisel:

É uma crise mais amplas da teoria, ou das teorias, suscitada por um campo de conhecimento que reverte os valores hierárquicos com os quais as ciências operaram secularmente. Pode ser uma crise mais aguda, porque sua ação desconstrutora reverte a nossa maneira de olhar para aquilo que tantas vezes chamamos ingenuamente de realidade. E que olhávamos como um dado natural, como um processo natural de ser e estar, processo até então considerado como irreversível, na constituição de uma ordem, de um poder, de um saber¹⁶⁹.

Por fim, a autora indaga: “Os Estudos Culturais substituem os Estudos Literários e decretam a morte da literatura?” Não estivesse a resposta já oferecida pela professora em seu texto, o próprio comportamento teórico do PPGLL desde 1995 aos dias atuais já apontariam para uma boa resolução deste impasse, cuja resposta, nas palavras de Hoisel, seria a de que uma certa maneira de se relacionar e de construir saberes em relação ao texto literário desaparece. Entretanto, ela aponta, finalmente, para o caráter “polimorfo e indeterminado do fazer literário” como o combustível necessário para que a Teoria da Literatura, estabelecendo uma interlocução com outras áreas de saber, como a Filosofia, Antropologia e os Estudos Culturais, possa continuar a sua “interminável travessia”.

¹⁶⁸ HOISEL, Evelina Carvalho de Sá. *Novos Rumos: e a Teoria da Literatura?* In: *Revista Estudos Lingüísticos e Literários...* p. 222.

¹⁶⁹ Idem, pg. 224.

A tônica que marca a área de *Teorias e Crítica da Literatura e da Cultura* é similar a esta postura adotada por Evelina Hoisel em seu texto, o que pode ser confirmado quando se analisa, como produto das discussões e mudanças de postura teórica e crítica apresentadas acima, as disciplinas, dissertações e teses e, ainda, os manuais de seleção para ingresso no PPGLL, como pretendemos fazer a seguir.

A fim de empreender um recorte mais preciso, serão aqui levantadas apenas as dissertações e teses produzidas no PPGLL da UFBA no ano 2000, pensado este momento como tempo suficiente para que se percebam e equacionem teoricamente as conseqüências da entrada dos Estudos Culturais na UFBA. Neste ano, nove foram as dissertações e teses defendidas na Pós-Graduação sob a orientação das Professoras Doutoras Eneida Leal Cunha, Antônia Herrera, Mirella Márcia Longo Vieira Lima, Ívia Iracema Duarte Alves, Elizabeth Hazin e Evelina Hoisel. Nestes trabalhos estão presentes uma variedade de posturas intelectuais mais ou menos filiadas ou próximas das teorias Pós-Estruturalistas, a depender da filiação teórica de seu orientador, o que não impede que muitos deles invistam em leituras nas quais transitam conhecimentos dos Estudos Culturais e da Teoria da Literatura. Eneida Leal Cunha orientou, naquele ano, a tese *Os tensos laços da nação: conflitos político-literários no Segundo Reinado*, de Lizir Arcanjo Alves; Antônia Torreão Herrera orientou Mayrant Gallo na dissertação *Alicerces do conto brasileiro, e Infernos corporais?- a representação do corpo em “A fúria do corpo”, de João Gilberto Noll*, dissertação de Sayonara Amaral. A professora Mirella Márcia Longo Vieira Lima orientou a dissertação de Sérgio Gómez, *Lembranças da Bahia: imagens e miragens na cidade de Carlos Vasconcelos Maia*, ela, assim como Elizabeth Hazin e Evelina Hoisel orientou apenas dois trabalhos, estas últimas orientaram, respectivamente, a dissertação de Zeny Santos, *Arranjo e descrição do espólio de Godofredo Filho: estudo arquivístico e catálogo informatizado*, e de Lígia Guimarães Telles a tese *Périplo Peregrino*. Três trabalhos, dois deles ligados à temática da literatura feminina, foram orientados por Ívia Iracema, a saber: a *“Presença” – revista para moças: um lugar para leitoras e escritoras do pós-guerra*, de Ayêska Lacerda; *Movimento “Cadernos da Bahia” – 1948-1951*, de Karina Nascimento e, finalmente, de Aline Oliveira, *“A paladina do lar”: escrita feminina baiana (1910-1917)*, todas foram dissertações de mestrado.

Estes trabalhos são uma conseqüência de alguns movimentos de substituição, e implementação de disciplinas que configuram a última mudança na estrutura curricular do Curso de Pós-Graduação em Letras e Linguística da UFBA, dada em 1996. Nela

percebem-se algumas diferenças fundamentais na construção do pensamento teórico-crítico no Instituto de Letras a partir de 1996 e estas serão expostas aqui a partir de uma breve análise de dois programas de disciplinas. Primeiramente a disciplina Representação Literária, pertencente à linha de pesquisa intitulada *Estudos de Teorias e Representações Literárias e Culturais* e *Estudos Culturais*, da linha *Documentos da Memória cultural*, ambas pertencentes à área 3: Teorias e Crítica da Literatura e da Cultura.

Sob a ementa: “Estudo da representação literária em sua constituição e suas relações com a realidade” vemos a reconfiguração das já antigas questões relativas à Teoria da Representação Literária em um movimento de afastamento da visão que inicialmente a ela era atribuída pelos estudos empreendidos nas décadas de 70 e 80, no que diz respeito ao conceito de realidade e a fuga à tendência essencialista dos primeiros anos. Isto se evidencia não apenas na sua bibliografia, onde se encontram como índices da desconfiança em relação à ilusão apaziguadora da distinção entre realidade e ficção, dentre outros, textos de Gilles Deleuze, como o seu *Platão e o simulacro*, *Mimesis*, de Erich Auerbach, e *As palavras e as coisas*, de Foucault. Os objetivos gerais da disciplina também apontam para este caminho analítico, na medida em que estipulam, dentre outras motivações, a problematização do conceito de representação e da noção de referência, abrindo espaço para o confronto entre o referente histórico e ficcional.

A disciplina Estudos Culturais, adotando uma extensa bibliografia composta por textos de filiação Pós-Estruturalista e *new historicista*, propõe-se, na sua ementa, a construir um “estudo comparativo de representações da historicidade em produções da cultura e da literatura, no século XX, com ênfase em produções brasileiras”; seu conteúdo é bastante amplo, o que abre margem para a adequação de reflexões e para uma prática teórica que obedece a uma capacidade aglutinadora de diferenças. Seu conteúdo está composto por:

1. Contemporaneidade, globalização, pós-colonialidade: circunstâncias da crítica cultural.
2. Genealogia, identidade, nação.
3. A tradição e a contemporaneidade: versões do Brasil.

Em linhas gerais, a Pós-Graduação já apresentava a possibilidade do estabelecimento de vias de diálogos mais firmes entre as linhas de estudos de

Documentos da Memória Cultural e Estudos de Teorias e Representações Literárias e Culturais pelo que se vê quando da análise de dois programas de disciplinas que apresentam uma mesma abertura para um conjunto de desconfiâncias que são indispensáveis para a construção do conhecimento na contemporaneidade. Se a Teoria da Literatura se propõe a analisar o texto literário em sua malha dialogal com elementos antes pensados como extra-literários, abrindo margem para que se compreenda que a literatura não está fora do poder e atentando para outras claves de leitura possíveis, quando ela faz a opção pela análise filosófica, psicanalítica ou biográfica do texto esta não vem mais acompanhada por uma visão essencialista do texto e isto pode ser visto não apenas na opção bibliográfica dos cursos do PPGLL mas, principalmente, nas bibliografias, teorias e posturas analíticas acionadas nos grupos de pesquisa de graduação e nas teses e dissertações filiadas à área.

A vocação dialógica da área de Teorias e Crítica da Literatura e da Cultura pode ser percebida também através da coadunação simbiótica da bibliografia das linhas de estudo desta área ocorrida a partir da seleção de 2002¹⁷⁰, a partir de quando os estudantes deveriam, para ter acesso ao programa de Pós-Graduação, serem capazes de ler , analisar e estabelecer pontos de convergência e divergência analítica entre textos pertencentes a ambas as linhas, a partir de quatro tópicos que conjugam sobre si a diversidade de posturas críticas abarcadas pela bibliografia, são eles: 1. Literatura, linguagem e representação; 2. O estatuto do autor na contemporaneidade; 3. Teoria da Literatura: questões contemporâneas; e 4. Crítica Literária e Crítica Cultural.

Este acontecimento nos oferece a possibilidade de compreender que o PPGLL alimenta a noção de que a construção do conhecimento na área dos Estudos Literários não pode se dar seguindo a lógica excludente, sem prejuízo não apenas à formação do pesquisador, mas, principalmente, sem impor limitações definitivas às possibilidades de análise, o que inviabiliza a compreensão de que através dos estudos de literatura se pode compreender também as questões sociais, políticas, culturais e econômicas que impõem limites, hierarquias e alimentam e financiam ideologicamente as diferenças rebaixadoras que estabelecem os lugares de enunciação das minorias étnicas e sociais.

¹⁷⁰ Cf. anexo 6.

6. O sagrado e o segredo na construção das tradições: à guisa de conclusão

Há sempre uma porta que jamais se abre no arquivo. Escancarada que está, finge permitir visão total de si, de seus vazios e guardados ao curioso e inexperiente investigador. Há, entretanto, na cena de qualquer segredo um mostrar-se primeiro que busca, sagazmente, obscurecer um dado sagrado em torno do qual ele se organiza e se protege. Não que haja uma essência no arquivo: ele é, por sua própria gramática construtiva não essencial, e assim escapa de qualquer risco de que um inseguro centro se revele e leve à ruína toda a sua arquitetura. Mais importante que um centro coadunador é a sucessão enfadonha e silenciosa de papéis, que não permite que um se imponha definitivamente sobre o outro como de maior importância, que faz com que as laudas se misturem e se percam, impondo ao analista a quimera e o temor de perdê-las de vista. Cada uma daquelas páginas amareladas se acrescenta às outras como suplemento, e é na cena do arquivo que entendemos mais fortemente o conceito derridiano, e o arquivo, por sua vez, se apresenta como um suplemento da vida e vice-versa, e ainda a interpretação, esta mesma que violenta o silêncio do arquivo e se impõe como via privilegiada de leitura e análise deste, é suplemento.

Isto não significa que não haja ali um poderoso jogo político. Ele se revela na superposição de papéis, nas lacunas e na presença daquilo que, a priori, pode ser lido como irrisório. Entretanto, este jogo apenas reduplica aqueles que se apresentam na construção do saber, no erguimento das disciplinas e no cotidiano da academia. O que buscamos mostrar aqui é que se há no campo de Letras uma poética indispensável é a *Poética da Política* e ela aqui pode ser definida como a teoria a partir da qual se organizam as práticas discursivas e cotidianas de construção e manutenção de um determinado lugar de fala, ou, em outras palavras, a invenção de uma tradição.

O conceito de *tradição inventada* é de Eric Hobsbawm e através dele busca-se compreender um conjunto de práticas reguladas por regras tácitas ou abertamente construídas e aceitas:

Tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado.¹⁷¹

¹⁷¹ HOBBSAWM, Eric. A invenção das tradições. In: HOBBSAWM, Eric e RANGER, Terence. (Org.). *A invenção das tradições*. Trad. Celina Cardim Cavalcante. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

O que tivermos diante de nós durante toda a investigação tanto nos documentos do *Arquivo Acadêmico* construído por Judith Grossmann, quanto naqueles encontrados no arquivo oficial da Pós-graduação *Stricto Sensu* em Letras e Linguística da UFBA foram os materiais básicos a partir do qual se construiu a imagem que hoje temos deste curso.

É através de algumas centenas de páginas que temos acesso a uma ínfima, mas reveladora parte desta história, em suas cochias, nos subterrâneos e é ali que se descobrem túneis capazes de ligar realidades, conteúdos e histórias aparentemente irreconciliáveis. Nos arquivos estudados, a profusão de papéis (ainda que na maioria das vezes arrumados em pastas, organizadas em estantes e catalogadas cronologicamente) sinaliza a maquinaria pesada e de difícil manejo que está na base da construção desta história que, vista a partir de hoje, com os olhos limitados de quem vê o espetáculo em cena e apenas imagina o esforço dos atores, não anuncia o tamanho do esforço empreendido na amarração destes saberes diversos sob uma representação harmônica. A dedicação primeira de qualquer história que precisa ser lida como oficial é soterrar as rupturas, abrandar as cisões, dar nomes de fenômenos a estes acontecimentos a fim de preservar a linearidade narrativa. Sem esta força sobre a vivacidade dos fatos, não há conjunto coordenável, não há coerência, não há história. Nosso investimento foi, então, o de ver o *making-of*, os atores sem maquiagem, as cenas ainda sendo escritas emergindo poderosas em seus rabiscos, nas páginas rasgadas, queimadas, nas personagens esquecidas. Nosso investimento não foi o de contar a contra-história, a história negativa, mas de penteá-la a contrapelo, talvez por isso o nosso pouco interesse nos registros que se fazem no site e em outros textos que se propõem a contar oficialmente esta história. Talvez por isso também não haja neste texto um ímpeto reordenador. Sacudimos a quietude das arrumações históricas, desmontamos a sistemática dos acontecimentos domados para compreender como funciona e como se forjou esta poderosa maquinaria de conhecimento.

Estas questões, entretanto, só encontraram lugar na nossa jornada de pesquisa a partir de uma indagação que nos guiou durante todo o trabalho. Quando iniciamos esta tese de doutoramento, finda a dissertação na qual estudamos os diálogos e transmigrações de temas, personagens e metodologias de abordagem e criação do texto artístico entre poesias, contos, romances, textos de crítica e de teoria literária de Judith Grossmann, além de sua prática pedagógica, era chegada a hora de compreender a Professora para além do universo ficcional, teórico e crítico já investigado no mestrado e buscar compreender que relações podem ser estabelecidas entre a teoria e a prática

crítica desenvolvida hoje no Instituto de Letras da UFBA e os primeiros anos do Curso de Mestrado em Letras que teve em Grossmann uma de suas fundadoras.

No nosso percurso, analisamos prioritariamente o *Arquivo Acadêmico*, conjunto de documentos dentre os quais se encontram atas, provas de mestrado, regulamentação de funcionamento do CML, acompanhamento de seleções, a construção das avaliações, disciplinas e ementas, além de alguns documentos pessoais. A partir da análise deste material, levantamos a bibliografia corrente no CML nos primeiros anos, discutimos o conteúdo e o direcionamento teórico das avaliações de seleção para o mestrado, assim como as ementas e bibliografias de algumas das disciplinas e, conforme afirmamos nas páginas finais deste trabalho, chegamos à idéia de que, ainda que analisados a partir do que fazemos hoje tais instrumentos de construção de saber demonstrem uma evidente modificação – e outra coisa não poderíamos esperar de um ambiente de produção de conhecimento – os trabalhos iniciais desenvolvidos no CML no final da década de 70 demonstram uma vocação de abertura a discussões que, quando comparadas ao que se desenvolvia em cursos de graduação e pós-graduação de outros lugares do País, o coloca como vanguarda teórica e crítica.

As teorias inseridas na agenda crítica dos estudantes naquele período rendeu, conforme podemos observar ainda nos trabalhos já dos anos 90, uma vocação de análise do texto literário em sua malha mais “profunda”, buscando, a partir de leituras que transcendiam a limitação da palavra, analisar a alegoria e a representação como possibilidades de significação do texto artístico e abrindo a gama de materiais a serem analisados para escritores contemporâneos e explorando textos da literatura estrangeira – coisa que não era corriqueira até então.

A primeira reforma curricular, dada em 1992 e 1995, que não por acaso coincide com o período em que Grossmann se aposenta da UFBA, traz, com a obediência às exigências do MEC de maior clareza no que tange aos nomes das disciplinas e sua vinculação com a ementa destas, mudanças muito evidentes em relação ao que se praticou nos dezesseis anos anteriores. Embasado na Literatura Comparada dos primeiros anos, a presença de idéias de fonte e influência, a urgência na discussão de conteúdos novos tais como a literatura pós-segunda guerra em alguns países, as ligações mais evidentes entre o texto literário e o texto histórico passam a constar como conhecimento indispensável ao pesquisador de Letras. Entretanto, talvez pelo vigoroso choque de investimentos intelectuais e disposições de análise que tais mudanças tenham provocado e, certamente, pela necessidade de uma preparação diferenciada para o

credenciamento do Curso de Doutorado em Letras, em 1995, o PPGLL assume as feições que até hoje preserva, com uma estrutura de disciplinas de ementas mais abertas a partir das quais pode o professor, pautado na vocação de sua linha de pesquisa, seja ela *Documentos da Memória Cultural* ou *Estudos de Teorias e Representações Literárias e Culturais*, trazer à baila autores e textos que melhor possa dar conta dos conteúdos abordados.

Assim, podemos, grosso modo, afirmar que a linha *Documentos da Memória Cultural* dedica-se de maneira mais intensa aos Estudos Culturais, discutindo e orientando trabalhos que se voltam para as temáticas que envolvam questões relativas às minorias, produzindo conhecimentos voltados para a compreensão de temas sociais, antropológicos e culturais e tendo como objeto seu textos de imagem e de som de maneira geral, além de investir na leitura de textos literários não apenas ou necessariamente no que diz respeito ao discurso estético mas, primordialmente, às várias facetas políticas que ele pode assumir. Diante disso, podemos indagar o que resta então, dos conhecimentos introduzidos ali por Judith Grossmann nos anos 70? A princípio, poderíamos afirmar que Judith está cotidianamente nos contextos de sala de aula do PPGLL, especialmente nos Estudos Culturais, ainda que seja como ponto de partida para um contra-discurso, ou seja, ainda que seja para negar a bibliografia já obsoleta. Mas este seria ainda o menor e mais insipiente papel desenvolvido pelos conhecimentos trazidos por Grossmann para o Curso de Letras hoje. Seria uma leitura muito limitada restringir os ensinamentos de Grossmann a uma mera escolha bibliográfica. Mais que isso, há um esteio sobre o qual se construiu um delicado método de interpretação, uma sensibilidade para deslindar o texto literário, uma perspicácia e uma capacidade de articular a psicanálise, a filosofia e a literatura – metodologias nas quais muito investiu Grossmann – que não se perde, ela se reconfigura. Não afirmo aqui que se analise a música ou o filme com os mesmos instrumentais do texto literário, apesar de não ser isso tão impossível, mas prefiro afirmar aqui que nenhuma das teorias de desconstrução, que tão apaixonadamente são estudadas pelos neófitos há pouco chegados nos bancos de graduação ou pós-graduação de Letras teria espaço para o seu desembarque sem o debate crítico iniciado por Judith Grossmann.

É este mesmo debate que irá propiciar uma reformulação e uma renovação na linha de *Estudos de Teorias e Representações Literárias e Culturais*. Ainda que mais próxima dos estudos de Teoria da Literatura desenvolvidos desde o CML, o que se percebe é, principalmente no grupo de estudos *O escritor e seus múltiplos: migrações*, o

investimento no abandono de análises mais imanentes do texto literário compreendendo que os limites entre ficção e realidade são muito tênues, o que pode ser demonstrado através da temática primordial de pesquisa do grupo que é baseado na crítica biográfica e a análise dos diálogos que se constroem entre prática acadêmica, crítica e criativa de escritores-críticos. Aqui se inserem as questões ligadas ao poder no corpo do texto artístico havendo espaço para trabalhos como este que ora se apresenta, em que se busca construir um trânsito intenso entre bibliografias e conceitos de ambas as linhas e, afastando-se inclusive do texto literário, compreender não a construção de uma obra mas as filigranas que compõem o desenvolvimento de um campo de saber.

REFERÊNCIAS

ANOTAÇÕES das aulas da Prof.^a Dr.^a Eneida Leal Cunha e Prof.^a Dr.^a Evelina Hoisel. Seminários Avançados IV – Jacques Derrida

ANOTAÇÕES das aulas da Prof.^a Dr.^a Eneida Leal Cunha. Seminários Avançados IV- Michel Foucault.

ANOTAÇÕES das aulas da Prof.^a Dr.^a Eneida Leal Cunha. Historiografia e Crítica.

ANOTAÇÕES de conversas com a Prof.^a Dr.^a Célia Telles.

ANOTAÇÕES de Orientação de Pesquisa com a Prof.^a Dr.^a Antonia Herrera.

ANOTAÇÕES do curso ministrado pelo Prof. Dr. Silviano Santiago.

ANOTAÇÕES do curso ministrado pelo Prof. Dr. Evando Nascimento.

ARQUIVOS DO CML 1976-1990

ARQUIVO OFICIAL DO CML e PPGLL 1976 - 2007

BARROS, Zilda Gomes Parente de. (Coord do Mestrado em Letras) *Relatório*; biênio 1976-1977. Salvador – BA, 1978. Cópia Mimeografada.

BATAILLE, Georges. *O erotismo*. Trad. Cláudia Fares. São Paulo:Arx, 2004.

BAUDRILLARD, Jean. *Da sedução*. Trad. Tânia Pellegrini. São Paulo: Papyrus, 1992.

BIRMAN, Joel. Desconstrução da filosofia do sujeito. In: BIRMAN, Joel. *Entre o cuidado e o saber de si*: sobre Foucault e a psicanálise. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2000.

BUCK, Solon. APUD PAES, Maria Helena. *Arquivo*: Teoria e prática. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

CARVALHAL, Tânia Franco. A literatura comparada na confluência dos séculos. In: CUNHA, Eneida Leal e SOUZA, Eneida Maria de. (Orgs.). *Literatura Comparada*: ensaios. Salvador: EDUFBA, 1996.

CULLER, Jonathan. *Teoria da Literatura*: uma introdução. São Paulo: Beca, 1999.

CUNHA, Eneida Leal. Literatura Comparada: Alternativa institucional ou contingência finissecular? In: CUNHA, Eneida Leal e SOUZA, Eneida Maria de. (Orgs.). *Literatura Comparada*: ensaios. Salvador: EDUFBA, 1996.

DELEUZE, Gilles. Trad. Cláudia Sant'Anna. São Paulo: Brasiliense, 2005.

DERRIDA, Jacques. *A escritura e a diferença*. Trad. Maria Beatriz Marques Nizza da Silva. São Paulo: Perspectiva, 2002. Col. Debates.

DERRIDA, Jacques. *A farmácia de Platão*. Trad. Rogério da Costa. São Paulo: Iluminuras, 2005.

DERRIDA, Jacques. *A universidade sem condição*. Trad. Evando Nascimento. São Paulo: Estação da Liberdade, 2003.

DERRIDA, Jacques. *Mal de arquivo; uma impressão freudiana*. Trad. Cláudia Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

DERRIDA, Jacques. Matéria e Memória. In: DERRIDA, Jacques. Trad. Evando Nascimento. *Papel-máquina*. São Paulo: Estação da Liberdade, 2004.

DERRIDA, Jacques. *O olho da Universidade*. Trad. Ricardo Canko e Ignácio Neis. São Paulo: Estação da Liberdade, 1999.

FERREIRA, Élide e OTTONI, Paulo. (Orgs.). *Traduzir Derrida: Políticas e desconstruções*. São Paulo: Mercado de Letras, 2006.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Luiz Neves (Trad.). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In: FOUCAULT, Michel. *Ética, sexualidade e política*. Manoel Barros da Motta (Org.). Trad. Elisa Monteiro e Inês Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Trad. Laura Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento*. Manoel Motta (Org.). Trad. Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005. Col. Ditos e Escritos.

FOUCAULT, Michel. *Estratégia, Poder-saber*. Manoel Motta (Org.). Trad. Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005. Col. Ditos e Escritos.

FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. *O que é o autor?* Lisboa: Veja, 1992.

FOUCAULT, Michel. Os intelectuais e o poder; conversa entre Michel Foucault e Gilles Deleuze. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. Verdade e Poder. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FREUD, Sigmund. Projeto para uma psicologia científica - 1895. Vol.I In: FREUD, Sigmund. *Publicações pré-psicanalíticas e esboços inéditos*. Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro, Imago, 1969.

FREUD, Sigmund. Uma nota sobre o bloco mágico. Vol.XIX.I In: FREUD, Sigmund. *Obras psicológicas de Sigmund Freud em versão eletrônica*. Rio de Janeiro, Imago, 200?

GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade; Sexualidade, Amor e Erotismo nas Sociedades Modernas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: EdUnesp, 1993.

GROSSMANN, Judith. A noite estrelada. In: *A noite estrelada; Estórias do ínterim*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

GROSSMANN, Judith. Memórias de Alegria. Depoimento. *Revista Estudos; Lingüísticos e Literários*. Nº. 25/26, Jan/Dez de 2000.

GROSSMANN, Judith. Oficina Amorosa: Depoimento. In: HOISEL, Evelina. (Org.) *Estudos; Lingüísticos e Literários*. Salvador, EDUFBA, nº15. p. 47-71.1993.p48.

HALL, Stuart. Nascimento e morte do sujeito moderno. In: HALL, Stuart. *A identidade Cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

HARTOG, François. *Memória de Ulisses; Narrativas sobre a fronteira na Grécia Antiga*. Belo Horizonte: EdUFMG,2004.

HERRERA, Antonia Torreão. O intelectual e a formação teórica da pesquisa literária na Universidade. *ABRALIC 2004*. Anais. UFRGS.

HOBSBAWM, Eric. A invenção das tradições. In: HOBSBAWM, Eric e RANGER, Terence. (Org.). *A invenção das tradições*. Trad. Celina Cardim Cavalcante. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOISEL, Evelina Carvalho de Sá. *“Grande Sertão: Veredas”; Uma escritura biográfica*. Salvador: Assembléia Legislativa do Estado da Bahia; Academia de Letras da Bahia. 2006.

HOISEL, Evelina Carvalho de Sá. Novos Rumos: e a Teoria da Literatura? In: *Revista Estudos Lingüísticos e Literários...* pg. 222.

HUYSSSEN, Andréas. Mapeando o pós-moderno. In: In: HOLANDA, Heloisa B. (org.). *Pós-modernismo e política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

IZQUIERDO, Ivan. *Questões sobre memória*. Rio Grande do Sul: Unisinos, 2003.

LIMA, Rachel Esteves. A crítica cultural na universidade. In: *Navegar é preciso, viver – escritos para Silviano Santiago*. SOUZA, Eneida Maria de; MIRANDA, Wander Melo. (Orgs). Belo Horizonte: UFMG; Salvador: EDUFBA; Niterói: EDUFF, 1997.

LIMA, Rachel Esteves. *A crítica literária na universidade brasileira*. 1997. 323f. Tese. (Doutorado em Letras – Literatura Comparada) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

NASCIMENTO, Evando. *Ângulos: Literatura e outras artes*. Juiz de Fora: Ed. UFJF; Chapecó: Argos, 2002.

NIETZSCHE, Friedrich. *Segunda Consideração Intempestiva; Da utilidade e desvantagem da história para a vida*. Trad. Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

NITRINI, Sandra. *Literatura Comparada: História, Teoria e Crítica*. São Paulo: EdUSP, 2000.

PAES, Maria Helena. *Arquivo: Teoria e prática*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

POGGIO, Rosauta M^a Galvão Fagundes e PEREIRA, Teresa Leal Gonçalves. (Org.) *Catálogo de Teses e Dissertações*. Salvador: EdUFBA, 2000. pg. 23.

ROSA, Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

SAID, Edward W. Representações do Intelectual. In: _____. *Representações do Intelectual; as conferências Reith de 1993*. Trad. de Milton Hatoum. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. Pg. 19.

SANTIAGO, Silviano. O intelectual modernista revisitado. In: _____. *Nas malhas da Letra*. Rio de Janeiro: Rocco, 2002.

SANTIAGO, Silviano. A democratização no Brasil (1979-1981) – Cultura versus arte. In: SANTIAGO, Silviano. *O cosmopolitismo do pobre; crítica literária e crítica cultural*. Belo Horizonte:UFMG, 2004.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Introdução a uma ciência Pós-moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Um discurso sobre as ciências*. São Paulo: Cortez, 2006.

SOUZA, Eneida Maria de e MIRANDA, Wander de Mello. (Orgs.). *Arquivos Literários*. São Paulo: Ateliê Editorial: 2003.

SOUZA, Eneida Maria de. Teoria em Crise. In: SOUZA, Eneida Maria de. *Crítica Cult*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

SOUZA, Livia Maria Natália. *A pedagogia da ausência e outras Ensinaças: Judith Grossmann e a cena da escrita*. Dissertação Inédita.

TELLES, Célia Marques; CUNHA, Eneida Leal et all. O perfil do curso de Letras. Revista Estudos Lingüísticos e Literários. Nº. 25-26, Jan.-Dez. de 2000. A maioria dos materiais que documentam estes acontecimentos não foram encontrados no arquivo oficial da Pós-Graduação.

THAYER, Willy. *A crise não moderna na universidade moderna*; epílogo de O conflito das faculdades. Trad. Rômulo Monte. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

Programa da disciplina Teoria Literária: Natureza e Função da Literatura em 2007.2. Disponível em: <http://www.pucsp.br/comfil/downloads/disciplinas/letras/2007/novo/30.doc> Acesso em 10 de nov. de 2007, às 23:20 pm.

Programa de Disciplina de Teoria da Literatura em 2006.1. Disponível em: <http://72.14.205.104/search?q=cache:jbF0BIDle8sJ:www.cursodeletras.ufc.br/DEPTO.%2520DE%2520LITERATURA/Teoria%2520da%2520Literatura%2520I.pdf+%22temas+de+teoria+da+literatura%22&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=1&gl=br>. Acesso em 10 de nov. de 2007, às 23:07 pm.